



UAlg

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ARTES E HUMANIDADES

**Aspetos do quotidiano no Convento de
Nossa Sra. da Assunção: a cerâmica de vidro estanífero**

Nuno Miguel d'Assunção Teixeira

Dissertação de Mestrado em Arqueologia

Trabalho efetuado sob a orientação de:

Prof. Doutora Susana Gómez Martínez

2015

Volume I

UNIVERSIDADE DO ALGARVE
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ARTES E HUMANIDADES

**Aspetos do quotidiano no Convento de Nossa Sra. da
Assunção: a cerâmica de vidro estanífero**

Declaro ser o autor deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

Copyright, Nuno Miguel d'Assunção Teixeira: A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Dissertação de Mestrado em Arqueologia

2015

Volume I

Índice

Resumo.....	5
Abstract	5
Key-words:.....	5
Agradecimentos	6
Capítulo I	8
1. Introdução.....	8
2. A Ordem de Santa Clara e os Conventos de Clarissas.....	8
2. 1. O convento farensense de Nossa Sra. da Assunção	12
2.1.1. Estado atual dos conhecimentos	12
2.1.2. A fundação e as obras de construção	14
2.1.3. A utilização dos espaços	17
2.1.4. A vida em clausura	22
2.1.4.1. A Comunidade religiosa	22
2.1.4.2. Os hábitos religiosos	24
2.1.4.3. Os hábitos alimentares	26
3. A Faiança	28
3.1. Estado atual dos conhecimentos: a faiança como objeto de estudo	28
3.2. A faiança como indicador cronológico e social	31
3.2.1. A fase inicial de consumo.....	31
3.2.2. A faiança portuguesa	32
3.2.3. Centros produtores portugueses.....	35
Capítulo II	42
4. Contextualização do conjunto cerâmico.....	42
4.1. A intervenção arqueológica	42
4.2. Os dados da estratigrafia	44
4.3. Caracterização da amostra.....	53
5. Metodologia	55
5.1. Organização do trabalho	55
5.2. Procedimentos	56
5.3. Fichas descritivas.....	57
6. O conjunto em estudo.....	58
6.1 As formas	58

6.2. As Decorações.....	64
6.3 Os Grupos de Fabrico.....	69
Grupo de fabrico 1.....	70
Grupo de fabrico 2.....	71
Grupo de fabrico 3.....	71
Grupo de fabrico 4.....	72
Grupo de fabrico 5.....	72
Grupo de fabrico 6.....	73
Grupo de fabrico 7.....	73
Grupo de fabrico 8.....	73
Grupo de fabrico 9.....	74
Grupo de fabrico 10.....	74
Grupo de fabrico 11.....	75
Grupo de fabrico 12.....	75
Grupo de fabrico 13.....	76
6.4. Imperfeições ou defeitos.....	76
7. Centros produtores identificados.....	79
Valência.....	79
Sevilha.....	83
Ligúria.....	85
Montelupo.....	86
Delft.....	87
Lisboa.....	88
Coimbra.....	91
8. Cronologias.....	92
8.1 A sondagem 1.....	92
8.2 A sondagem 2.....	95
Capítulo III.....	99
9. Discussão dos dados.....	99
10. Conclusões.....	103
11. Referências bibliográficas e eletrónicas.....	107
ANEXOS.....	120
12. Desenhos.....	120
Figura III.56 - Planta geral da sondagem 1.....	120

Figura III.57 - Corte Norte da sondagem 1	121
Figura III.58 - Corte Sul da sondagem 1	122
Figura III.59 - Corte Este da sondagem 1	123
Figura III.60 - Corte Oeste da sondagem 1	124
Figura III.61 - Planta geral da sondagem 2	125
Figura III.62 - Corte Norte da sondagem 2	126
Figura III.63 - Corte Sul da sondagem 2	127
Figura III.64 - Corte Este da sondagem 2	128
Figura III.65 - Corte Oeste da sondagem 2	129
Figura III.66 – Planta do piso térreo com estruturas escavadas em 2001/2002	130
Figura III.67 – Planta das estruturas escavadas em 2001/2002	130
Tabela III.4- Formas identificadas	131
Tabela III.5- Formas identificadas	132
Tabela III.6- Formas e decoração	133
Tabela III.7- Decoração	134
Tabela III.8- Decoração	135
13. Fotografias	136
Figura III.68 - Sondagem 1	136
Figura III.69 - Sondagem 1	136
Figura III.70 - Sondagem 2	137
Figura III.71 - Sondagem 2	137
14. Tabelas	138
Tabela III.9 - Tabela quantitativa de formas	138
Tabela III.10 - Tabela cronológica	138
15. Documentos de apoio (bibliográficos)	139
Figura III. 72 - Documento transcrito por João Marques	156
Tabela III. 11 - Documentos consultados	163
Lista de abreviaturas	163
VOLUME II	164
16. Fichas	164

Resumo

Entre 2001 e 2002, na sequência de um projeto para remodelação e ampliação do Museu Municipal de Faro, foram realizadas duas sondagens arqueológicas de diagnóstico no antigo Convento de Nossa Senhora da Assunção. Estes trabalhos revelaram uma grande diacronia de ocupação do espaço, tendo sido exumada uma grande quantidade de material arqueológico, com cronologias desde a Idade do Ferro. Entre o material recolhido existe um significativo conjunto de cerâmica de vidrado estanífero, a qual foi selecionada para este estudo. Os principais centros produtores identificados localizam-se em Sevilha, Espanha, (para os períodos mais antigos) e na capital portuguesa (para a fase final de ocupação). As cronologias do material estudado estendem-se desde o final da Idade Média até ao século XIX.

Palavras-chave: Cerâmica de vidrado estanífero; Faro; Convento de Nossa Sra. da Assunção.

Abstract

In 2001 and 2002, as consequence of a project to renovate and enlarge the area of the Faro Municipal Museum, two diagnostic archaeological surveys were carried out in the Old Convent of Our Lady of the Assumption. The material collected in these works revealed that this area has been occupied since the Iron Age. Among the different materials, there is a significant set of tin glazed ceramic, which has been selected to this study. The main centers of production identified were located Seville, Spain (concerning the oldest periods) and in Lisbon, Portugal (concerning the latest period of occupation). The chronology of the materials goes from the late middle-age until the 19th century.

Key-words: Tin glazed ceramics; Faro; Convent of Our Lady of the Assumption.

Agradecimentos

Este trabalho representa o culminar de um esforço de 5 anos, em que, depois de 10 anos volvidos sem ter contato com a vida académica, me senti com forças para ser um trabalhador-estudante. Inicialmente na licenciatura em Arqueologia na FCHS da Universidade do Algarve, depois no mestrado, não teria sido possível levar este projeto a bom porto sem a ajuda de todos os professores que me acompanharam e estimularam durante todo este percurso. Por isso, a eles, um muito obrigado.

À minha orientadora, que desde há muito acompanha o meu percurso de estudante, gostaria de agradecer toda a ajuda que me dispensou. A paciência com que reviu este trabalho, a compreensão perante as minhas dificuldades, as suas sugestões de melhoramento e as palavras de incentivo perante a tarefa que tinha pela frente foram imprescindíveis para levar esta tarefa a bom porto. A ela agradeço o facto de ter conseguido chegar até aqui.

Ao Chefe de Divisão de Museus da Câmara Municipal de Faro, Marco Lopes, agradeço a possibilidade de estudar este conjunto de materiais. Ao Nuno Beja e à Dália Paulo, que realizaram a intervenção arqueológica, por toda a ajuda que me deram. Sem eles, este trabalho não seria possível. O incentivo dos meus colegas do Museu, especialmente o Nuno Beja, o Luís Santos e o Jorge Manhita foi imprescindível para que este estudo fosse possível. Não posso deixar de mencionar as minhas colegas do serviço de restauro (Susana Laneiro, Susana Gomes, Ana Raposo e Maria José) pela lavagem e marcação do material e também pelas colagens e restauros efetuados em fase prévia a este estudo e que me ajudaram a ter uma perspetiva inicial da coleção. A todos os colegas do Museu Municipal de Faro agradeço pelo companheirismo, ajuda e incentivo durante todo o tempo em que fui trabalhador-estudante.

Nesta última fase do percurso, muitas foram as pessoas que se revelaram imprescindíveis para levar este projeto em diante, quer pela cedência de bibliografia, quer pela revisão que fizeram aos textos: para além dos nomes já mencionados acima gostaria também de agradecer a André Teixeira, Joana Torres, Luís Sebastian e Ana Castro.

Muitos foram os obstáculos que tiveram de ser ultrapassados para chegar a este resultado. Chegar ao fim deste caminho não teria sido possível sem a compreensão de todos os que me rodeiam e que sempre me apoiaram e incentivaram, mesmo quando ainda não se via a luz ao fundo do túnel. E porque os que nos são mais chegados são os que mais sofrem com as ausências, um agradecimento especial à minha família, a quem roubei o bem mais precioso, o tempo de estarmos juntos.

Capítulo I

1. Introdução

Este trabalho centra-se no estudo dos fragmentos arqueológicos de vidro estanífero recolhidos na escavação realizada no Museu Municipal de Faro pelos arqueólogos Dália Paulo e Nuno Beja nos anos de 2001/2002, na qual foram intervencionadas duas sondagens.

Com este trabalho pretende dar-se mais um passo no conhecimento da ocupação deste espaço da zona nobre da cidade de Faro, dentro do recinto amuralhado e junto ao castelo. Esta área foi ocupada, a partir do século XVI, por um edifício religioso de grande prestígio, o Convento de Nossa Senhora da Assunção. É esse período da ocupação desta zona que será alvo de maior atenção neste estudo, embora alguns fragmentos tenham revelado cronologias pertencentes a uma prévia ocupação do espaço.

Pretende-se aferir quais os contactos comerciais existentes na cidade de Faro durante a Idade Moderna, quais os hábitos de compra existentes, como penetravam os produtos exógenos na capital algarvia, se se dá preferência a produções nacionais e de que região ou se, pelo contrário, a preferência vai para produções estrangeiras, nunca perdendo de vista que as elites teriam certamente hábitos de consumo bem diferentes do resto da população.

O objetivo final desta dissertação é acrescentar um capítulo na história da cidade de Faro, cidade com um enorme potencial histórico-arqueológico, mas com uma grande lacuna, uma vez que existe uma escassez de estudos arqueológicos aprofundados referentes a materiais de cronologia pós-medieval.

2. A Ordem de Santa Clara e os Conventos de Clarissas

Uma vez que o conjunto aqui em estudo foi recuperado no espaço ocupado, a partir do início do século XVI e até à extinção das ordens religiosas, por um convento de freiras franciscanas clarissas, importa conhecer um pouco

este tipo de comunidade, numa tentativa de melhor enquadrar o espólio recuperado.

A marca dominante da religiosidade de Santa Clara¹, inspirada nos ensinamentos de São Francisco, é o voto de Pobreza². Em 1218 é aprovado por Honório III (1216-1227) o *Privilégio de Pobreza*, onde se estabelece que as comunidades de clarissas não devem aceitar ou possuir quaisquer rendimentos; este aspeto está bem marcado na Regra da Ordem de Santa Clara³ aprovada por bula de Inocêncio IV (1243-1254), dois dias antes do falecimento da santa, em 1253.

As comunidades clarissas, a partir desta data, organizaram-se de forma distinta, seguindo algumas a Regra escrita por Santa Clara e outras a bula de Urbano IV (1261-1264), datada de 1263. Uma das principais diferenças entre estes dois textos centra-se na posse de bens, permitida pelo documento mais recente.

¹ Mais nova 12 anos que São Francisco de Assis, a santa franciscana nasceu em Assis no ano de 1193, descendente de uma família nobre dessa cidade. O contacto de perto com S. Francisco contribuiu para a sua formação e vocação religiosa. Sobre a constituição da Ordem Franciscana e do seu ramo feminino pode consultar-se OLIVEIRA, 1968. Especificamente sobre a história da Ordem de Santa Clara em Portugal pode consultar-se LOPES, 1953: 356-364

² Esta estrita observância da pobreza marca uma das diferenças entre claustrais, que seguiam o texto menos rígido de Urbano V, e observantes que são rigorosos no “ideal” de pobreza e de austeridade extrema. A separação dos claustrais e observantes dá-se por decreto do papa Leão X, em 1517, o que levou à reforma das clarissas. Sobre este assunto pode consultar-se AZEVEDO, 2001 e DIAS, 1960

³ *Um dos aspetos mais originais da Segunda Ordem franciscana ressaltava da qualidade da Regra que lhe fora deixada pela própria Santa Clara de Assis, a qual constituía o único texto regnal redigido, na Idade Média, por uma mulher*, SOUSA, 2002 citando OMAECHEVARRIA, 1972: 93.

As Clarissas passaram a estar presentes em Portugal desde Fevereiro de 1258, ao ser outorgada por Alexandre IV a regra do cardeal Hugolino a um mosteiro em Lamego, constituído *de motu próprio* por leigas devotas locais. Ainda no mesmo ano, em Abril, bula de igual conteúdo foi enviada a um outro mosteiro, em Entre-os-Rios, fundado por Dona Chamoá Gomes e seu marido, onde desde 1256 viviam algumas damas com três clarissas vindas de Zamora. Viver em inteira dedicação a Deus, em humildade, penitência, pureza, afastamento do mundo secular e despojamento de bens materiais e pessoais, é o objetivo das Clarissas. A partir de então os mosteiros de clarissas espalharam-se por Portugal, chegando a atingir, em 1739, o número de 65.

Quando se iniciou a construção do convento fareense as comunidades clarissas eram constituídas de acordo com a necessidade de reforma de costumes e de regresso ao ideal de pobreza de Santa Clara e à estrita clausura. Neste contexto, D. Leonor desempenhou um papel primordial na reforma das clarissas portuguesas. Esta Rainha possuía autorização papal para iniciar uma comunidade de clarissas coletinas⁴, também denominadas comunidades reformadas. O Mosteiro da Madre de Deus de Xabregas, inaugurado em 1508, com sete religiosas vindas do Mosteiro de Setúbal viria a ser a primeira instituição decorrente desta reforma. Faro viria a acolher o terceiro destes conventos, contando com oito religiosas provenientes do mosteiro da Madre de Deus, chegadas a Faro em véspera das festividades do dia de Todos os Santos do ano de 1541.

De acordo com o prescrito nas constituições de Santa Clara e de Santa Coleta podem retirar-se algumas indicações indiretas acerca da organização e edificação destes conventos. O recato em relação ao exterior e até dos olhares externos encontra-se aí mencionado. No que respeita à grade⁵, prescreve-se que seja colocado um pano pela parte de dentro, de modo a impedir a

⁴ Inspiradas na vida de Santa Coleta, nascida Nicolette Boylet, em 1381. O mosteiro principal, desta reforma coletina, era o Mosteiro de Gand, inaugurado em 1437. Os mosteiros que seguiam Santa Coleta localizavam-se nos centros urbanos.

⁵ É através da grade que se faz o contato com o exterior.

visibilidade a partir do lado de fora. Esta devia possuir uma porta com duas fechaduras, a qual seria fechada de noite, ficando uma chave na posse da Abadessa e a outra na posse da sacristã. A porta do convento, tal como a da grade, também devia possuir duas fechaduras ficando uma chave com a abadessa e a outra com a porteira.

A reforma coletina vai refletir-se na arquitetura do convento de Faro, privilegiando a existência de dormitórios coletivos e proibindo celas individuais. Ordena o texto coletino que em cada convento exista um tornatório ou roda e um palatório muito resistentes, onde não exista nenhuma abertura que permita a visibilidade. Deveria igualmente existir uma grade a separar a igreja de fora da igreja de dentro⁶ e uma pequena porta, bem como de um postigo na porta/grade grande, que deveria permanecer fechada. A grade da igreja seria de ferro, forte firme e espessa, cujos intervalos não possam permitir sequer a passagem de quatro dedos juntos, colocados uns sobre os outros. Nessa grade haveria um postigo com um palmo de lado, sempre encerrado, exceto para dar comunhão às sorores e também um espaço para permitir a confissão das mesmas. Preservar e poupar o espaço conventual da visita de pessoal externo é uma questão marcante, havendo regras de conduta para as freiras no caso de haver obras no interior do convento ou de ser necessário entrar, dentro de portas, o visitador, o confessor ou outros.

A referência a outros espaços é breve, uma vez que não envolvem relação com o exterior, tais como o refeitório, a enfermaria, o capítulo, a escola de noviças, o dormitório e o pomar. Há apenas uma referência direta ao tipo construtivo que se deve adotar na construção destes espaços: paredes altas, firmes e espessas.

⁶ A igreja de fora corresponde à nave e à capela-mor, espaço de acesso ao público e individualizado para a rua; a igreja de dentro pode ser também denominada das freiras ou corobaixo. Sobre este assunto pode consultar-se GOMES, 1999: 83-98.

2. 1. O convento fareense de Nossa Sra. da Assunção

2.1.1. Estado atual dos conhecimentos

O edifício do Convento de Nossa Senhora da Assunção da cidade de Faro é mencionado por Frei Fernando da Soledade, Ministro Provincial da Província de Portugal, em 1737, na sua *História Seráfica Chronológica da Ordem de S. Francisco na Província de Portugal*. Sobre este convento o autor apenas refere a sua existência, dizendo apenas que deixa a tarefa de melhor descrição a quem escrever sobre a Província dos Algarves. Só em 1758, Frei Jerónimo de Belém, Ministro Provincial da Província dos Algarves, na *Chronica Seráfica da Santa Província dos Algarves da Regular Observância de Nosso Seráfico Padre S. Francisco*, reúne um conjunto de informações que servirão de base a todos os estudos realizados sobre o convento, “e podem faltar os documentos precisos para quando forem necessarios, aqui deixamos de tudo huma breve noticia, que poderá servir a seu tempo”. O autor indica o ano de 1519 para o início da edificação deste convento (Belem, 1758: 366 citado por Paulo, 2007: 6).

Em 1889 Albretch Haupt, faz o desenho do claustro do convento de Faro na sua obra *A Architectura do Renascimento em Portugal*. Sobre esta parte do edifício assinala a semelhança com o claustro do Convento da Penha Longa (Sintra), apesar de o filiar na arquitetura de Coimbra de meados do século XVI.

Sousa Viterbo, no *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitetos Engenheiros e Construtores Portugueses ao serviço de Portugal*, vai dar mais informações sobre o edifício, mencionando três importantes personagens relacionadas com a edificação do convento: Afonso Pires, mestre de obras; António Gomes, pedreiro que leva o *debuxo* e as informações da obra à Rainha D. Catarina e Diogo Pires, mestre pedreiro responsável pelas obras da Rainha D. Catarina em Faro, no ano de 1561 (Paulo, 2007: 7).

É Pinheiro e Rosa que, em 1978, realiza o primeiro estudo centrado no próprio edifício do Convento. Este autor informa que, no lugar onde se veio implantar o convento, existiam “*algumas casinhas e quintais, algum pedaço de*

cerca pertencente ao Castelo e, certamente, qualquer torre, de serventia que ignoramos, mas cuja presença está lá marcada por uma porta ogival no rés-do-chão e por outra do mesmo gosto no 1.º andar, dando acesso à escada de caracol, também anterior ao edifício actual” (Rosa, 1978: 7). O investigador vai também mencionar alguns nomes de arquitetos como possíveis responsáveis pela obra, indicando o ano de 1527 para o reinício das obras. Sobre este assunto, Dália Paulo, na sua tese de mestrado (Paulo, 2007) refere que D. Catarina só se torna donatária da vila de Faro em Janeiro de 1529, pelo que não é provável que as obras tenham recomeçado antes desta data.

Pinheiro e Rosa faz uma pormenorizada descrição dos espaços conventuais e do pórtico da igreja. A respeito deste último elemento arquitetónico salienta que o camaroeiro, divisa de D. Leonor, mulher de D. João II, se reporta às freiras da Madre de Deus. Este autor concorda com a proposta de Haupt e afirma que o claustro é do tipo Coimbrão de 1540. Ainda sobre o claustro, aceita a possibilidade de a autoria ser de Afonso Pires, fazendo também referência a Diogo Pires.

Em 1987 Horta Correia publica *A Arquitectura Religiosa do Algarve de 1520 a 1600*. A seguir a Sousa Viterbo, este é o primeiro autor que refere documentação relativa às obras do convento. O investigador refere a data de 1550 para o término de uma campanha, uma vez que se fecham as contas com Gaspar de Torres, que foi mestre das ditas obras. O autor refere também que em 1552 e 1555 há notícias relativas a donativos, propondo que se reportem já a obras a cargo de Diogo Pires; este último é referenciado por Sousa Viterbo como mestre de obras da Rainha D. Catarina, na cidade de Faro, no ano de 1561. Sobre o claustro surge uma nova pista de investigação, pois apesar deste ter sido associado ao estilo “Coimbrão”, o claustro fareense apresenta mais afinidades com o claustro da Hospedaria de Tomar. O mesmo autor, em 1991, publica *A importância dos colégios universitários na definição dos claustros portugueses* (Correia, 1991), onde define o que chama de 1.ª tipologia de claustros protorenascentistas portugueses e onde inclui o Convento de Nossa Senhora da Assunção de Faro, juntamente com a Hospedaria de Tomar, o Convento da Penha Longa de Sintra, o Convento das

Chagas de Vila Viçosa, o Convento dos Lóios de Arraiolos, o Convento da Saudação de Montemor e o Convento do Carmo de Moura. A variante mais erudita deste estilo seria protagonizada pelo Convento da Graça de Évora.

É datado de 1990 o primeiro estudo monográfico sobre o convento. Da autoria de João Alberto de Carvalho Marques, esta tese de mestrado revela documentos inéditos relacionados com a história do convento. A obra desenvolve-se em quatro capítulos: enquadramento histórico da construção do convento; fundação do convento; leitura arquitetónica e alterações sofridas; aspetos religiosos e sociais. Esta é uma obra de referência para quem pretende prosseguir com o estudo deste tema.

Em 2007 Dália Paulo realiza uma tese de mestrado centrada neste tema, concluindo que a última fase de construção do convento termina em 1564.

2.1.2. A fundação e as obras de construção

Em 1481, quando D. João II sobe ao trono, Faro encontra-se na posse do duque de Bragança. O novo monarca inicia uma política de afirmação do poder real retirando muitas terras anteriormente doadas à nobreza, passando-as para a sua posse. Uma das localidades que passa para o seu poder é Faro.

Como consequência da nova política régia, D. João II faz, em 1491, uma doação das terras de Faro e Silves à sua mulher, a Rainha D. Leonor, passando a vila de Faro a integrar os bens da Casa da Rainha. Pertencer à Casa da Rainha vai contribuir para o crescimento económico de Faro bem como para a sua importância regional: uma das razões apontadas para a escolha de Faro para receber a sede do poder episcopal é pertencer aos domínios das rainhas de Portugal.

A iniciativa de construção do Convento de Nossa Senhora da Assunção em Faro deve-se a duas irmãs de Beja – Maria das Chagas e Leonor Trindade – que, apoiadas pela casa da rainha, teriam vendido os seus bens para dar início à construção do convento. Frei Jerónimo de Belém, cronista da Província dos Algarves, indica o ano de 1519 para o início da construção, no sítio do

castelo, no local onde anteriormente se localizava a judiaria de Faro (Marques, 1990)⁷. O local de implantação, dentro do perímetro amuralhado, em zona nobre, junto de uma das portas da cidade (atualmente designada por Arco do Repouso, foi conhecida também como Porta das Freiras) viria a reabilitar uma zona semiabandonada devido à saída dos Judeus daquele local.

A edificação, de acordo com a Regra de Santa Clara, como já foi referido, prestava especial cuidado nas zonas que se encontravam em contacto com o exterior, tais como a portaria, a igreja e a cerca, de modo a poupar as freiras de olhares indiscretos, possuindo paredes espessas e altas. Para a construção do edifício foram fundamentais os donativos da população farenses, que contribuiu com empenho para esta obra. Ainda assim, a obra iria prolongar-se durante cerca de 40 anos, nos quais se podem identificar três fases de impulso construtivo.

A primeira fase, de 1519 a 1525 (ano da morte da Rainha D. Leonor) é erigida com o patrocínio desta Rainha. Nesta fase nada estava concluído, apenas havia um dormitório mal acabado, uma igreja por terminar e uma cerca começada (Marques, 1990). Por este motivo as duas irmãs continuavam a viver numas casas próximas da obra⁸ e durante os primeiros seis anos de obras tinham sido construídos apenas duas alas do convento: a ala norte, correspondente ao corpo da igreja e a ala oeste onde se instalaram no r/chão a sala capitular e no primeiro andar o dormitório.

A segunda fase, com o patrocínio de D. Catarina, esposa de D. João III, de 1529 a 1550, foi a fase mais ativa da construção, sob a direção do arquiteto Afonso Pires. D. João III, em carta de 4 de Janeiro de 1529, confirma a posse da cidade à sua mulher a Rainha D. Catarina. O grande patrocínio que esta dá

⁷ Veja-se figura III. 72, no ponto 15 dos Anexos: "Auto de diligências e avaliação que se fez de casas tomadas a Joana Simões, para se fazer a portaria do convento na antiga Judiaria de Faro", p.128-145).

⁸ *23 anos viverão estas mulheres com outras mais que se agregaraõ ao abrigo do pequeno edeficio que com muito trabalho seu se avia levantado trabalhando de dia e de noite*, B.N.L., Coleções em Organização, Caixa 13, Doc. 3, S.D. 1800 transcrito de MARQUES, 1990: 385

a esta fase da obra valeu-lhe o epíteto de *fundadora*. Em 1543 Afonso Pires manda o pedreiro António Gomes entregar à rainha o *debuxo e informações das obras*. Deste *debuxo* deviam fazer parte a ala superior do claustro, nomeadamente a enfermaria, que tem a data de 1545 inscrita na verga da porta, e o claustro, concluído em 1548. É ainda nesta fase que é concluída a Igreja, em 1539 (Marques, 1990).

A terceira fase é realizada ainda sob o patrocínio de D. Catarina, de 1552 a 1564, agora sob as ordens do arquiteto Diogo Pires. Aquando da entrada do edifício em clausura, em 1548, a obra estava ainda por concluir, faltando apenas alguns detalhes, ladrilhar o claustro e consolidar a área da portaria e da cerca (Paulo, 2007) obras que ficariam para a terceira fase. Após a sua entrada em funcionamento em 1548, este Convento albergaria cerca de 30 freiras, mulheres provenientes das melhores famílias do reino.

Os rendimentos do convento, para além do patrocínio régio, vinham também da entrada no convento de *muitas “donzellas da primeira nobreza de Fâro, e de outras partes remotas, ainda de fóra do Reyno”*. Há dois casos concretos que chegaram até nós: uma viúva de Faro, Helena da Trindade, que deu para as obras do convento *“dous mil cruzados”*; e também uma futura freira, filha de Beatriz Alves de Araújo, que em 1545 *“havia já entregado sesenta mil reis de dote por não ter mais a Diogo Selema seu tezoireyro para os entregar ao Bispo do Algarve a conta de sem mil Reis que o seu feito havia dado em Faro para as obras”*⁹.

O financiamento do convento podia também ser feito através dos enterramentos realizados na igreja conventual, que poderiam resultar na edificação de um altar ou ser um simples donativo ao convento. São conhecidas três lápides sepulcrais com inscrição, uma delas datada de 1609, que torna possível relacionar o contributo desta família com a reconstrução do convento após a invasão inglesa de 1596. Também o rei Filipe I (1580-1598)

⁹ B.N.L. Coleções em Organização, Caixa 13, Doc. 3, S.D. 1800 transcrito de MARQUES, 1990: 43

terá contribuído para esta reconstrução após o ataque inglês dando dois mil e quinhentos cruzados para a reconstrução do edifício (Paulo, 2007).

Durante o século XVIII foram efetuadas algumas obras, nomeadamente a porta de acesso ao primeiro andar (1727) e a pavimentação da primeira sala da portaria (1731-32). Após o terramoto de 1755, que arruinou severamente alguns espaços, tiveram de ser efetuadas profundas obras de reparação, destacando-se as obras na cúpula da capela-mor, na cobertura da nave da igreja e nos arcos laterais destinados aos retábulos.

A extinção das ordens religiosas provoca a transferência, em 1836, das freiras deste convento para o Convento das Bernardas, em Tavira. Com a cessação da função religiosa do edifício, este é vendido a particulares. Em 1900 o edifício é novamente vendido para aí se instalar uma fábrica de rolhas de cortiça.

A sua classificação como Monumento Nacional data de 29 de Setembro de 1948. Em 1960 foi comprado pela autarquia para aí instalar a Biblioteca Municipal e Museu, cujas obras de adaptação ficaram a cargo da DGMN.

2.1.3. A utilização dos espaços

Se excluirmos a igreja, os espaços monásticos constituem um universo distante e sempre oculto ao exterior, tendo como principal característica a sua privacidade e o isolamento daquilo que o envolve. Embora as regras não apontem diretamente soluções arquitetónicas, a arquitetura tinha de apresentar uma concordância entre a forma e a função, procurando uma harmonia entre a idealização e o funcionalismo.

A disposição deste espaço conventual revela claramente o modo de vida e espiritualidade da comunidade religiosa que o habitava. A prática da clausura reflete-se na disposição e utilização do espaço, tornando-o inacessível.

Rés-do-chão:

A **entrada** do convento (portaria) situava-se na ala este do convento. Era aqui que se encontrava a roda, por onde passavam os objetos do exterior para o interior, e o parlatório. Sobre estes diz a regra de Santa Clara: *“aja em lugar (...) hum tornatório ou Roda nom mais e mujto forte (...) seia hi mesmo ho comuu palratório . acerca do dicto tornatorio / ou Roda / hua fresta quadrada em aqual janella . ou fresta alem do meyo da parede de dentro Seia hua grade de ferro firme e espessa / que ajnda quasi tres cabeças de tres dedos junctos nom caibam per os furaços . e de fora pontas de ferro longas : contra aqual grade da parte de dentro Seia yunto e pregado hu pano duas vezes ou tres dobrado de teea negra grossa e espessa em tal maneyra que a claridade senon possa ver de dentro nem de fora”* (Paulo, 2007: 83 – 84)¹⁰.

A restante área da ala este, por se encontrar muito descaracterizada, é uma zona de muito difícil leitura (reconstituição). Trata-se de um espaço que foi ocupado por uma casa de habitação, alterando por completo a primitiva estrutura.

A **cozinha** e o **refeitório** situavam-se na ala sul do Convento. Trata-se de um compartimento de planta retangular que se encontrava dividido em duas zonas; a zona da cozinha, com lareira, apresenta uma porta de acesso ao claustro, uma outra de acesso direto à horta e uma grande porta de acesso ao refeitório. A zona do refeitório, junto à cozinha, é um compartimento amplo, com uma porta de acesso ao claustro, tendo também uma porta e duas janelas viradas para a horta (Paulo, 2007).

A **escola de noviças** situava-se na ala oeste. Tratava-se de uma sala de planta retangular e, como o próprio nome sugere, seria um espaço onde as noviças se dedicavam à aprendizagem. Na parte sul, junto a este espaço, foram identificados, nas sondagens realizadas em 2001, dois outros espaços que foram interpretados pela arqueóloga Dália Paulo como **oficinas** e **casas**

¹⁰ Citando ASCENÇÃO, Inês, Do Uso da Santa Comunidade da Sumção de Faro, s/data (século XVI), manuscrito, p. 35 e 35v.

de labores. Tratar-se-ia de duas salas com acesso ao interior da cerca, onde foram recuperados, entre outros, objetos relacionados com trabalhos de costura, dedais, alfinetes e agulhas (Paulo, 2007).

A **sala do capítulo** situava-se na ala oeste, contígua à escola de noviças. Apresentava um acesso através do coro baixo, junto à escada de acesso ao coro alto e ao dormitório. A entrada principal encontrava-se virada para o claustro (Paulo, 2007).

A **igreja** encontra-se implantada na ala norte do edifício, apresenta uma orientação este-oeste (cabeceira para nascente e os coros para poente) com uma janela na zona da capela-mor, uma janela na nave, uma porta de acesso ao público e duas janelas ao nível do coro alto. Como já foi referido, a cobertura da igreja foi fortemente afetada pelo terramoto de 1755, tendo havido uma intensa campanha de obras de recuperação. “A cobertura atual da nave é em abóbada de berço. Mas, provavelmente, a sua origem data da obra de setecentos, sendo referida a destruição da igreja pelo cronista franciscano Frei Jerónimo de Belém” (Paulo, 2007: 68). A separação entre a nave e a capela-mor faz-se através de um arco triunfal pleno, rematado por um brasão com motivos concheados na decoração. O acesso à capela-mor faz-se através de uma pequena plataforma com três degraus.

A capela-mor apresenta uma planta quadrada, com uma janela que dá para norte. A cobertura é em cúpula sobre tambor com quatro óculos (Paulo, 2007). A capela-mor apresentava ainda uma porta virada para este (atrás do retábulo) para dar acesso à sacristia.

A poente da nave encontram-se os coros, sobrepostos; o coro baixo seria para acolher as noviças e o coro alto para as religiosas.

O **coro baixo** apresentava planta retangular com três vãos; uma janela, uma porta que dava acesso ao claustro e uma outra porta que dava acesso à escada que subia para o coro alto. Encontrava-se também neste espaço um altar do lado da epístola (direito para quem assiste a missa).

O **coro alto** (situado no 1º andar) mostrava também planta retangular com duas frestas na parede lateral. O **antecoro** era composto por uma sala de planta quadrangular com uma porta de acesso ao coro alto, uma porta de acesso ao mirante e outra ao dormitório (Paulo, 2007).

Ao portal principal da igreja (portal que dava acesso ao exterior) estava associado um adro, do qual não se reconhece a dimensão. Sabemos, no entanto, que este adro se terá conservado até ao século XX por uma referência de Honorato Santos¹¹: “em 1929, por ocasião da abertura das covas para o plantio das árvores no Largo das Freiras (...) vi aparecerem bocados do adro da igreja [já desaparecido] do convento, em bom estado” (Paulo, 2007: 71). Desta citação pode inferir-se que teria havido uma alteração de cota na zona fronteira ao portal da igreja, pelo que este adro estaria soterrado. No entanto, na década de 70 do século XX, aquando da recuperação do museu e remodelação do largo fronteiro, procederam-se no local a importantes remoções de terra e a cota do pavimento foi, mais uma vez, alterada. Possivelmente o que restava do adro terá desaparecido nesta ocasião.

O **claustro** é um espaço central, em torno do qual se desenvolvem as várias dependências, verdadeiro centro em torno do qual se desenvolve a vida conventual. Trata-se de um espaço fechado, ajardinado, que proporciona repouso e convida à meditação religiosa. Este é também um lugar de aprendizagem, com um programa iconográfico específico para a comunidade religiosa, com altares, retábulos e nichos de temáticas religiosas, os quais eram utilizados com fins educativos.

O claustro do convento de Nossa Senhora da Assunção de Faro é composto por dois pisos. No piso do rés-do-chão podem ver-se quatro grupos de arcadas suportadas por colunas, assentes em pedestais. A separação de cada grupo de arcadas é feito por um contraforte rematado na parte superior por uma gárgula, sendo estas gárgulas diferentes entre si. A cobertura do rés-do-chão foi executada em abobadas de arestas com nervuras. O 1º andar era

¹¹ SANTOS, 1943

composto pelos mesmos grupos de vãos, de verga reta, apoiados em colunetos que sustentam capiteis. A sua cobertura era realizada em madeira.

Para aceder ao pátio, provavelmente ajardinado, o parapeito do segundo tramo de cada ala, da esquerda para a direita, encontra-se interrompido. Esta interrupção é imitada no piso superior com a inclusão, no local da interrupção, de uma pequena sacada em ferro.

1º Andar:

Na ala sul encontravam-se o **dormitório das noviças**, a **enfermaria** e a **sala do isolamento**. Tratava-se de um complexo de três salas contíguas, com acesso entre si, de planta retangular; o dormitório das noviças apresentava uma porta de acesso ao claustro, uma porta de acesso à enfermaria e uma porta de acesso ao dormitório principal.

Na ala oeste localizava-se o **dormitório principal**, que apresentava uma planta retangular, com ligação à sala de ante-coro, ligação ao dormitório das noviças e uma porta de acesso ao claustro a meio da sala.

A ala este do primeiro andar apresenta cinco compartimentos, contudo, por estes se encontrarem completamente descaracterizados é impossível assegurar qual seria a sua função. Dália Paulo localiza aí a **biblioteca/cartório** e uma **sala para as aulas de música** (Paulo, 2007).

Ainda na ala este estava situado o **oratório**, junto às escadas de acesso ao primeiro andar. Tratava-se de um pequeno compartimento de planta quadrada com cobertura em cúpula decorada (Paulo, 2007).

Na ala norte, por cima da sacristia e da portaria, encontrava-se a **casa da abadessa**, composta por três salas, quadradas, contíguas.

O mirante, utilizado pelas religiosas para observarem a cidade sem serem vistas, ao qual se acedia por uma escada em caracol, situava-se entre o coro alto e o dormitório.

Fundamental para a vida no convento era a sua **cerca**, de onde as religiosas tiravam parte do seu sustento. Era no interior da cerca que se encontrava a **horta** e o **celeiro**. Esta, como já foi referido, estaria provida de altos e espessos muros que impediam qualquer visibilidade ou contato com o exterior. A cerca do convento de Nossa Sra. da Assunção de Faro teria uma configuração semicircular, confinando com a travessa das freiras, e abarcava as alas sul e este do convento. Com a extinção das Ordens Religiosas parte dessa cerca acabou por ser vendida, descaracterizando desta forma o conjunto. (Paulo, 2007).

2.1.4. A vida em clausura

2.1.4.1. A Comunidade religiosa

Ao longo dos seus quase três séculos de existência, o convento fareense de Nossa Senhora da Assunção foi habitado por diversas religiosas. As fontes documentais permitem saber que apenas ingressavam neste convento mulheres de boa reputação e de estatuto social elevado (Marques, 1990).

Para além das duas irmãs fundadoras do convento, Maria das Chagas e Leonor Trindade, em 1541 chegaram as oito freiras do convento da Madre de Deus de Lisboa, por ordem da Rainha D. Catarina. Um ano depois existe referência à entrada de Joana de S. Francisco, proveniente de Beja, cidade onde nasceram as irmãs fundadoras.

Dez anos depois da chegada das oito irmãs, o Ministro Provincial Fr. Francisco da Conceição, após uma visitação, escreveu à Rainha D. Catarina. Nesta missiva dá conta do que viu, informando que achou a comunidade muito pequena (com 18 religiosas e mais 4 que estavam para entrar) devido ao muito serviço a realizar: *“e tambem as achey affadigadas de poucas pera os seruyços por que auja muitos dias que quatro dellas estauam doentes, de maneyra que pera ho coro E os mays serujços fjarãm poucas, E assy foe força consentjr lhe tomar tres. (...). A filha do (...) que por doente estaua fora, E já .vossa. Alteza. quys que se tornasse, E eu a metj, de que aquella gente fjca muito contente que he bom pera as freyras // a outra he tambem da terra filha de homem E*

molher muy honrrados, E com que dão boa esmola a outra he de mértola filha dum Diogo nunez ja defunto que foe (fl. 1v) alcayde do castello E hum jrmão della he scriuão da camera E outros muy de bem, E também dão com ella esmola com estas esta reçebyda minha cidade de portallegre como .vossa. Alteza. mandou posto que me foe caro mandala receber sem nada pollo que .vossa Alteza. Comjgo tjinha assentado. De maneyra que com que estas quatro que agora entram são vynte E duas // em outras me fallaram mas não quis dar lyçença ate fallar com .vossa.Alteza". (Paulo, 2007, 97-98).¹²

O número de freiras estipulado, em 15 de Maio de 1567, por bula papal de Pio V, era de trinta. Em 1687, D. Simão da Gama, Bispo do Algarve, refere que o número era de trinta e três, tal como no mosteiro da Madre de Deus e em todos os mosteiros da primeira Regra (Marques, 1990).

Relativamente à origem social, Frei Jerónimo de Belém enfatiza que havia “*muitas donzellas da primeira nobreza de Faro, e de outras partes remotas, ainda de fóra do Reyno*”. Esta ideia é reforçada por D. Simão da Gama, Bispo do Algarve, em 1687: “*nesta Cidade há hum Conuento de Religiosas Capuchas da primeira regra de Santa Clara instituido pela Rainha D. Catarina a Glorioza memoria, o qual dotou com mão tão liberal para serem nelle Religiosas as mulheres nobres e principais deste Reino*” (Marques, 1990).

No século XVII houve um motim no convento contra a entrada de uma filha de Manuel Viegas por ser *contra o estatuto da fundação do mesmo mosteiro, por elle ser homem de tão humildes principios, e offiçio mui vil*. Nesta época entrou para o convento uma filha de Francisco Manuel Peçanha, escrivão da Câmara. A posição social elevada das senhoras que entravam no convento é uma constante. No século XVIII entram uma filha do Desembargador Crespim Mascarenhas e uma filha do Juiz da Alfândega de Faro, ambos naturais de Lisboa (Marques, 1990).

¹² A.N.T.T. Corpo Cronológico Parte I Maço 86 Doc. 70 – 15 de Junho de 1551, segundo MARQUES, 1990, vol. 2. p. 250-251.

2.1.4.2. Os hábitos religiosos

A vida conventual das clarissas rege-se, principalmente, pela sujeição a três votos: castidade, obediência e pobreza. O peso fundamental da clausura é sentido, quer no edificado, quer na vida em comunidade. O quotidiano era modelado por regras bem definidas, desde a entrada das noviças no convento até à eleição da abadessa. Neste sub-capítulo abordam-se algumas dessas regras, numa tentativa de compreender a rotina conventual.

A entrada no convento estava dependente de algumas condições: existência de vaga; passar por um “exame” de fé católica; ter o consentimento da abadessa e da maior parte das irmãs; ter licença do Cardeal protetor da Ordem e do Ministro Provincial; ir por livre vontade e não obrigada; não ter homem ou marido; não ser *de antiga idade*¹³ ou doente¹⁴ ou louca; deve ser idónea; deve vender todas as suas coisas ou dar aos pobres; não ter nenhuma irmã no mesmo convento (o que motivou a separação das duas irmãs fundadoras a partir do momento que professaram) (Marques, 1990).

O modo de admissão à vida religiosa podia ser feito, sobretudo, por três vias: solicitação familiar, transferência de outro convento ou recomendação da Rainha, o que acontece sobretudo no século XIX (Marques, 1990).

A abadessa tinha a incumbência de informar as senhoras que queriam entrar para o convento de todas as condicionantes da decisão. Desde o primeiro momento de admissão, e para frisar bem a separação do mundo exterior, era realizado o corte dos cabelos. Do mesmo modo, era obrigatório renunciar às roupas seculares, sendo em troca fornecidas três saias e um manto. A túnica *de cima*, ou hábito da ordem, era obrigatória em público,

¹³ A idade mínima de entrada no convento era 11 ou 12 anos. No entanto, só era possível receber o hábito de freira aos 18 anos e raramente depois dos 40 anos (só excepcionalmente, se *for muito nobre*).

¹⁴ Apesar desta regra conhece-se um caso de uma religiosa admitida neste convento que seria muito enferma, o que motivou uma queixa dirigida ao Rei (sobre este assunto veja-se Marques, 1990).

mesmo diante das outras irmãs e até a dormir; apenas havia dispensa de dormir com ela caso estivesse doente. Esta túnica não deve passar “*a longura das sorores (...) nem ha de cair sobre a terra*”. Deveria ter a largura de 15 palmos e que as mangas não passassem o punho. As túnicas de baixo “*sejam de humilde, comum e vil pano, não sejam forradas*”. O manto seguia a mesma regra das túnicas de baixo e não devia ser “*franzido nem pregado*” à volta do pescoço, nem muito longo que rase o chão. A corda devia ser, também, comum e com nós. Para finalizar, os véus de uso obrigatório pela abadessa, pelas irmãs e pelas professoras. A intenção de andarem de cabeça coberta era para tirar “*toda a curiosidade e vaidade*”. Deviam cobrir “*a fronte, as faces e a barba*” com véus de tecido grosso e assim permanecer sempre que estivessem em comunidade, na igreja, no capítulo e no refeitório (Paulo, 2007: 94).

A entrada no convento pressupunha o começo de um mundo de rituais e hierarquias. De início, quem entrava recebia a designação de *manceba*. Mais tarde, quando se decidiam pela profissão de freira, passavam a ter a designação de noviças e, durante um ano, recebiam educação por parte de freiras mais antigas. Passavam então a denominar-se professoras, fazendo um ano de provação. Para passar a professoras a idade mínima era de 16 anos e a máxima de 25 anos, norma estipulada no Concílio de Trento (1545-1563). As noviças e professoras eram recebidas em Capítulo na presença de todas as irmãs. Para receber a profissão deviam estar de joelhos diante da abadessa e dar-lhe as mãos, declarando que por vontade própria o desejavam (Paulo, 2007).

O quotidiano destas mulheres era marcado pela oração e pelo silêncio. A comunidade era chamada para a oração através do sino. Apenas a abadessa ou a vigária podiam autorizar a saída antes do ofício acabar. Somente estavam dispensadas de comparecer no coro para a oração as enfermas e as irmãs de serviço à enfermaria. Quanto ao modo de tocar para a missa, de sentar, de ajoelhar, de inclinar, de levantar e restantes preceitos durante a missa, deviam seguir os costumes e ordenações dos frades menores.

Era imperativo que as freiras se confessassem com frequência, sendo recomendada uma periodicidade quinzenal. No entanto, era admitido que recebessem o sacramento da confissão pelo menos 12 vezes por ano. O convento possuía um confessor, mas este só poderia entrar na clausura no caso de ter de confessar alguma enferma impossibilitada de se deslocar.

Sendo um convento de clausura, após o ingresso não poderia haver licença para sair, a não ser por transferência para outro convento. Para além disso, o contacto com o exterior estava condicionado e era esporádico. Em algumas ocasiões era permitido às freiras comunicar através da grade, mas nunca através da porta. Durante o período quaresmal era proibido falar ao palatário, exceção feita à confissão.

A abadessa é a figura mais importante da hierarquia conventual. Como requisito para ocupar esta função a idade mínima era de 30 anos. A eleição de uma abadessa só se processava quando a abadessa anterior morria, como ordena a Regra de Santa Clara. A documentação existente menciona o nome de onze abadessas do convento. A primeira, soror Inês d'Ascensão (vinda do convento da Madre de Deus) liderou a instituição durante 25 anos. Depois só existe registo do nome das abadessas no final do século XVII, sabendo-se que, em treze anos (1681-1694), houve sete abadessas (Paulo, 2007).

A segunda figura da hierarquia conventual era a vigária, mas todas as irmãs tinham cargos: sacristã, oito discretas, porteiras (maior e menor), escritã e corista. Para o final do século XIX existe documentação com indicação das freiras e respetivos cargos por que passaram (Marques, 1990).

2.1.4.3. Os hábitos alimentares

A alimentação da comunidade conventual centra-se essencialmente em dois tipos de bens: os que poderiam ser produzidos na cerca e os que teriam de ser adquiridos no exterior. Existem alguns documentos que permitem conhecer em parte alguns hábitos de consumo desta comunidade. Por exemplo, sabe-se que D. João III concedeu, em 15 de Julho de 1549, ao comprador de carne e peixe para o convento, o privilégio de ser atendido em

primeiro lugar. Em 28 de Fevereiro de 1550, D. Catarina doava ao convento 20 milheiros de sardinhas, 10 dúzias de pescadas secas e duas dúzias de atuns. A 10 de Fevereiro de 1552, quatro moios de sal. Três anos mais tarde, a 14 de Março, fazia-lhe esmola da mesma quantidade e tipo de pescado, bem como de sal (Marques, 1990).

No século seguinte podemos encontrar outras referências aos produtos alimentares habitualmente consumidos neste convento. Por exemplo, a 19 de Dezembro de 1622, por alvará de Filipe III de Portugal, é doada uma arroba de pera “*como há muitos anos se fazia àquele convento*” (Marques, 1990: 167), pelo que ficamos a saber que esta era uma esmola régia que se praticava em período anterior, estando já consolidada nesta época. Seis anos depois o mesmo Rei estabelece que anualmente se dê ao convento “*vinte moios de trigo, seis de cevada, três de centeio, trinta alqueires de grão, dez alqueires de lentilhas, uma pipa de azeite, duas jarras de mel, um fardo de arroz*” (Marques, 1990: 167).

Não existem documentos conhecidos que retratem as receitas usadas pelas freiras do Convento de Nossa Senhora da Assunção de Faro, pelo que apenas pudemos supor que não fosse muito diferente de outras instituições semelhantes. O consumo quotidiano obedecia à regra de cada ordem religiosa e tinha em conta as variações de acordo com os dias de carne e os de peixe, isto é, os dias gordos e os dias magros ou de jejum e de abstinência. Por norma, eram servidas duas refeições, o jantar e a ceia. Nos dias de festa, em especial no Natal, na Páscoa e no dia do santo patrono, havia pratos próprios para comemorar as datas do calendário litúrgico. O pão era um dos alimentos que estava na base da alimentação, sendo fundamentais as esmolas do cereal necessário à sua confeção. Quanto à doçaria, no Convento de Nossa Senhora da Encarnação, do Funchal, uma casa de clarissas, era habitual o arroz doce nos dias de Santa Clara e de São João. Nesta data também se faziam bolos de cevada. No Natal consumiam-se argolinhas, batatada, bolo de mel, chouriços (doces) e pão-de-leite. Os coscorões consumiam-se pelo Entrudo e pela Páscoa, sonhos na Quaresma, a par das talhadas de amêndoa, arroz doce, broas, caramelo, cavacas, coscorões, queijadas, rapadura em dia de Nossa

Senhora da Encarnação (Braga, 2007). Apesar da Regra conventual apontar para a frugalidade, verifica-se que haveria exceções.

3. A Faiança

3.1. Estado atual dos conhecimentos: a faiança como objeto de estudo

O desenvolvimento do estudo da faiança arqueológica relaciona-se com o atual interesse despertado pela arqueologia de época Moderna, período pouco trabalhado pelos arqueólogos portugueses até recentemente. Este renovado interesse é sobretudo fruto das intervenções de salvamento em espaço urbano, cada vez mais abundantes, impulsionadas principalmente a partir da última década do século XX. Nestas intervenções são normalmente recolhidos abundantes materiais de cronologia pós-medieval, os quais necessitam de ser devidamente enquadrados e interpretados, representando a cerâmica de vidro estanífero uma parte significativa dos fragmentos cerâmicos recolhidos.

O estudo da faiança portuguesa começou a despertar interesse nos historiadores de arte a partir de finais do século XIX. Estes estudos, centrados sempre em peças raras e de grande qualidade artística, puseram quase sempre de parte a faiança utilitária e de uso comum. A publicação *Cerâmica Portuguesa*, por José Queirós, em 1907, é considerada o marco fundacional para o estudo da faiança nacional, abrangendo pela primeira vez produções de uso quotidiano.

A louça de vidro estanífero, branca ou com singelos apontamentos de cor, produzida na zona de Sevilha nos séculos XIV e XV, estará na origem da produção da faiança quinhentista portuguesa. Este tipo de produção inicial foi pouco estudado pela História da Arte devido às suas características intrínsecas (peças sobretudo sem decoração, pouca variedade formal, fraco estado de conservação dos exemplares) e tem recebido da Arqueologia um importante

complemento ao seu melhor conhecimento. Trata-se de uma cerâmica de uso corrente, pouco elaborada, sem decoração ou com decoração simples.

O período seguinte, que corresponde à primeira metade do século XVII, apresenta-se como o grande momento da faiança portuguesa, aumentando nesta época a sua produção, o que leva a que grandes quantidades tenham sido exportadas, marcando presença em diversos sítios arqueológicos além-mar e na Europa. Este tipo de faiança é marcado por uma decoração baseada nos modelos orientais, onde vai buscar a sua principal inspiração. A mais importante contribuição para o estudo deste período de produção da faiança portuguesa surge em 1987 e vem de *Faiança Portuguesa: 1600-1660* de Rafael Salinas Calado e Jan Baart. Esta publicação revela os resultados das escavações dirigidas pelo último em 1981-1982 em Amesterdão, numa zona ocupada sobretudo por judeus portugueses na primeira metade de século XVII. O volume e qualidade da cerâmica recuperada permitiram uma revisão cronológica e estilística da faiança portuguesa, rompendo com alguns conceitos instituídos. Esta é também a primeira vez que se parte para a análise da faiança numa perspetiva arqueológica, marcando o início de uma nova abordagem, que então começa a dar os primeiros passos.

Em 1992, Rafael Salinas Calado publica a sua obra de referência *Faiança portuguesa, a sua evolução até ao início do séc. XX*. A organização de várias coleções museológicas de acordo com este quadro interpretativo contribuiu para a sua aceitação, constituindo desde então uma imagem difícil de contrariar, ainda que o autor tenha vindo a questionar alguns aspetos à luz dos crescentes dados arqueológicos.

O desenvolvimento da investigação arqueológica no estudo da faiança portuguesa Moderna e Contemporânea dá-se sobretudo na década de noventa do século XX, sem desconsiderar os esforços feitos ainda na década de oitenta. Fruto desta mudança de mentalidades, as *Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós - Medieval de Tondela* cuja primeira edição é em 1992, impõem-se como um espaço privilegiado e de referência para o estudo da cerâmica pós-Medieval, até aí bastante descurado. O trabalho continuou nas

edições posteriores (1995, 1997 e 2000) constituindo-se as correspondentes atas como obras de referência.

Em 1996 é publicada a revista *Xelb 3 - Silves nos Descobrimentos*, marcando o início do estudo de faiança arqueológica no território algarvio e mantendo-se durante longos anos como um trabalho isolado no panorama arqueológico algarvio.

Em 2001 sobressai a publicação, pelo Museu Nacional de Soares dos Reis, do *Itinerário da faiança do Porto e Gaia*. Constituído por contribuições de diversos autores, destaca-se a importância dada à faiança proveniente de escavações arqueológicas. Só a partir desta data se pode considerar que o estudo da faiança arqueológica ganha o lugar devido, assumindo-se como um marcador significativo para o conhecimento das produções pós-medievais. Este impulso prossegue com a revista *Estudos/Património*, que permitiu a divulgação de três contribuições: o *Mosteiro de S. João de Tarouca: 700 anos de História da cerâmica*, por Luís Sebastian e Ana Sampaio e Castro em 2002, *A cerâmica portuguesa nos Países Baixos (1525-1650): uma análise socioeconómica baseada nos achados arqueológicos*, por Michel Bartels em 2003, e *A faiança portuguesa do século XVII na Bahia*, por Carlos Etchevarne em 2007. Nos anos seguintes vão surgindo diversos artigos em revistas de arqueologia que abordam esta matéria, marcando definitivamente uma mudança de mentalidades em relação a esta temática.

Em 2008 Luís Sebastian e Ana Sampaio e Castro publicam *A faiança portuguesa no Mosteiro de S. João de Tarouca: metodologia e resultados preliminares*, dando-se assim mais um importante passo no estudo desta matéria. No ano seguinte, as teses de doutoramento de Luís Sebastian *A Produção Oleira de Faiança em Portugal (Séculos XVI a XVIII)* e de Tânia Casimiro *Faiança Portuguesa nas Ilhas Britânicas (dos Finais do século XVI ao início do século XVIII)*, marcam definitivamente o estudo da faiança arqueológica e a aceitação pela comunidade científica de estudos centrados em materiais de época Moderna.

Sintomático da aceitação pela comunidade científica dos estudos centrados na arqueologia de época moderna é a realização em Lisboa do Congresso Velhos e Novos Mundos, em Abril de 2011. A publicação da respetivas atas em 2012 tornaram este congresso num marco importante para o estudo do tema.

3.2. A faiança como indicador cronológico e social

3.2.1. A fase inicial de consumo

Durante o século XV chegam a Portugal produções italianas de excelente qualidade, decoradas com elaborados motivos, que apresentam vidrado estanífero aplicado após uma primeira cozedura (denominada enchacotagem), peças que têm uma enorme aceitação junto das classes mais abastadas. Ainda durante o século XV, as produções com vidrado estanífero produzidas na zona valenciana do país vizinho penetram também no mercado português, sobretudo através das classes com maior poder económico. O poder de aquisição destas dispendiosas peças é claramente distintivo de uma franja minoritária da população.

A democratização deste tipo cerâmico começa no final do século XV ou início do século XVI com a produção de louça branca na região espanhola de Sevilha, por vezes com decoração em azul e manganés, a qual foi abundantemente exportada para mercados além-mar a partir da expansão colonial espanhola. Esta dinâmica mercantil envolvia também o comércio europeu, onde se inclui o mercado português, tendo sido identificadas peças deste tipo em sítios arqueológicos um pouco por todo o país. Estas peças, de carácter utilitário e pouco decoradas, por isso de preço acessível, vieram a permitir a sua aquisição por um maior leque populacional. É esta produção que vai estar na origem da faiança quinhentista portuguesa, produção que imita claramente a sua congénere espanhola. As mais precoces produções portuguesas apresentam-se muito similares às produções espanholas do mesmo período, o que dificulta a sua classificação quanto ao local de origem apenas baseada numa observação macroscópica.

Quanto ao termo *faiança*, este entra em Portugal apenas no século XIX, por via francesa (*fayance*), sendo que, antes desta data, este tipo cerâmico era denominado por “louça fina”.¹⁵

3.2.2. A faiança portuguesa

Como já foi dito, as primeiras produções portuguesas vão ser diretamente inspiradas pelas produções sevilhanas, quer no que respeita às formas, quer às decorações, bem como nos tipos de pasta e vidrados utilizados. Provavelmente estas produções terão origem num grupo de artífices originário de Sevilha que trouxe consigo as técnicas aí utilizadas (Casimiro, 2010). Sabe-se que Sevilha produziu este tipo cerâmico desde o final do século XV, sendo uma produção que obteve grande aceitação e atingiu grande longevidade. Muito característicos destas recuadas produções são os pratos de fundo interno e externo em ônfalo e as malgas de carena acentuada e fundo em ônfalo. Estas últimas evoluem, a partir da segunda metade do mesmo século, mantendo o mesmo perfil carenado mas com um pé em anel em substituição do fundo em ônfalo. A forma mais antiga pode apresentar variantes com asas ou decoradas com escorridos de vidrado verde. Esta produção espanhola foi largamente exportada a partir da expansão colonialista, tendo sido recuperados exemplares deste tipo em inúmeros locais do Novo Mundo.¹⁶ Ainda no século XV foram produzidas em Sevilha as mesmas formas, com pastas e vidrados semelhantes mas decoradas a azul e manganês. Também estas foram largamente exportadas para as colónias espanholas, tendo aí sido recolhidos vários fragmentos que atestam essa realidade. Esta série cerâmica, decorada a azul e manganês¹⁷, parece ter-se esgotado até à segunda metade do século XVI. A partir desta data, mantendo as mesmas

¹⁵ Em 1805 António Veloso Xavier escreve “distingue-se esta da ordinaria em seus principios constitutivos, e na combinação dos mesmos: estas diferenças às vezes são curtas, e não se conhecem à primeira vista, porém dá-se huma mui notavel, qual he o verniz branco da louça fina”. Citado por Luís Sebastian, 2012

¹⁶ Também designada por *Columbia Plain (USA)*, *Plain White (UK)*, *Blanca Lisa (ES)*.

¹⁷ Designada internacionalmente por *Isabella Polycrome (USA)*, *Blue and Purple (UK)*, *Azul e Morado (ES)*

formas anteriores e igualmente largamente exportada para as Américas, começa a aparecer uma cerâmica que apresenta pasta e vidro semelhante à simplesmente esmaltada a branco mas com pequenos apontamentos a azul de tonalidade clara, consistindo em simples filetes que rodeiam o contorno interno do bordo e fundo¹⁸. Mais raramente, o fundo pode apresentar-se decorado com motivos muito simples. Como já foi referido, as mais precoces produções nacionais vão colher inspiração nestas produções do país vizinho.

A produção portuguesa de cerâmica com vidro estanífero encontra-se documentada textualmente desde o século XVI (Calado, 1992). A escavação do Forno da Mata da Machada (Barreiro, Lisboa) pelo arqueólogo Cláudio Torres nos anos 80 (Torres, 1990) permitiu a Tânia Casimiro apontar a década de 1540 para o início da produção de faiança em território português (Casimiro, 2010). A produção identificada, esmaltada a branco ou com pequenos apontamentos a azul, singelos filetes rodeando o bordo ou o fundo, marca o período inicial desta produção. O material recolhido nesta escavação vem pela primeira vez confirmar arqueologicamente esta recuada produção de faiança no território nacional. A evidência das cerâmicas aí recolhidas, muito similares às produções espanholas do mesmo período, coloca algumas questões em torno da classificação de alguns fragmentos recuperados em escavações arqueológicas um pouco por todo o país, tradicionalmente atribuídos a produções exógenas, que na verdade poderão pertencer a essas produções portuguesas mais recuadas.

No período seguinte, durante a primeira metade do século XVII, a faiança portuguesa parece perder a influência espanhola e começa a caracterizar-se pela adaptação de motivos orientais. Trata-se de uma produção de elevada qualidade, tendo sido exportada tanto para mercados europeus como de além-mar (Casimiro, 2008). Segundo João Pedro Monteiro, esta opção decorativa pelos motivos orientais e exóticos é também uma opção política, associando o nome de Portugal aos territórios exóticos, aos descobrimentos e ao Oriente (Monteiro, 2003). É um tipo de faiança que imita

¹⁸ Designada também por *Yayal blue on white (USA)*, *Linear Blue (UK)*, *Azul Lineal (ES)*

modelos e decorações da porcelana chinesa, onde vai buscar inspiração, tentando copiar o seu brilho e exuberância, mas adaptando a técnica. “A porcelana possui origem oriental, sendo composta por uma argila que quando submetida a temperaturas muito elevadas (mais de 1300°C) atinge um toque e consistência vítreos. É geralmente decorada com delicadas pinturas, de grande precisão, utilizando cobalto, cujo pigmento é de fácil absorção e proporciona tons de azul de grande profundidade e definição” (Carneiro, 2002: 114). Já a faiança é uma cerâmica que é submetida a uma primeira cozedura (enchacotagem) após a qual recebe um revestimento vítreo à base de estanho, que suporta a realização da decoração antes de ser submetida a uma cozedura final (Carneiro, 2002: 114). O resultado final, embora menos perfeito e brilhante que a porcelana chinesa, teve uma boa aceitação comercial devido à sua boa relação custo/qualidade. No auge da produção de faiança em Portugal o simbolismo oriental, que nada significava para os portugueses, é transformado esteticamente pelos artesãos nacionais e reinterpretado em novas composições onde se misturam influências orientais com características especificamente portuguesas.

A segunda metade do século XVII é caracterizada pela introdução de uma profusão de desenhos contornados a manganés, com decorações mais estilizadas, transformadas a partir dos motivos anteriormente utilizados. Esta época vê diminuir a exportação da faiança portuguesa, passando a produção a ser mais dirigida ao mercado nacional. Como consequência, há uma introdução de novos motivos decorativos, onde se podem ver figuras zoomórficas e cenas do quotidiano. Por falta de exigência do mercado interno, a qualidade da cerâmica baixou, mas ganhou novos públicos, tornando-se mais acessível. Ainda que se tenham mantido os mesmos temas e motivos ornamentais, “a dureza dos contornos escuros – que passaram a usar-se desde meados do século XVII até meados do século XVIII – foram fazendo perder a delicadeza de desenho do estereótipo, modificando substancialmente o aspeto da faiança, que assim resultou muito mais livre, personalizada e espontânea” (Calado, 2001: 19).

Com a transição do século XVII para o século XVIII verifica-se uma menor procura pela faiança portuguesa, ofuscada pela crescente preferência pela porcelana chinesa, e pelas baixelas de prata e estanho, que acompanham o crescente poder económico proporcionado pelo ouro brasileiro. As classes menos abastadas continuam a procurar algumas produções menos elaboradas.

O terramoto de 1755 vai incutir um novo fôlego à produção portuguesa de faianças. Com a reforma industrial introduzida pelo Marquês de Pombal na segunda metade do século XVIII, como meio de combater a estagnação económica decorrente da devastação provocada pelo terramoto, são criados incentivos à produção. Entre 1767 e 1810 são criadas 56 fábricas de cerâmica, localizadas em Lisboa, Viana, Porto, Aveiro, Coimbra, Caldas da Rainha e Estremoz. Mas este foi um renascimento de curta duração, pois a maior qualidade de algumas produções europeias, que apresentavam preços competitivos, acabou por fazer perder o interesse na produção nacional, levando à decadência das fábricas portuguesas.

3.2.3. Centros produtores portugueses

Para os períodos mais recuados de produção nacional são conhecidos três centros produtores de faiança em Portugal, localizados nas zonas de Lisboa, Coimbra e Porto (Vila Nova de Gaia). Esta produção é conhecida sobretudo a partir de fontes documentais, uma vez que a existência de fornos de faiança documentados arqueologicamente é escassa. No entanto, a existência de profissionais dedicados ao fabrico de cerâmica com vidro estanífero está documentada a partir da segunda metade do século XVI nos *Regimentos dos Oleiros e Malegueiros*, que mostram uma profissão já bem organizada, o que a fará remontar a data anterior, talvez ao início da centúria. Um claro indício da influência das produções do Reino de Granada nas produções portuguesas está na adoção do termo *malegueiro* para designar o mestre na arte de fazer loiça fina de mesa e do termo *malga* para designar o recipiente que imitava os objetos importados dessa região.

A descoberta arqueológica mais importante no que respeita à produção de faiança no território nacional localiza-se na margem sul do rio Tejo, na zona

do Barreiro. Trata-se do forno da Mata da Machada, o qual veio a ser descoberto ainda com a sua última fornada *in situ*. Este forno incluía uma grande variedade de formas cerâmicas, de onde se destacam as formas de pão de açúcar. No entanto, os achados mais importantes desta fornada são um conjunto de formas em chacota de tipologias tradicionalmente atribuídas a produções sevilhanas (malgas acentuadamente carenada e pratos de fundo em ônfalo interno e externo). Esta última fornada, datada pelo arqueólogo responsável pela intervenção (através de numismas aí recolhidos) de 1520/1530 (Torres, 1990), mostra provavelmente uma das mais antigas produções de faiança em Portugal, ainda com tipologias trazidas pelos oleiros espanhóis entretanto radicados no nosso território, vindo assim a confirmar a informação obtida por via documental. Também na zona lisboeta de Santa Catarina foram identificados restos de um forno que parece ter servido tanto para produções de barro vermelho como de barro branco (Casimiro, 2010: 512). A recente descoberta de restos de refugo de produção de faiança, usados para entulhar valas de extração de argila na Rua de Buenos Aires, perto na zona da Estrela, bem como de peças em chacota, veio trazer mais uma importante achega para o conhecimento da produção oleira nesta zona de Lisboa. Entre os vestígios recolhidos encontram-se fragmentos de tijolo de fornos vitrificados pela ação do calor, caixas de vidragem com os seus cravilhos, abundantes fragmentos de cerâmica em chacota, placas para azulejo, pratos, malgas, taças, saladeiras, boiões, jarros, etc. As peças de refugo de faiança, embora em menor quantidade, registam os principais motivos decorativos usados nos finais do século XVII (Batalha et al, 2012).

Em 2003 foi identificado em Coimbra uma base de forno (Garagem Avenida) que parece atestar também a produção de faiança neste local em data precoce. O forno, de base retangular, apresenta a mesma tipologia que o da Mata da Machada, tratando-se de um forno de influência italiana, que as fontes documentais mostram persistir até finais do século XIX. Esta intervenção, realizada em acompanhamento e por isso sem um minucioso controlo estratigráfico, permitiu, no entanto, a recolha de alguns fragmentos de pratos de fundo em ônfalo e malgas carenadas do mesmo tipo dos encontrados no forno da Mata da Machada. O facto de alguns destes exemplares ainda se

encontrarem em chacota parece comprovar arqueologicamente o seu fabrico neste local durante o século XVI (Sebastian, 2010: 81).

Já para o centro produtor de Vila Nova de Gaia a documentação parece apontar para o início das produções de vidrado estanífero o início do século XVII, momento um pouco mais tardio que os anteriores.

Embora a produção de faiança iniciada na zona de Lisboa se tivesse estendido a Coimbra e Porto, nem todas as regiões possuíam argila de boa qualidade para este produto. A argila selecionada para a produção de faiança deve obedecer a critérios que se vão refletir na qualidade final do produto. Para o fabrico deste tipo cerâmico deve ser usada uma argila rica em calcário, uma vez que este material permite uma melhor reação química entre a argila e o esmalte estanífero, evitando o destacamento do revestimento. A argila rica em óxidos de ferro provoca uma reação química adversa com o vidrado estanífero, dificultando a sua aderência. Por este motivo, as pastas das faianças apresentam-se normalmente com coloração pálida, bejes ou amareladas, devido à elevada percentagem de calcário presente na argila.

A produção de faiança implica muitas vezes a mistura de argilas e adição de elementos não plásticos, de modo a obter a qualidade necessária. Deste modo, quando um centro produtor encontra um barreiro que apresenta determinadas características, tende a usá-lo até se esgotar, de modo a não ter de recalcular amiúde as proporções de mistura de componentes¹⁹.

Os barros utilizados pelos oleiros de faiança lisboetas tinham diversas origens localizadas na zona de Lisboa e arredores, estando a principal jazida lisboeta localizada entre os Prazeres e a Estrela (Casimiro, 2010: 464). Em Coimbra e arredores havia também importantes jazidas de onde era extraída

¹⁹ Este hábito não está isento de problemas pois com a continuação da exploração e o alargamento da área do barreiro por vezes podem surgir problemas de convivência vicinal: em Coimbra, por exemplo, está documentalmente comprovada a proibição de exploração de uma determinada jazida pois já estava a provocar danos à agricultura e à população. Havia também a obrigação do entulhamento de certas áreas já exploradas quando estas se localizavam em zonas de pressão urbana.

argila para os produtores da zona. Já na zona do Porto e Vila Nova de Gaia não eram conhecidos barreiros e a argila branca utilizada na produção das faianças destas regiões era sobretudo importada da capital, estando documentada nos registos portuários desde 1647 (Casimiro, 2010: 464).

Para além da argila, é normal a adição de elementos não plásticos à mistura de modo a alterar as suas características. A areia é um componente comum, uma vez que a sílica permite uma maior estabilidade da peça quando vai ao forno, evitando que a expansão da argila faça com que a peça se parta. Muitas vezes pode também observar-se cerâmica triturada, que aumentava também a resistência térmica.

Os centros oleiros, quando possível, encontravam-se na proximidade dos barreiros, de modo a minimizar os custos de transporte. Em Lisboa encontramos um dos principais núcleos de produção de faiança na Freguesia de Santos-o-Velho, perto do barreiro localizado na zona entre os Prazeres e a Estrela. O núcleo mais antigo das olarias lisboetas estava localizado na base da colina do Castelo, junto à Ribeira de Arroios. Este núcleo de produção, de origem medieval, continua em laboração durante a época moderna, sendo aqui produzida a cerâmica vermelha. A produção de faiança de barros brancos vai ocupar uma nova localização, mais próxima não só dos barreiros de entre os Prazeres e a Estrela (cerca de 1km) como também do rio, principal via de escoamento desta produção. Sobretudo a partir do século XVII, quando a faiança portuguesa atinge o auge das exportações, não só para o Brasil e restantes colónias, mas também para a Europa e Américas, esta proximidade ao rio será um fator a ter em consideração. Celso Mangucci afirma que a expansão desta indústria na zona de Santos logo no primeiro quartel do século XVII “se dá em função da produção de “louça de Veneza”, “louça fina” ou “louça de carregação”, ou seja, de uma faiança leve e por isso fina, decorada com motivos chineses e destinada a exportação” (Mangucci, 1996:159)

Em Coimbra as olarias localizavam-se também junto ao rio, tanto as de barro vermelho como as de barro branco. No entanto, as jazidas de barro branco localizavam-se a alguma distância, a cerca de 10Km. A produção era

escoada em barcos de tamanho pequeno até à zona portuária da Figueira da Foz, uma vez que o Mondego não permitia a navegação de barcos de grande calado.

As produções da zona do Porto também se implantaram em função da proximidade ao rio. Uma vez que na área não existem jazidas de onde retirar a matéria-prima necessária à produção oleira (o barro usado nestas produções é importado de Lisboa), o rio é determinante ao servir um duplo propósito: para importar a matéria-prima e para exportar o produto final.

Para a distinção entre os diferentes centros produtores revelou-se muito útil a sistematização realizada por L. Sebastian na sua tese de doutoramento (Sebastian, 2010) a qual sintetiza os aspetos chave que distinguem as diferentes produções.

As pastas utilizadas pelas olarias de Lisboa tendem a apresentar uma coloração beje amarelada, pouco compacta, facilmente riscável com a unha e com tendência a desfazer-se entre os dedos. Trata-se de uma pasta essencialmente margosa, com pouca ou nenhuma adição de barro vermelho (Sebastian, 2010: 485). Estas particularidades da pasta provocam por vezes um recuo da pasta em relação ao vidro durante a fase de lavagem do material arqueológico. Podem observar-se melhor estas características em produções realizadas até à primeira metade do século XVII, enquanto na segunda metade se observa sobretudo uma pasta um pouco mais rosada e mais dura pela adição de uma percentagem de barro vermelho.

A qualidade das argilas coimbrãs leva a que, após a cozedura da chacota, as pastas se tornem um pouco mais rosadas que as lisboetas, sendo este um dos principais meios de distinção destas produções, sobretudo no que respeita às mais antigas. No entanto, a variabilidade da cor da pasta, por vezes dentro da mesma fornada ou até da mesma peça é também uma das características deste centro produtor. Esta coloração das pastas vai, por vezes, ser visível através da menor opacidade do verniz coimbrão, provocando um escurecimento do esmalte. É também com mais frequência que se encontra

chacota moída como desengordurante nas pastas aqui produzidas (Sebastian, 2010).

Quanto às pastas pertencentes às produções de Vila Nova de Gaia, sendo as argilas importadas da capital, apresentam semelhanças com estas, ainda que a mistura final seja feita *in loco*, com a adição de elementos exógenos à própria argila importada. Deste modo, dado o elevado custo do barro importado da capital, ou ainda podendo ser motivado por alguma rutura no fornecimento da marga branca, verifica-se que, entre as pastas tendencialmente amareladas do centro produtor nortenho, se venham a encontrar pastas mais avermelhadas, provavelmente relacionadas com uma maior adição de barro vermelho. No entanto, estas pastas distinguem-se dificilmente das pastas lisboetas mais tardias (Sebastian, 2010). Dificuldades na distinção entre estes dois centros produtores estão patentes na tese de mestrado de Ana Rita Trindade (2012), que estudou os materiais provenientes da intervenção arqueológica do Mercado de Santana (Leiria), antigo Convento de Santana. A autora acaba por deixar em aberto a questão da origem de algumas das peças.

É na qualidade do vidro que se dá a maior distinção entre estes centros produtores. O vidro obtido nas oficinas lisboetas é bastante espesso e rico em estanho, o que lhe dá uma brancura e um brilho maior. Por vezes pode apresentar pequenos pontinhos pretos de chumbo. Quando a peça se encontra fraturada, e dada a extrema porosidade da pasta, o esmalte pode descolar-se desta em lascas, uma vez que a estabilidade da peça foi rompida através da fratura da mesma. Quanto à pintura, a pincelada azul de cobalto encontrada na produção lisboeta é, regra geral, mais clara que a nortenha, apresentando minúsculos pontinhos de cobalto uniformemente distribuídos ao longo da pincelada. É também mais leve que a sua congénere nortenha, e tende a esbater-se na zona do contorno, podendo uma mesma peça apresentar diferentes tonalidades de azul-cobalto (Sebastian, 2010).

Quanto ao vidro das produções de Vila Nova de Gaia, é espesso e brilhante, embora um pouco menos vítreo que o lisboeta e caracteriza-se por

alguma incompatibilidade com a pasta, o que provoca um característico craquelado nas superfícies, não sendo, no entanto, facilmente destacável. Este craquelado surge especialmente em peças recuperadas arqueologicamente, mostrando ser resultado de processos de deterioração da peça que não aconteceriam em condições de uso normal. O esmalte nortenho pode, por vezes, apresentar tonalidades azuladas, provavelmente devido à mistura de partículas de cobalto no vidro. Por sua vez, a pincelada em azul de cobalto apresenta, geralmente, uma tonalidade mais escura que a lisboeta e também contornos mais duros e precisos (Sebastian, 2010).

Já o vidro coimbrão caracteriza-se pela sua menor espessura e brilho, tendo também uma tonalidade menos branca ou mesmo beje, devido à menor presença de estanho. A espessura do vidro é, também, em regra, menor que o das produções anteriormente descritas, deixando, por vezes, ver a tonalidade da pasta à transparência. Pode também apresentar um craquelado fino, em comparação com o craquelado nortenho, o qual apresenta um reticulado mais largo. A inferior quantidade de estanho presente nos vidros de Coimbra pode prender-se com fatores económicos, uma vez que o estanho seria um componente bastante caro, pelo que encarecia a peça. Deste modo, esta pode revelar-se uma opção mais acessível a uma determinada franja do mercado interno, não havendo de facto concorrência entre os diferentes centros produtores, uma vez que o público-alvo seria diferente, ora as camadas economicamente menos favorecidas, ora as de maiores posses.

Também as decorações podem ser distintivas dos diferentes centros produtores, uma vez que parece que alguns centros oleiros se terão especializado numa determinada decoração. A decoração conhecida como “brioso”, por exemplo, é característica de Coimbra e não foi produzida em nenhuma das outras regiões.

Na primeira metade do século XVII o centro produtor da capital afirma-se como o maior gerador de decorações com inspiração oriental, claramente decalcadas da porcelana chinesa, ainda que, por vezes, estes motivos estejam associados a elementos europeus.

O motivo de “aranhões”, tão frequentemente identificado na segunda metade do século XVII parece encontrar-se bastante ausente das produções nortenhas, enquanto o motivo das “rendas” aparece em todos os centros produtores, embora os desenhos apresentem características bem diferentes, com as “rendas” de Coimbra a apresentarem-se com formas mais ovaladas e estilizadas.

Estas características podem ser, na sua maioria, observadas macroscopicamente, pelo que este trabalho tentará relacionar as peças em estudo com cada centro produtor, de modo a tentar aferir quais as relações comerciais existentes na cidade de Faro durante esta época. Trata-se, no entanto, de uma hipótese de trabalho que poderá futuramente ser confirmada por análises químicas, as quais não foi possível realizar no âmbito desta investigação.

Capítulo II

4. Contextualização do conjunto cerâmico

4.1. A intervenção arqueológica

A intervenção arqueológica onde foram recuperados os materiais em estudo teve lugar entre Abril de 2001 e Fevereiro de 2002 e foi levada a cabo pela equipa de arqueologia da Câmara Municipal de Faro, dirigida pela arqueóloga Dália Paulo. O sítio intervencionado localiza-se na Vila Adentro, perto da zona do Castelo e, até ao ano 2000, foi ocupado pela carpintaria da Câmara Municipal.

Esta intervenção foi motivada pelo projeto de remodelação do Museu Municipal de Faro, que previa a construção de um túnel que permitiria a ligação subterrânea entre o núcleo museológico de história e arqueologia (convento) e o núcleo de arte contemporânea (castelo). Neste túnel seriam ainda agregadas caves para reservas dos dois núcleos museológicos.

Por se tratar de uma zona extremamente sensível da cidade (e desconhecendo-se o estado de conservação dos vários níveis arqueológicos na área em causa) era imprescindível avançar com sondagens arqueológicas prévias ao início do projeto. Desta forma, foram abertas duas sondagens paralelas, localizadas na área da antiga cerca do convento, de quatro por oito metros, num total de sessenta e quatro metros quadrados. A escavação arqueológica chegou a uma profundidade de cerca de 6 metros abaixo da atual cota. Para a concretização dos trabalhos arqueológicos foi realizada a remoção manual das camadas, da mais recente para a mais antiga, assinalando as várias Unidades Estratigráficas (UE) existentes. A cada UE foi atribuído um número, seguindo o método proposto por Harris (1979) e para cada UE foi criada uma ficha descritiva sintetizando a informação obtida.

Os trabalhos puseram a descoberto inúmeras estruturas correspondentes a várias fases de utilização deste espaço e vários níveis correspondentes a diversas fases de aterro. Foi assim possível obter uma espessa sequência estratigráfica que abrange grande parte da ocupação da cidade de Faro, desde níveis que correspondem à Idade do Ferro (séc. IV a.C.) até níveis que correspondem ao século XX, correspondendo à instalação naquele local de uma fábrica de cortiça. Os trabalhos realizados permitiram a recolha de um vasto conjunto de cerâmicas de diversos períodos (entre outro tipo de espólio, em quantidade menos representativa), ali depositado ao longo do tempo, um pouco à semelhança da realidade arqueológica já conhecida nas intervenções realizadas na zona mais antiga da cidade de Faro.

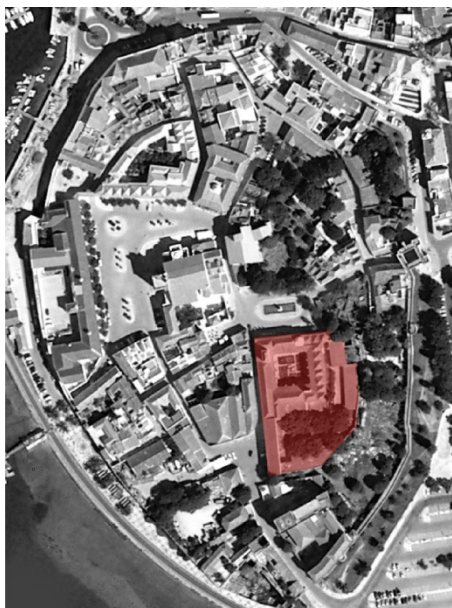


Figura II.1 - Localização do convento



Figura II.2 - Implantação das sondagens

Do extenso conjunto de material recolhido nesta escavação, o qual se encontra depositado no Museu Municipal de Faro, apenas uma pequena parte se encontra já estudada.²⁰ O vasto espólio de época moderna recolhido nesta escavação (maioritariamente cerâmica) não foi ainda alvo de estudo. Dentro dos materiais de época moderna aqui recolhidos, a cerâmica de vidro estanífero destaca-se pelo seu interesse decorativo e técnicas de manufatura, as quais servem de indicador cronológico bastante fiável, motivo pelo qual foram selecionadas para este trabalho.

4.2. Os dados da estratigrafia

Os materiais em estudo foram recolhidos em ambas as sondagens e são originários de diversas unidades estratigráficas, uma vez que se optou por estudar a totalidade das cerâmicas com vidro estanífero recolhidas durante

²⁰ Algum material de época romana, nomeadamente ânforas e *sigillatas* (VIEGAS, Catarina (2011) - *A ocupação romana do Algarve – estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*, Estudos e Memórias, UNIARQ, Lisboa.) e o material de época islâmica de um contexto de lixeira da Sondagem 1 (ÁLVARO SÁNCHEZ, Rocio (2009) – “Luces y Sombras en el Faro musulmán. En torno a algunos aspectos de la tipología cerámica del Sondeo 1/AO68/UE 101 del Museo de Faro, in XELB, Nº 9, *Actas do 6º E.A.A.*, C.M. Silves, pp.445-464.) e também algum material da idade do Ferro (Sousa, E. (2009) - *A cerâmica de tipo Kuass no Algarve*, Cadernos da UNIARQ 4, Lisboa.)

os trabalhos de escavação arqueológica. Deste modo, as peças em estudo provêm de 36 unidades estratigráficas. Apesar de se ter realizado uma atenta leitura do relatório da escavação (Paulo, 2002) não foi possível perceber totalmente o enquadramento de alguns contextos nos quais foram recuperados os fragmentos em estudo. No entanto, a consulta da documentação associada, nomeadamente as fichas de campo (gentilmente facultadas pelo arqueólogo Nuno Beja), permitiu perceber que, na sua maioria, os fragmentos são provenientes de camadas de aterros ou estratos de lixeira, onde a mistura de materiais cronologicamente enquadráveis em diferentes épocas é uma constante. A análise das áreas de fratura dos fragmentos permitiu, no entanto, perceber que estes não se encontram, na sua maioria, rolados, pelo que não parece que estes depósitos incluam fragmentos para aqui transportados de outro local. Deste modo, assumiu-se para este estudo que, embora alguns fragmentos se encontrem fora dos seus contextos primários, encontram-se no seu local de descarte e pertencerão à ocupação do local.

Tentou ainda estabelecer-se uma relação entre as camadas de onde foram recuperados os fragmentos em estudo e as estruturas arqueológicas identificadas no local, de modo a tentar afinar as cronologias genericamente propostas pelos arqueólogos responsáveis.

As fichas descritivas das UE onde foram recolhidos os materiais em estudo foram analisadas e a informação nelas constante foi compilada na listagem que se segue. Como se pode verificar da leitura das descrições abaixo, as camadas onde foi recolhido este material possuem, na sua maioria, materiais de épocas anteriores. Tratando-se de uma zona correspondente à antiga cerca do convento, local onde ao longo dos cerca de três séculos de vivência do convento terão sido realizados vários trabalhos agrícolas, implicando muitas vezes a movimentações de terras, não será totalmente de estranhar que camadas mais recentes acabem por incluir materiais de cronologias mais antigas, aí depositadas durante anteriores ocupações do espaço.

Sondagem 1

- UE 11** – Quadrado AO68, com cota superior de 7.01m e inferior de 6.07m acima do nível médio das águas do mar. Bolsa de terra castanha escura com muita pedra, restos de material de construção: tijolo, argamassa, estuque, vidro, alguma cerâmica e tesselas. Parece tratar-se de uma bolsa de terra posterior às estruturas 21 (muro) e 23 (pavimento), uma vez que corta ambas. Cerâmica recolhida: cerâmica vidrada, cerâmica comum e fragmentos de ânforas.
- UE 20** – Quadrado AO68, com cota superior de 7.06m e inferior de 6.61m acima do nível médio das águas do mar. Derrube de muro da UE 57, este entulho apresentava uma espessura de cerca de 30 cm e era constituído por terra de cor castanha muito clara, misturada com argamassa, tijolos, telhas e cerâmica. Cerâmica recolhida: cerâmica vidrada e cerâmica comum.
- UE 28** – Quadrado AO69, com cota superior de 6.74m e inferior de 6.64m acima do nível médio das águas do mar. Depósito de terra castanha amarelada muito compacta, com restos de arenito e argamassa, pouca cerâmica. Possível piso. Cerâmica recolhida: cerâmica vidrada e cerâmica comum.
- UE 30** – Quadrado AO69, com cota superior de 6.98m e inferior de 6.52m acima do nível médio das águas do mar. Depósito de terra castanha clara misturada com restos de argamassa de grandes dimensões, de grão médio, pouco compacta. Foi possível recolher bastante material: fauna malacológica, cerâmica, três moedas, três dedais, alfinetes em metal e uma agulha em osso. Foi interpretado como nível de época conventual. (Paulo, 2002: 10) Cerâmica recolhida: cerâmica vidrada, ânforas, campaniense, *terra sigillata* Sudgálica, Itálica e Hispânica.
- UE 31** – Quadrado AO69, com cota superior de 6.98m e inferior de 6.93m acima do nível médio das águas do mar. Derrube composto por argamassa de cal, pouco compacta, com pouco material cerâmico. Cerâmica recolhida: cerâmica vidrada, cerâmica comum e ânforas.

- UE 32** – Quadrado AO69, com cota superior de 6.97m acima do nível médio das águas do mar. Depósito de terra castanha clara misturada com restos de argamassa, pouco compacta e com pouco material. Cerâmica recolhida: cerâmica vidrada, cerâmica comum e ânforas.
- UE 37** – Quadrado AO69, com cota superior de 6.52m e inferior de 6.55m acima do nível médio das águas do mar. Depósito de terra castanha clara de grão médio misturada com areão. Material: cerâmica, ossos, vidro, tesselas, 16 moedas e alfinetes. Cerâmica recolhida: cerâmica vidrada, ânforas, campaniense A, tipo Kuass, *sigillata* clara D, Hispânica, Itálica e Sudgálica.
- UE 48** – Quadrado AO68, com cota superior de 6.71m e inferior de 5.48m acima do nível médio das águas do mar. Terra castanha escura misturada com restos de argamassa, fragmentos de arenito de média dimensão, areia, restos de telhas e tijoleiras. Apresentava pouco material (cerâmica e alguns alfinetes). Cerâmica recolhida: cerâmica vidrada, cerâmica comum, ânforas, Campaniense A e B, terra *sigillata* Hispânica e Sudgálica.
- UE 50** – Quadrado AO68, com cota superior de 6.55m e inferior de 6.14m acima do nível médio das águas do mar. Depósito de terra castanha escura pouco compacta de grão médio, com pouco material (cerâmica, metal, ossos, vidro, tesselas, Alfinetes, e moedas). Cerâmica recolhida: cerâmica vidrada e terra *sigillata* Sudgálica.
- UE 52** – Quadrado AO68, com cota superior de 6.46m acima do nível médio das águas do mar. Depósito de terra castanha clara de grão médio, de compactação média, com alguns fragmentos de argamassa e pouco material (cerâmica, três moedas e alfinetes). Cerâmica recolhida: cerâmica vidrada, ânforas, Campaniense A, terra *sigillata* Hispânica e Sudgálica.
- UE 53** – Quadrado AO69, com cota superior de 6.50m e inferior de 5.52m acima do nível médio das águas do mar. Depósito de terra castanha

escura muito fina, pouco compacta com bastante material (cerâmica, alfinetes, doze moedas, meia argola, uma fivela, uma agulha, ossos e vidro). Cerâmica recolhida: cerâmica vidrada, ânforas, campaniense A e B, terra *sigillata* Clara A e D, terra *sigillata* Hispânica, Itálica e Focense tardia.

UE 55 – Quadrado AO68, com cota superior de 6.38m e inferior de 5.87m acima do nível médio das águas do mar. Depósito de terra castanha clara muito fina, bastante solta, onde assentava o entulho e a rampa (UE3) com algum material (cerâmica, um botão em osso e alfinetes). Cerâmica recolhida: cerâmica vidrada, cerâmica comum, ânforas, terra *sigillata* Hispânica e Itálica.

UE 56 – Quadrado AO68, com cota superior de 6.64m acima do nível médio das águas do mar. Depósito de terra castanha escura muito fina, com algum material (cerâmica e metal). Cerâmica recolhida: cerâmica vidrada, terra *sigillata* Hispânica.

UE 57 – Quadrado AO68, com cota superior de 6.95m acima do nível médio das águas do mar. Estrutura (muro) de dependências conventuais, com cerca de 70 cm de largura máxima estendendo-se no sentido O-E. Trata-se de uma estrutura construída em calcários e arenitos consolidados com argamassa de cal e areia; a alvenaria encontrava-se caiada, sendo visível várias camadas de cal. Junto ao corte Este apresenta uma soleira de porta com marca de gonzo. Cerâmica recolhida: cerâmica vidrada e cerâmica comum.

UE 66 – Quadrado AO68, com cota superior de 6.01m e inferior de 5.91m acima do nível médio das águas do mar. Depósito de terra castanha escura muito solta com muito material (cerâmica, metal e alguns objetos em bronze). Encontrava-se sob a UE 64 (muro). Cerâmica recolhida: cerâmica vidrada.

UE 69 – Quadrado AO68, com cota superior de 5.87m e inferior de 5.39m acima do nível médio das águas do mar. Depósito de terra castanha

escura, pouco compacta, com muita cinza e peças com restos de fogo. Apresentava muito material (cerâmica, metal, ossos, vidro, tesselas, alfinetes, moedas e uma pinça de bronze). Cerâmica recolhida: cerâmica vidrada, cerâmica comum, ânforas, Campaniense A e B.

UE 70 – Quadrado AO68, com cota superior de 5.90m e inferior de 5.39m acima do nível médio das águas do mar. Depósito de terra castanha clara, muito compacta, com muito material de construção (telhas) quase inteiro. Apresentava muito material (cerâmica, metal, ossos, vidro, tesselas, alfinetes). Cerâmica recolhida: cerâmica vidrada, cerâmica comum, ânforas, Campaniense A e B, terra *sigillata* Hispânica e Sudgálica.

UE 74 – Quadrado AO68, com cota superior de 5.86m e inferior de 5.80m acima do nível médio das águas do mar. Depósito de terra castanha escura de grão médio, pouco compacta e com pouco material (cerâmica, metal e cinco moedas). Cerâmica recolhida: cerâmica vidrada, ânforas, Campaniense B, terra *sigillata* Clara D e Sudgálica.

UE 76 – Quadrado AO68, com cota superior de 5.88m e inferior de 5.47m acima do nível médio das águas do mar. Depósito de terra castanha escura, compactação média, com restos de argamassa, tijolo e telhas. Sob a UE 63 (muro). Apresentava material cerâmico e metal. Cerâmica recolhida: cerâmica vidrada e terra *sigillata* Itálica.

UE 78 – Quadrado AO69, com cota superior de 5.48m e inferior de 5.44m acima do nível médio das águas do mar. Depósito de terra castanha escura, muito compacta e húmida, com restos de argamassa, telha e pedra miúda. Apresentava pouco material cerâmico e quatro moedas. Cerâmica recolhida: cerâmica vidrada e ânforas.

UE 79 – Quadrado AO68, com cota superior de 5.39m e inferior de 4.38m acima do nível médio das águas do mar. Depósito de terra castanha acinzentada, compacta, com bastante cinza relativamente húmida. Pouco material (cerâmica, objetos de metal, cinco moedas e uma conta

de colar). Cerâmica recolhida: cerâmica vidrada, cerâmica comum, ânforas, Campaniense A e B, terra *sigillata* Clara A e D e Sudgálica.

UE 82 – Quadrado AO69, com cota superior de 5.52m e inferior de 4.22m acima do nível médio das águas do mar. Depósito de terra castanha escura, relativamente compacta, com muito material (cerâmica, dois pregos, uma moeda, alfinetes e uma argola em bronze). Foram ainda identificados restos de telhas e pedras com argamassa. Cerâmica recolhida: cerâmica vidrada, cerâmica comum, ânforas, Campaniense A e B, terra *sigillata* Clara C e D, Hispânica, Sudgálica e Itálica.

UE 84 – Quadrado AO68, com cota superior de 5.44m e inferior de 5.22m acima do nível médio das águas do mar. Pequena bolsa de argila muito compacta, muito húmida com pouco material (cerâmica e uma moeda). Cerâmica recolhida: cerâmica vidrada, ânforas, Campaniense B, terra *sigillata* Clara C e D.

UE 92 – Quadrado AO69, com cota superior de 5.32m e inferior de 4.28m acima do nível médio das águas do mar. Depósito de terra castanha escura que apresentava restos de diversos materiais de construção (telha, tijolo, argamassa de cal e areia), pedras de pequena e média dimensão. Foi recolhido pouco material (cerâmica metal e ossos). Cerâmica recolhida: cerâmica vidrada, cerâmica comum, ânforas, Campaniense A e B, terra *sigillata* Clara A e D e Sudgálica.

UE 101 – Quadrado AO68, com cota superior de 4.38m e inferior de 3.89m acima do nível médio das águas do mar. Depósito de terra castanha muito solta, com muita fauna malacológica e osteológica, cerâmica, vidro, tesselas, moedas, objetos de bronze (duas argolas, dois pregos e dois objetos não identificados). Este depósito foi interpretado como sendo uma unidade de enchimento ou lixeira de uma fossa de perfil sub-circular e paredes interiores côncavas com 1,50m de diâmetro na boca e cerca de 50cm de profundidade (UE 107). Esta fossa forneceu uma grande quantidade de material islâmico constituído por inúmeras peças inteira (panelas, bilhas, taças, púcaros, alguidares e uma talha). A

cronologia deste material, numa primeira abordagem, aponta para o final do século XII 1ª metade do século XIII com datação provável para o encerramento da fossa (Paulo, 2002: 14). Cerâmica recolhida: cerâmica comum, cerâmica vidrada, Campaniense A, terra *sigillata* Clara D, Sudgálica e Hispânica, tipo Kuass.

Sondagem 2

UE 11 – Quadrado AQ68. Depósito de terra castanha clara com bastante argamassa, restos de tijolo e pedras de grandes dimensões, bastante entulho, muito compacta. Foram exumadas algumas cerâmicas, tesselas, vidro, metal e um botão de madrepérola. Cerâmica recolhida: cerâmica vidrada, cerâmica comum, ânforas.

UE 14 – Quadrado AQ68/69, com cota inferior de 5.87m acima do nível médio das águas do mar. Depósito de terra castanha escura de grão médio, muito compacta, com muita pedra de média e grande dimensão, restos de tijolo e tijoleira. Com muita cerâmica, tesselas, vidro, um alfinete, um dedal e uma agulha de bronze. Poderá tratar-se de unidade que datará da atividade do convento, pelo tipo de material encontrado (Paulo, 2002, Ficha de unidade estratigráfica). Cerâmica recolhida: cerâmica vidrada, cerâmica comum, Campaniense A e B, terra *sigillata* Clara A e D, Focense, terra *sigillata* Hispânica e Sudgálica.

UE 15 – Quadrado AQ68/69. Piso de argamassa no lado Oeste que se estendia de Norte para Sul, muito compacto e com restos de cerâmica. Cerâmica recolhida: cerâmica vidrada, cerâmica comum e terra *sigillata* Sudgálica.

UE 16 – Quadrado AQ68, com cota superior de 6.43m e inferior de 6.04m acima do nível médio das águas do mar. Depósito de terra castanha clara amarelada com muitos restos de argamassa e pedra de tamanho médio. Apresentava algum material (cerâmica, metal, ossos, tesselas, vidro e um alfinete de bronze). Cerâmica recolhida: cerâmica vidrada e cerâmica comum.

- UE 17** – Quadrado AQ68/69, com cota superior de 6.41m e inferior de 5.99m acima do nível médio das águas do mar. Depósito de terra vermelha com pouco material (cerâmica, uma conta de colar, uma moeda e um alfinete). Cerâmica recolhida: cerâmica vidrada, cerâmica comum, Campaniense B, terra *sigillata* Clara D e Hispânica.
- UE 18** – Quadrado AQ68/69, com cota superior de 6.34m e inferior de 5.56m acima do nível médio das águas do mar. Depósito de terra muito solta com muita cerâmica, carvões, restos osteológicos e malacológicos, alguns fragmentos de vidro, metal, um cabo de faca em osso e alguns alfinetes. Foi também identificado um aglomerado de cal. Este depósito foi interpretado como sendo uma lixeira, servindo a cal como desinfetante (Paulo, 2002: 20). Cerâmica recolhida: cerâmica vidrada, cerâmica comum, ânforas, Campaniense B, terra *sigillata* Clara D.
- UE 21** – Quadrado AQ68, com cota superior de 6.21m e inferior de 5.65 m acima do nível médio das águas do mar. Depósito de terra bastante solta misturada com pedras de média dimensão, estuque e muita cerâmica, com destaque para a faiança e para a cerâmica comum, alguns restos osteológicos. Para além da cerâmica foi também aí recuperado algum material malacológico, fragmentos de metal e vidro, catorze moedas, um alfinete e algumas contas madreperla. Este depósito foi interpretado como sendo uma lixeira. Cerâmica recolhida: cerâmica vidrada, cerâmica comum, ânforas, Campaniense A e B, *terra sigillata* Clara A e D e Hispânica.
- UE 27** – Quadrado AQ68/69, com cota superior de 5.87m acima do nível médio das águas do mar. Depósito de terra castanha escura com muitos elementos de entulho constituído por argamassa de cal e areia. Apresentava pouco material (cerâmica, ossos, uma conta de colar, duas moedas, fragmento de espada em bronze). Cerâmica recolhida: cerâmica vidrada, cerâmica comum, Campaniense A e B, *terra sigillata* Clara A e D, Hispânica e Sudgálica.

UE 29 – Quadrado AQ69, com cota superior de 5.93m e inferior de 5.07m acima do nível médio das águas do mar. Depósito de terra castanha escura, pouco compacta, apresentava pouca cerâmica e um objeto indeterminado em osso. Cerâmica recolhida: cerâmica vidrada, cerâmica Africana, *terra sigillata* Clara D, Hispânica e Sudgálica.

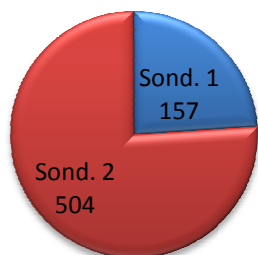
UE 30 – Quadrado AQ69, com cota superior de 6.07m e inferior de 5.40m acima do nível médio das águas do mar. Depósito de terra castanha clara, pouco compacta, apresentava pouca cerâmica, algumas tesselas, alguma fauna osteológica, uma argola em bronze e um alfinete. Cerâmica recolhida: cerâmica vidrada, cerâmica comum, ânforas, Campaniense B, *terra sigillata* Clara D, Hispânica e Sudgálica, Itálica, tipo Kuass.

UE 48 – Quadrado AQ68, com cota superior de 6.07m e inferior de 5.40m acima do nível médio das águas do mar. Depósito de terra castanha escura, compacta, de grão médio. Apresentava pouca cerâmica e alguma fauna osteológica. Cerâmica recolhida: cerâmica vidrada, cerâmica comum, ânforas, Campaniense B, *terra sigillata* Clara A, C e D, Hispânica e Sudgálica, tipo Kuass.

4.3. Caracterização da amostra

Para este trabalho foram considerados todos os fragmentos que apresentam vidro estanífero recuperados durante os trabalhos arqueológicos, independentemente da sua proveniência estratigráfica. Do horizonte total de dois mil cento e setenta e quatro fragmentos (521 da Sondagem 1 e 1653 da Sondagem 2) foi possível obter duzentas e trinta colagens, totalizando seiscentas e sessenta e uma peças (fragmentos ou conjuntos de fragmentos com colagem) (157 da Sondagem 1 e 504 da Sondagem 2) para as quais foram preenchidas as correspondentes fichas descritivas.

Nº de fragmentos



% Fragmentos

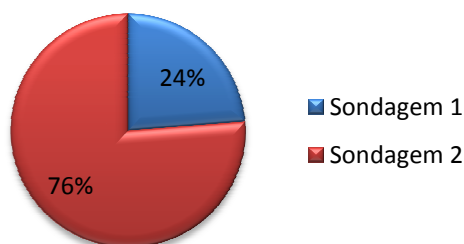
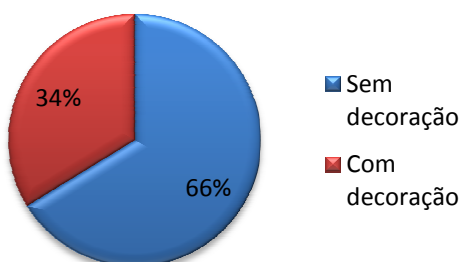


Gráfico II.1 – Fragmentos por sondagem

Sondagem 1



Sondagem 2

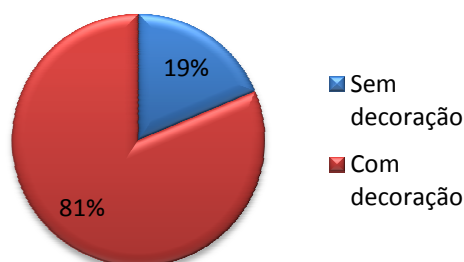


Gráfico II.2 – Percentagem de fragmentos decorados por sondagem

Foram descartados fragmentos que, embora apresentando vidro estanífero, devido à sua reduzida dimensão (o que impedia a sua atribuição formal) bem como ausência de decoração (o que impedia a sua integração cronológica) não resultam em informação relevante para este estudo. Das seiscentas e sessenta e uma peças em estudo, quinze deram uma reconstituição igual ou superior a 50% da sua forma. Dos restantes, foi possível aferir com segurança a forma de trezentas e três peças e, com alguma margem de dúvida, de cento e vinte e uma peças.

Percentagem de formas



Gráfico II.3 – Percentagem de Formas

5. Metodologia

5.1. Organização do trabalho

Tratando-se de uma tese em Arqueologia, este trabalho centra-se eminentemente no estudo da evidência material recolhida. No entanto, foi sempre tentada a relação entre o material em estudo e a história do local onde foi recuperado. Optou-se, como já foi dito, por incluir neste estudo toda a cerâmica coberta com vidroado estanífero recolhida nos trabalhos de escavação das Sondagens 1 e 2, mesmo aquela que, pela sua cronologia, terá necessariamente que pertencer a uma fase anterior à da fundação do Convento de Nossa Sra. da Assunção. Encontram-se neste caso, por exemplo, os fragmentos de louça dourada, cronologicamente enquadráveis no final do século XIV ou no século XV. Estas peças de cronologia mais antiga vieram a revelar-se bastante úteis na caracterização da ocupação do espaço onde futuramente se viria a implantar o Convento de Nossa Sra. da Assunção.

Procurou-se, também, confirmar se as estruturas descobertas na Sondagem 1, interpretadas pelos arqueólogos responsáveis pela escavação como pertencendo a compartimentos existentes na cerca deste convento para apoio a trabalhos diversos, pertencerão a uma fase inicial de ocupação do espaço ou se, pelo contrário, pertencem a remodelações posteriores.

Para tentar enquadrar as faianças recolhidas durante a escavação arqueológica na história da instituição conventual foi consultada bibliografia respeitante ao tema, tentando, sempre que possível, confrontá-la com fontes documentais transcritas. Para esta tarefa revelou-se imprescindível a consulta do trabalho elaborado por João Alberto de Carvalho Marques (1990), que transcreve todos os documentos conhecidos sobre este tema.

No que respeita à integração cronológica das peças foi consultada bibliografia especializada, quer respeitante a coleções museais, quer arqueológicas. Em relação a estas últimas é de destacar o contributo da tese de doutoramento de Tânia Casimiro (2010) que veio afinar cronologias para alguns tipos de faiança conhecidos, uma vez que a autora baseou o seu estudo em contextos britânicos, os quais têm presentes produções de outras proveniências europeias e cujo cruzamento de dados permite uma datação mais precisa. A periodização proposta por esta investigadora, baseada em contextos arqueológicos bem datados, veio a revelar-se uma ajuda preciosa na classificação cronológica de algumas peças em estudo.

Quanto à identificação dos centros produtores portugueses destaca-se a contribuição de Luís Sebastian (2010) que em muito ajudou a posicionar territorialmente a origem de alguns fragmentos.

5.2. Procedimentos

A abordagem metodológica utilizada no presente trabalho obedeceu, numa primeira fase, à lavagem, marcação e separação dos fragmentos de faiança. Em seguida, foi feita uma primeira análise com o objetivo de verificar a possível obtenção de algumas colagens, tendo alguns objetos sido alvo de restauro (este trabalho foi realizado em fase prévia a este estudo pela equipa do Museu Municipal de Faro). Obviamente que, durante a análise feita para este estudo, foram ainda obtidas algumas colagens que permitiram a afinação de alguns dados.

A fim de sistematizar os dados obtidos com a análise realizada foi elaborada uma ficha descritiva em formato *Access*. Esta ficha, que permitiu

inventariar estas peças, é descrita sumariamente no ponto **5.3** deste trabalho. Para a elaboração desta ficha serviu de base o Projeto de Sistematização para a Cerâmica Islâmica do Gharb al-Andalus (Bugalhão *et al*, 2010).

Seguiu-se depois a análise macroscópica dos diversos tipos de pastas, vidro e decoração. Para a pasta foi examinada a textura, os elementos não plásticos, a dureza e a cor. No acabamento das peças foi examinada a cor e qualidade do vidro estanífero, bem como os motivos decorativos. Cada tipo de pasta e vidro identificado foi ilustrado fotograficamente. Nesta fase foram ainda feitas algumas colagens não identificadas anteriormente. A observação cuidada das pastas e vidros permitiu agrupar os fragmentos, conforme será descrito no ponto **6** deste trabalho. Iniciou-se então o desenho dos fragmentos, que incluiu todos os fragmentos que permitiam reconstituição de forma.

Por fim, foi realizado um estudo comparativo com outras coleções já estudadas, a fim de obter a cronologia das peças. É de ressaltar, como já anteriormente foi dito, que as unidades estratigráficas de proveniência dos fragmentos que constituem esta coleção são contextos de lixeiras e aterros, onde foi recuperado material de diferentes épocas (por exemplo, material de época romana). Por esse motivo, o estudo que aqui se apresenta centra-se na tentativa de enquadrar esta louça no que respeita à sua cronologia de fabrico, sendo expectável uma grande diacronia dentro do conjunto.

Para complementar este trabalho seria desejável realizar análises químicas às pastas que constituem alguns dos fragmentos, de modo a confirmar as proveniências aqui propostas. Contudo, o elevado encargo financeiro que esse tipo de análise acarreta tornou inviável a sua realização.

5.3. Fichas descritivas

Para cada fragmento (ou conjunto de fragmentos com colagem) foi aberta uma ficha descritiva, totalizando 661 fichas, recebendo cada ficha um número que é sequencial. Cada ficha corresponderá assim a uma peça, sendo que cada peça é um fragmento ou conjunto de fragmentos pelos quais se

reconhece a presença individual de um artefacto cerâmico. As peças são aqui designadas pelo número da ficha correspondente.

A ficha regista informação básica acerca do fragmento ou conjunto de fragmentos que formam a peça, de modo a poder tratar a informação com maior facilidade (forma, decoração, pasta, etc.) e inclui sempre uma fotografia da peça. Os fragmentos passíveis de ver a sua forma reconstituída graficamente têm também o seu desenho na ficha. Os restantes, quando a informação do desenho seria repetitiva em relação aos outros parâmetros da ficha, não foram desenhados. As fichas, com a totalidade da informação, constituem o Volume II deste trabalho.

6. O conjunto em estudo

6.1 As formas

Os desenhos realizados serviram para elaborar uma tabela das formas identificadas no conjunto em análise. A designação de cada forma foi baseada nas referências bibliográficas consultadas. Dado que por vezes existem variações nas designações utilizadas pelos diversos autores, escolheu-se a que ocorre mais frequentemente na bibliografia consultada para este trabalho. Deste modo, passam a explicar-se os critérios utilizados para classificar cada forma.

Alguidar: recipiente com grande diâmetro, de funcionalidade múltipla. Apresenta forma aberta e paredes altas.

Bacio: recipiente de paredes altas e aba saliente, pode ter uma ou duas asas laterais.

Jarro: recipiente bojudo, de boca e colo largo, destinado a conter líquidos.

Copo: Recipiente cilíndrico, utilizado para beber líquidos. Pode ter ou não asa.

Covilhete: recipiente fundo (côvo), de pequena dimensão (até 20cm de diâmetro), de perfil troncocónico invertido, sem aba.

Malga: recipiente de pequena dimensão (inferior a 18cm de diâmetro), tendencialmente em forma de calote esférica, com ou sem perfil carenado. O perfil pode também aproximar-se do troncocónico invertido.

Pote, canudo ou manga de botica: recipiente de base reduzida, alto, utilizado em diversas funções boticárias.

Prato: recipiente de forma circular, caldeira pouco funda e aba larga. Pode ter várias dimensões, consoante os usos.

Taça: recipiente de perfil troncocónico invertido ou em calote esférica, de maior dimensão que a malga.

Tampa: objeto que serve para cobrir um recipiente.

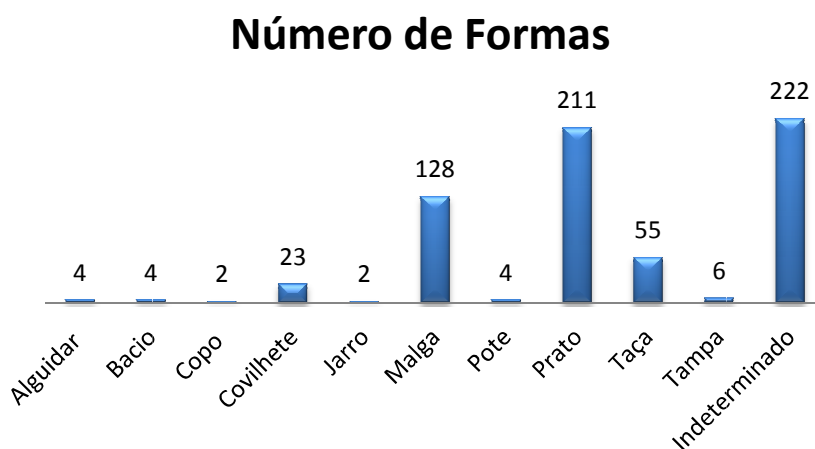


Gráfico II.4 – Número de Formas

As formas relacionadas com o consumo de alimentos apresentam a maior percentagem dentro do conjunto estudado. O alguidar, forma de múltiplos usos, podendo estar associado tanto às cozinhas como aos cuidados de higiene, encontra-se pouco representado, apenas com quatro peças (N^o 0028, 0156, 0173 e 0440). A preferência por alguidares de barro vermelho vidrado, menos dispendiosos, deverá ser a explicação para este facto. O mesmo se poderá dizer para os bacios (N^o 0360, 0399, 0405 e 0433). Esta

forma começa por ser fabricada em cerâmica de barro vermelho vidrado e apenas em períodos mais recentes se assiste a uma preferência pela faiança. Uma vez que este conjunto apresenta uma grande diacronia, durante a maior parte da cronologia em que o convento esteve em funcionamento a preferência deveria ir para estes objetos de barro vermelho. Atestando esta hipótese pode consultar-se a tese de mestrado de Joana Torres (2011), que estudou um conjunto cerâmico recolhido no antigo Convento de São Francisco de Lisboa, onde a proporção destes objetos (alguidares e bacios) em barro vermelho é claramente mais elevada que a dos seus equivalentes em faiança.

A forma que se encontra mais representada nesta amostra é o prato, que representa 32% do conjunto. Os pratos podem ser divididos em quatro subtipos diferentes. O primeiro (P1) representa a maioria do conjunto. Trata-se de um tipo de prato pouco fundo, cuja transição entre a aba e a caldeira se encontra bem marcada por uma inflexão pronunciada e que apresenta base em anel de altura muito reduzida. O diâmetro do bordo pode variar entre os 158mm e os 341mm. A segunda forma mais representada (P2) é o prato de fundo em ônfalo, que se caracteriza por paredes inclinadas que terminam numa caldeira bem delimitada por uma elevação no seu interior que se traduz num ônfalo no tardo. O diâmetro do bordo pode variar entre os 141mm e os 317mm. A terceira forma (P3) corresponde ao prato côvo, que apresenta uma secção curva e pouca definição na transição aba/caldeira, a base é em anel de altura muito reduzida. O diâmetro do bordo pode variar entre os 137mm e os 209mm. A última forma (P4) corresponde a um tipo de prato raso, que apresenta uma secção curva junto ao bordo, com paredes quase horizontais. O diâmetro do bordo é de cerca de 209mm.

A malga é a segunda forma mais representada, com uma percentagem de 19% do conjunto. As malgas dividem-se em três subtipos principais. O primeiro grupo apresenta um perfil tendencialmente em calote esférica (M1), a base surge em anel de altura reduzida ou plana com um diâmetro de bordo variável entre os 90mm e os 173mm. O segundo grupo (M2) apresenta um corpo troncocónico invertido com uma carena sensivelmente a meio, pé em anel ou em ônfalo e o diâmetro do bordo pode variar entre os 83mm e os

180mm. O terceiro grupo apresenta corpo troncocónico invertido (M3), a base surge em anel ou plana e o diâmetro do bordo pode variar entre os 86mm e os 179mm.

Tratando-se os pratos e as malgas de recipientes de uso individual, é natural que apresentem uma maior frequência. De igual modo, dado que são formas de uso diário, é normal que o seu desgaste seja mais rápido, exigindo a sua substituição frequente, aumentando assim a sua quantidade no registo arqueológico.

A taça, que representa 8% da amostra, deverá servir para levar os alimentos à mesa, não esquecendo que os tamanhos mais pequenos poderiam também ser usados individualmente. As taças podem dividir-se em dois subtipos. O primeiro subtipo (T1), o mais numeroso, apresenta perfil troncocónico invertido com base em anel de altura reduzida ou plana com um diâmetro de bordo variável entre os 182mm e os 302mm. O segundo subtipo (T2) apresenta corpo tendencialmente em calote esférica, com base em anel de altura reduzida ou plana e com um diâmetro de bordo variável entre os 190mm e os 276mm.

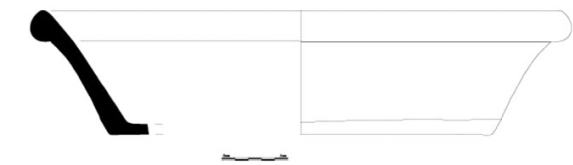
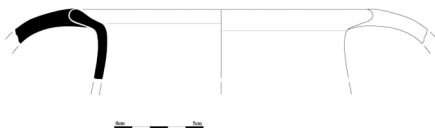
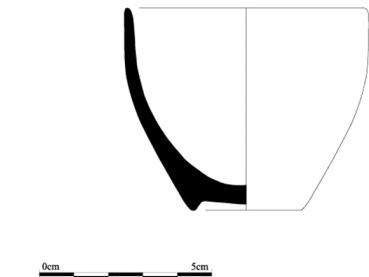
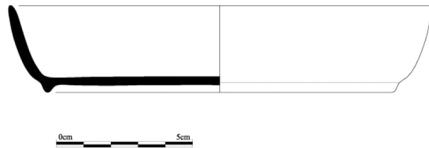
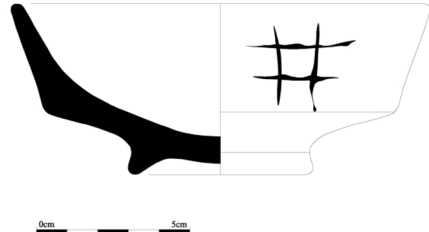
Foram identificados 23 exemplares de covilhetes (3% da amostra), que apresentam um diâmetro de bordo que varia entre os 114mm e os 208mm. A base apresenta-se em anel de altura extremamente reduzida. Esta forma, intimamente ligada à doçaria conventual, pode ter a sua fraca percentagem explicada pelo seu aparecimento tardio no repertório formal das faianças. Ressalvando mais uma vez a larga diacronia dos fragmentos estudados, em que a maioria das peças pertence à louça esmaltada a branco e sem decoração tão popular durante o século XVI, quase totalmente resumida a pratos e malgas, é natural que a percentagem destas formas se encontre aumentada.

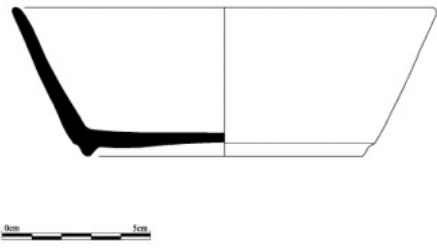
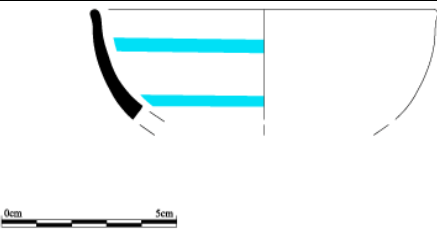
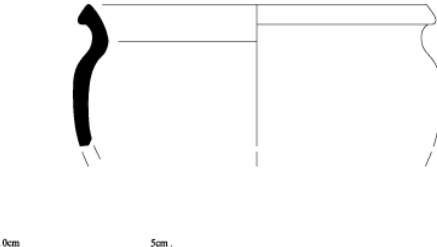
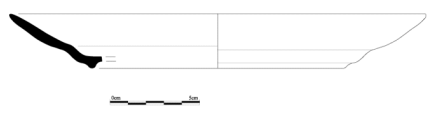
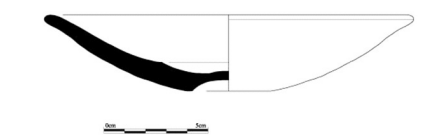
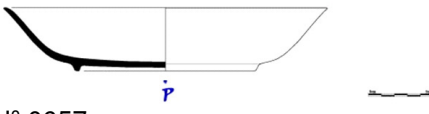
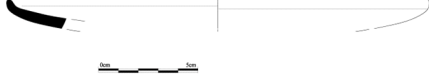
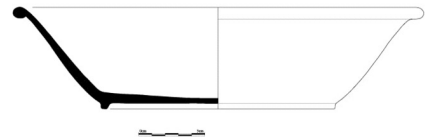
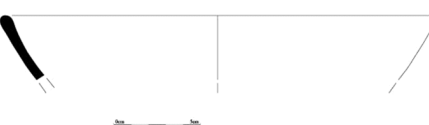
Os potes encontram-se representados por quatro exemplares, provavelmente pertencentes à farmácia do convento. Os diâmetros do bordo variam entre os 94mm e os 98mm.

As tampas, cujo diâmetro varia entre os 83mm e os 204mm, apresentam um perfil em calote esférica com uma pequena aba a toda a volta, que serve para encaixar no recipiente inferior.

Os copos encontram-se representados por dois exemplares bastante semelhantes, que apresentam um perfil ovóide, uma base ligeiramente côncava e um diâmetro de cerca de 68mm.

Cerca de 33% dos fragmentos não permitiram atribuição de forma, pelo que apenas se conseguiu retirar alguma informação a partir da sua decoração.

Alguidar	 Nº 0156
Bacio	 Nº0399
Copo	 Nº 0655
Covilhete	 Nº 0154
Malga	M1  Nº 0155

	M2	 <p>Nº 0356</p>
	M3	 <p>Nº 0283</p>
Pote		 <p>Nº 0329</p>
Prato	P1	 <p>Nº 0538</p>
	P2	 <p>Nº 0653</p>
	P3	 <p>Nº 0657</p>
	P4	 <p>Nº 0613</p>
Taça	T1	 <p>Nº0652</p>
	T2	

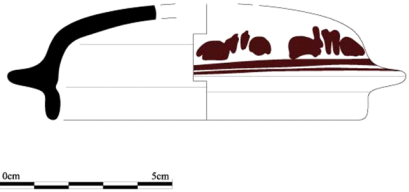
	Nº0091
Tampa	 <p data-bbox="715 459 813 486">N° 0359</p>

Tabela II.1 – Formas identificadas

6.2. As Decorações

A decoração é, por vezes, a maneira mais fiável de posicionar cronologicamente uma peça de faiança, pelo que a sua correta identificação se revela como uma das principais tarefas a cargo do arqueólogo que estuda este tema. Por este motivo, foi prestada redobrada atenção à decoração das peças em estudo, uma vez que, não sendo os contextos de proveniência das peças fiéis indicadores cronológicos (por se tratarem de lixeiras ou aterros com material de diversas épocas), esta análise permite enquadrar os fragmentos em estudo na sua época de produção.

As cores identificadas na decoração do conjunto aqui apresentado são o azul-cobalto, o manganés, o dourado, o verde, o amarelo e o vermelho tijolo. Os motivos identificados podem apresentar varias cores ou apenas uma delas, como podemos observar na Tabela II.2 e no Volume II.

É preciso notar que algumas abas de pratos, bem como, alguns bordos de malgas presentes neste conjunto, apesar de apresentarem apenas vidroado branco, podem pertencer a peças cujas caldeiras se encontrariam decoradas com motivos a azul e/ou manganés, conforme se pode observar na bibliografia consultada. São disso exemplo as peças nº 0167, 0171, 0226, 0257, 0305, 0530, 0531, 0532 e 0533 cujos exemplares podem pertencer a pratos semelhantes aos ilustrados em Calado, 2003: 54-61 e Sandão, 1976: 54.

As decorações aqui identificadas na faiança portuguesa são²¹:

²¹ Adaptado de: Calado, 2003 e Casimiro 2012.

Acantos – Ornato vegetalista estilizado utilizado nos capitéis coríntios, inspirado na folha larga e recortada duma planta espinhosa com o mesmo nome. Estas folhas surgem como elemento isolado até meados do século XVII e, a partir de meados do século XVII, em faixas que rodeiam as abas de pratos e taças, sendo designadas por volutas ou faixas barrocas²². Executado em azul-cobalto e manganês.

Aranhões – Termo que designa um tipo de família decorativa muito característico da faiança portuguesa do século XVII, inspirada em elementos chineses cujas formas e significados eram desconhecidos dos nossos oleiros. Se na primeira metade do século XVII a reprodução destes motivos se aproximava dos modelos originais, a partir de meados do século torna-se muito estilizada, com um motivo alongado a fazer lembrar uma folha à qual são acrescentadas pernas que terminam em pontos grossos. O motivo final pode fazer lembrar um aracnídeo, o que deu origem à designação que hoje utilizamos. Executado em azul-cobalto e manganês.

Arcos ou semicírculos concêntricos – Motivo constituído por linhas grossas em azul-cobalto, curvadas, constituindo grosseiros semicírculos concêntricos. Esta é uma das decorações mais comuns na segunda metade do século XVII, sobretudo a partir de 1640.

Brasão – Motivo que surge na segunda metade do século XVII e que identificaria a marca de proprietário da louça. O motivo popularizou-se e começou a ser utilizado já sem estar associado a uma família, tornando-se frequente a adulteração do seu significado inicial. Com o passar do tempo este motivo foi sendo estilizado e substituído pela sua abstração. A marca de propriedade pode estar também inscrita em cartela ou ser simplesmente constituída por letras desenhadas na peça.

²² **Barroco** – Atitude estética exuberante que se desenvolveu em arte durante os séculos XVII e XVIII em oposição à rigidez do classicismo. Define uma *família ornamental* da faiança caracterizada pelo uso de frisos constituídos por enrolamentos de *acantos*.

Brioso – Tipo decorativo que se caracteriza por linhas concêntricas em azul-cobalto delimitando as partes principais da peça (bordo, aba, transição aba/caldeira, fundo) com um ou dois espaços entre essas linhas preenchido com rabiscos alongados ou espiraliformes em manganês.

Contas, Pérolas ou Pinhões – Decoração obtida pela representação de montículos de pequenas bolas, dispostas em pirâmides, em conjuntos de três ou seis. Torna-se popular no final do século XVII e mantém-se até ao final do século XVIII. Executado em azul-cobalto e manganês.


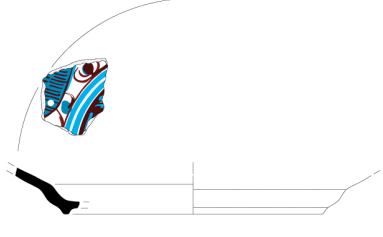
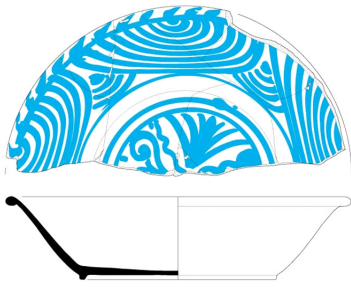
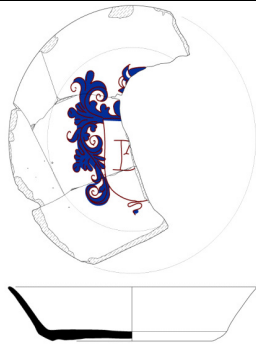
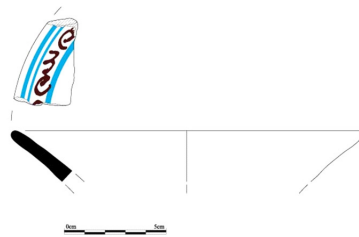
Desenho miúdo – Motivo inspirado na decoração chinesa que se caracteriza por conjuntos de desenhos de temática vegetalista, de pequena dimensão e delineados com traços delicados geralmente de manganês e mais raramente a azul mais escuro, preenchidos a azul claro, distribuídos pela superfície da peça, que se apresenta integralmente preenchida.





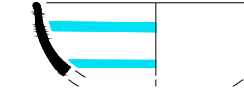





Linhas simples ou filetes – linhas espessas ou finas, normalmente delineando a parte interna ou externa do bordo, transição entre aba e caldeira ou acentuando o fundo da peça. Pode ser executado em azul-cobalto ou manganês.

Motivos vegetalistas – Motivos decorativos inspirados no reino vegetal (boninas, romãs, folhas lanceoladas, flores). Pode ser executado em azul-cobalto ou em azul-cobalto e manganês.

Ramos de pessegueiro ou romãs – Motivo inspirado na porcelana chinesa. Aparece normalmente associado ao motivo dos aranhões. Executado em azul-cobalto e manganês.

Rendas – Ornato em friso contínuo de formas semicirculares atravessados por linhas radiais terminando de forma arredondada que foi utilizado na decoração da faiança portuguesa e espanhola a partir de meados do século XVII. Executado somente em azul-cobalto ou em azul-cobalto e manganês.

<p>Acantos</p>	 <p>Nº0189</p>
<p>Aranhões</p>	 <p>Nº0186</p>
<p>Arcos ou semicírculos concêntricos</p>	 <p>Nº 0652</p>
<p>Brasão (Heráldica)</p>	 <p>Nº0357</p>
<p>Brioso</p>	 <p>Nº0385</p>

<p>Contas</p>	  <p>Nº0267</p>
<p>Desenho miúdo</p>	  <p>Nº0521</p>
<p>Linhas simples ou filetes</p>	  <p>Nº0283</p>
<p>Motivos vegetalistas</p>	  <p>Nº0306</p>
<p>Ramos de pessegueiro ou romãs</p>	  <p>Nº0234</p>

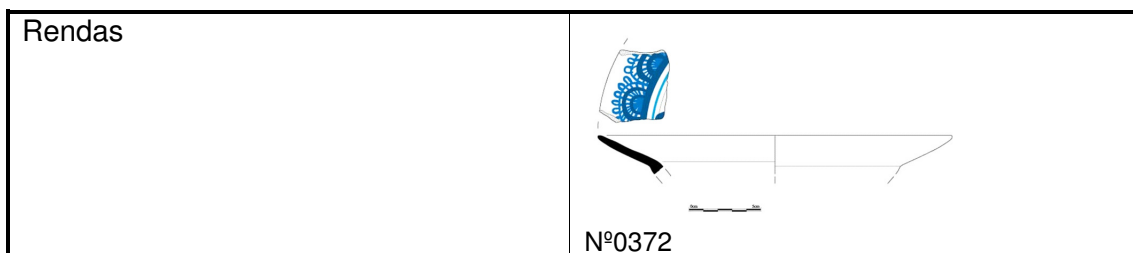


Tabela II.2 – Decorações identificadas nos fragmentos de faiança portuguesa

6.3 Os Grupos de Fabrico

A textura e coloração da pasta são características que vão influenciar a qualidade do produto final, pelo que as pastas apresentam tonalidades tendencialmente claras e textura fina. As pastas apresentam-se depuradas e porosas, com cores que variam entre o bege, bege rosado ou amarelado. Existem alguns exemplares com pastas verdadeiramente rosadas, revelando um teor em óxido de ferro acima da média.

Os elementos não plásticos presentes, o que sucede apenas pontualmente, são constituídos, em regra, por inclusões de óxido de ferro ou chacota com diâmetros inferiores a 1mm. Destes, a esmagadora maioria apresenta dimensões inferiores a 0,3mm. Existem, no entanto, alguns casos onde foram identificados nódulos com 2 ou até 3 mm de diâmetro e outros onde foram também identificadas outras impurezas na pasta, como quartzos e quartzitos com diâmetro inferiores a 0,5mm. Os elementos não plásticos aparecem pontualmente em todos os tipos de pasta. Todas as peças foram fabricadas a torno rápido e podemos observar caneluras em algumas delas, as quais podem resultar do trabalho na roda do oleiro ou, em alguns casos, de desbaste posterior, de modo a tornar as paredes da peça mais finas.

Os vidrados podem revelar-se bons indicadores, quer no que respeita ao local de fabrico da peça, quer à sua cronologia. No entanto, algumas características dos vidrados podem variar até dentro da mesma fornada, pois dependem da maneira como é dado o “banho” à peça e de como ela é colocada no forno. Deste modo, podem ocorrer certas imperfeições, como os “olhinhos” ou bolhas de ar, que aparecem durante a cozedura, sobretudo quando o vidrado é espesso. Os escorridos tendem também a acontecer em

peças com vidrado espesso. Por outro lado, quando a camada de vidrado é demasiado fina ou a imersão demasiado rápida, ficam por vezes pequenas áreas por vidrar. A maneira como as peças são colocadas no forno pode também revelar-se no vidrado, dado que se podem encontrar marcas de trempe ou de cravilho em algumas peças, o que provoca pequenos defeitos nas áreas de contacto entre estas e as peças.

De um modo geral os materiais em estudo apresentam vidrado estanífero branco opaco e brilhante, branco creme opaco e brilhante, branco azulado opaco e brilhante ou ainda azul claro brilhante. À exceção dos alguidares nº 0156 e 0173 e dos pratos nº 0591 e 0592, que só apresentam vidrado no interior, todas as peças se apresentam vidradas em ambos os lados e em toda a superfície da peça. O vidrado por vezes apresenta-se irregular, fino, escorrido ou com bolhas de ar (Figura II.9 e II.4). Em algumas peças foram identificadas pequenas lacunas no vidrado, resultado do contacto entre elas durante o processo de cozedura (Figura II.5) ou resultante dos negativos da trempe utilizadas durante a cozedura das mesmas, para as manter afastadas umas das outras (Figura II.2).

Foi ainda possível observar um grupo de fragmentos que apresenta uma tonalidade de pasta branco amarelado, onde o vidrado se encontra bastante deteriorado, apresentando um craquelê acentuado e com muitas fissuras, destacando da pasta durante o manuseamento das peças. A mesma situação foi reconhecida para um conjunto de peças com vidrado azul claro, embora neste caso o destacamento do vidrado não seja tão acentuado.

Deste modo, foram reconhecidos os seguintes grupos de fabrico:

Grupo de fabrico 1

Pasta depurada, com tonalidades que variam entre o rosado e o bege rosado, com poucos elementos não plásticos, geralmente inferiores a 0,5 mm, muito compacta, não se risca com a unha. A espessura varia entre os três e os quinze milímetros.

Vidrado estanífero branco creme, opaco e brilhante, liso, sólido e pouco espesso. Muito boa aderência à pasta, não destaca. Pode apresentar decoração em azul-cobalto, dourado ou azul-cobalto e dourado.



Figura II.3 - Pasta

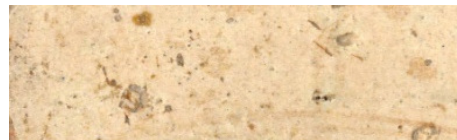


Figura II.4 - Vidrado

Grupo de fabrico 2

Pasta muito depurada e compacta, não se risca com a unha, apresenta uma cor bege, de tonalidade amarelada ou rosada, e uma espessura compreendida entre os três e os dez milímetros.

Vidrado de esmalte estanífero branco e opaco, fino, que apresenta uma boa adesão à pasta. Apresenta muitas concreções provavelmente provocadas pelas condições de jazida. A decoração é muito simples, a azul ou manganés.

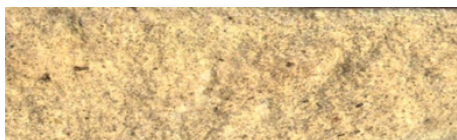


Figura II.5 - Pasta



Figura II.6 - Vidrado

Grupo de fabrico 3

Pasta muito depurada e compacta, não se risca com a unha, apresenta cor bege, de tonalidade amarelada, e uma espessura compreendida entre os três e os dez milímetros.

Vidrado de esmalte estanífero branco e opaco, fino, que apresenta uma boa adesão à pasta. Apresenta muitas concreções provocadas pelas condições de jazida. Geralmente não apresenta decoração ou, raramente, pode apresentar escorridos a verde numa parte da peça.



Figura II.7 - Pasta



Figura II.8 - Vidrado

Grupo de fabrico 4

Pasta muito depurada e compacta, não se risca com a unha, apresenta cor bege e uma espessura compreendida entre os quatro e os oito milímetros.

Vidrado de esmalte estanífero branco e opaco, espesso, que apresenta uma fraca adesão à pasta, encontrando-se a destacar nalgumas zonas. Apresenta decoração em azul, verde, amarelo e vermelho tijolo.

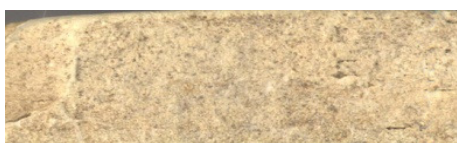


Figura II.9 - Pasta



Figura II.10 - Vidrado

Grupo de fabrico 5

Pasta depurada e porosa, risca-se com a unha, apresenta uma cor branca amarelada e uma espessura compreendida entre os quatro e os oito milímetros.

Vidrado estanífero azul claro opaco e brilhante, sólido, mas com algumas fissuras. A adesão à pasta é fraca, encontrando-se a destacar em diversos pontos, especialmente junto às áreas de fratura. Apresenta decoração em azul-cobalto.



Figura II.11 - Pasta



Figura II.12 - Vidrado

Grupo de fabrico 6

Pasta muito depurada e compacta, não se risca com a unha, apresenta cor bege rosada e espessura de quatro milímetros.

Vidrado azul claro, espesso, com boa adesão à pasta. Apresenta decoração em azul-cobalto.



Figura II.13 - Pasta



Figura II.14 - Vidrado

Grupo de fabrico 7

Pasta muito depurada e compacta, não se risca com a unha, apresenta uma cor bege ou bege rosado e uma espessura compreendida entre os quatro e os sete milímetros.

Vidrado branco creme, muito fino, bem aderente à pasta. Pode apresentar craquelê. A decoração é em azul-cobalto e manganês.

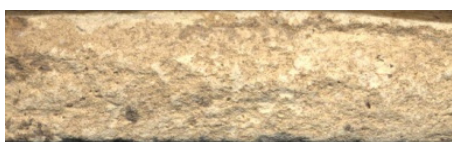


Figura II.15 - Pasta

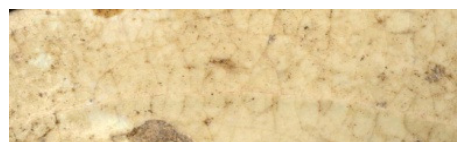


Figura II.16 - Vidrado

Grupo de fabrico 8

Pasta muito depurada que se risca com a unha, apresenta cor bege ou amarelada, com alguns elementos não plásticos geralmente inferiores a 0,3mm e uma espessura compreendida entre os três e os dez milímetros.

O vidrado estanífero apresenta-se branco (embora por vezes com minúsculos pontinhos cinzentos) e espesso, geralmente bem aderente à pasta, mas por vezes cobrindo irregularmente a peça. Pode verificar-se a existência

de algumas imperfeições, tais como “olhinhos” provocados durante a cozedura. Algumas peças apresentam craquelê e desagregação entre o vidrado e a pasta na zona de fratura. Pode ser apenas branco ou apresentar pintura em azul-cobalto e manganês.



Figura II.17 - Pasta

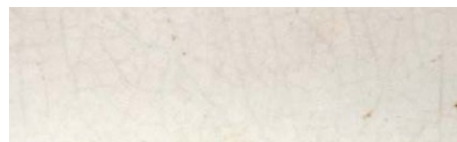


Figura II.18 - Vidrado

Grupo de fabrico 9

Pasta depurada, muito porosa e friável, amarelada, risca-se com a unha. Reconhecem-se pouco frequentes elementos não plásticos de óxido de ferro ou chacota com dimensões inferiores a 1mm. Apresenta uma espessura compreendida entre os quatro e os oito milímetros.

O vidrado é branco opaco e brilhante, espesso e com minúsculos pontinhos cinzentos e raras bolhas de ar. Trata-se de um revestimento com fraca aderência à pasta, destacando com facilidade. Apresenta um craquelê generalizado e fendas. Na maioria dos casos conserva-se apenas uma parte do revestimento, encontrando-se o resto da peça com o biscoito à vista. Na maioria dos casos os fragmentos não apresentam decoração, raramente podem ter decoração a azul e manganês.

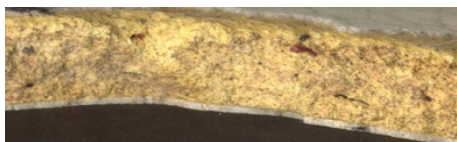


Figura II.19 - Pasta

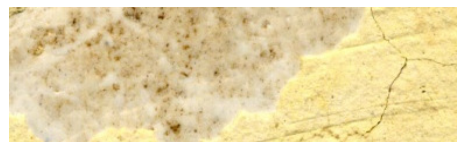


Figura II.20 - Vidrado

Grupo de fabrico 10

Pasta bem depurada e pouco porosa, bege, não se risca com a unha sem elementos não plásticos visíveis.

O vidrado é branco, opaco e brilhante, muito espesso e de excelente qualidade. O revestimento adere bem à pasta, não apresentando destacamentos. Não é visível craquelê. A decoração é executada em finos traços azuis bem delineados.

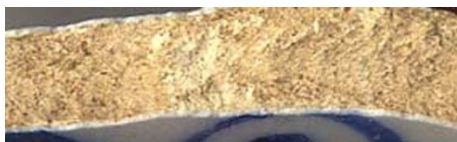


Figura II.21 - Pasta

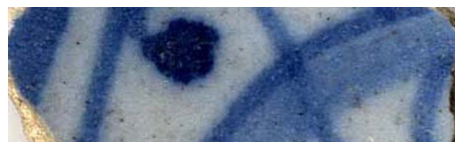


Figura II.22 - Vidrado

Grupo de fabrico 11

Pasta bem depurada, rosada, muito compacta, não se risca com a unha. Muito raros elementos não plásticos.

O vidrado é fino, branco creme, deixa transparecer a cor rosada da pasta. Conseguem ver-se as estrias do biscoito. Decoração em dourado.



Figura II.23 - Pasta



Figura II.24 - Vidrado

Grupo de fabrico 12

Pasta bem depurada e pouco porosa, bege ou bege rosada, não se risca com a unha sem elementos não plásticos visíveis.

O vidrado é branco, opaco, com pouco brilho e de pouca espessura. O revestimento adere bem à pasta, não apresentando destacamentos. A decoração é executada com pinceladas grossas em azul.



Figura II.25 - Pasta

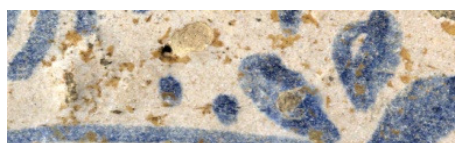


Figura II.26 - Vidrado

Grupo de fabrico 13

Pasta bem depurada e compacta, pouco porosa, bege, não se risca com a unha, sem elementos não plásticos visíveis.

O vidrado é branco, opaco, muito espesso e de excelente qualidade. O revestimento adere bem à pasta, não apresentando destacamentos. Não é visível craquelê. A decoração é executada em finos traços azuis bem delineados, preenchidos por pinceladas com várias tonalidades de azul.



Figura II.27 - Pasta



Figura II.28 - Vidrado

6.4. Imperfeições ou defeitos

A análise dos fragmentos permitiu observar inúmeras imperfeições nas peças. Algumas dessas imperfeições foram causadas durante o processo de fabrico, enquanto outras se devem a processos de degradação das peças.

Marcas de trempe

Trata-se de uma imperfeição causada devido ao processo de enforamento das peças durante a cozedura do revestimento vidrado. Com este sistema as peças podem sobrepor-se em altura não assentando a base da peça superior na peça inferior, uma vez que se encontram separadas por uma trempe em cerâmica. As marcas aparecem na caldeira da peça inferior e no tardo da



Figura II.29 - Marcas de trempe

peça superior e acontecem quando a trempe descola da peça, arrastando consigo parte do revestimento vítreo. A marca da trempe deixa uma lacuna no

vidrado, de forma circular, que pode aumentar de tamanho com a utilização da peça.

Marcas de cravilhos

Tal como as marcas de trempe, estas marcas são também devidas ao processo de enforamento das peças. Neste caso, em vez de ser colocado um separador entre as peças, existe uma estrutura onde as peças se encontram suspensas e que evita que estas se toquem. As marcas provocadas pelo uso deste sistema são lacunas no vidrado que assumem forma triangular. Estas marcas só aparecem no tardo da peça.

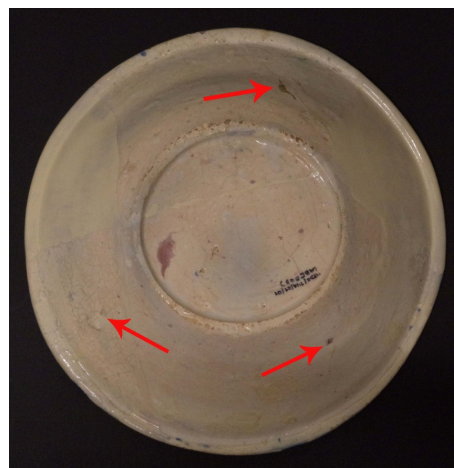


Figura II.30 - Marcas de cravilho

Bolhas de ar no vidrado

Trata-se de um tipo de imperfeição que é causada também durante a segunda cozedura da peça, quando o revestimento vidrado é submetido a altas temperaturas. Estas fazem o vidrado borbulhar, sobretudo quando este é espesso, causando marcas na superfície da peça, popularmente designadas como “olhinhos”, pois tratam-se de pontinhos redondos distribuídos por toda a superfície vidrada.



Figura II.31 - Bolhas de ar ou “olhinhos”

Imperfeições no vidrado por toque entre as peças

Por vezes, mesmo quando existe todo o cuidado no enforamento das peças, pode existir alguma zona de contacto entre elas.



Figura II.32 - Marca de contacto entre peças durante a cozedura

Com a cozedura o vidro torna-se rígido e provoca colagem entre as peças. Quando estas são retiradas do forno e descoladas umas das outras, este processo deixa marcas nas peças que assumem forma irregular.

Pontinhos cinzentos

Os pontinhos cinzentos que se verificam algumas vezes nos vidrados brancos são o resultado da deposição de pequenas partículas de chumbo. Esta situação acontece quando o equilíbrio entre a quantidade de chumbo e de estanho é alterado, havendo maior adição de chumbo. Esta situação pode dever-se a motivos económicos, dado que o estanho é uma matéria-prima dispendiosa, que nem sempre seria acessível devido a flutuações do mercado. Deste modo, a sua adição ao vidro nem sempre era feita na quantidade necessária para que o resultado final fosse perfeito.



Figura II.33 - Pontinhos cinzentos no vidro

Pontinhos azuis

Esta situação acontece quando há mistura accidental de pigmento azul de cobalto no esmalte estanífero. Se essa diluição for total assiste-se a um vidro branco azulado. Em caso contrário, verificam-se pequenos pontos azuis distribuídos pela superfície da peça.



Figura II.34 - Pontinhos azuis no vidro

Craquelê

O craquelê é provocado durante a fase de utilização da peça. Geralmente acontece quando a aderência do vidrado à pasta não é perfeita. A humidade que permanece entre a pasta e o vidrado devido à utilização da peça faz com que o revestimento estale.

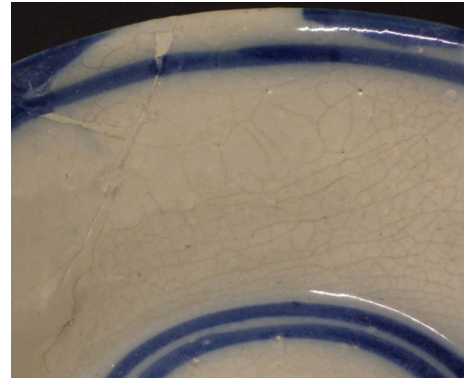


Figura II.35 - Craquelê

Escorridos

Os escorridos ocorrem quando o vidrado é mal distribuído pela superfície da peça, ficando mais espesso em alguns locais. Durante a secagem da peça as zonas mais espessas acabam por escorrer e quando se dá a cozedura essas irregularidades tornam-se permanentes.



Figura II.36 - Escorridos

7. Centros produtores identificados

Valência

Grupo de Fabrico 1

Com origem em Valência foram identificados três fundos que fazem parte de malgas com decoração geométrica a azul e palmetas radiais. Esta decoração começou a ser usada na segunda metade do século XIV mantendo-se em uso na primeira metade do século XV. Os fragmentos nº 0605 e 0593 pertencem a malgas com pé em disco enquanto o fragmento nº 0390 pertence a uma malga com pé em anel.



Figura II.37 - Peça nº 0593



Figura II.38 - Taça do *Museo Arqueologico de Jerez*

Os fragmentos nº 0137, 0387 e 0388 pertencem a malgas com decoração heráldica, com motivo de coroa. Apesar da dimensão dos fragmentos ser reduzida, o motivo é perfeitamente reconhecível, embora a pintura a dourado se tenha perdido. Esta decoração será contemporânea da anterior e provavelmente fabricada nas mesmas oficinas dadas as semelhanças entre os vidrados. O fragmento nº 0148 apresenta o mesmo tipo de pasta e vidroado que os anteriores, apesar de a decoração não permitir leitura devido à reduzida dimensão da peça.

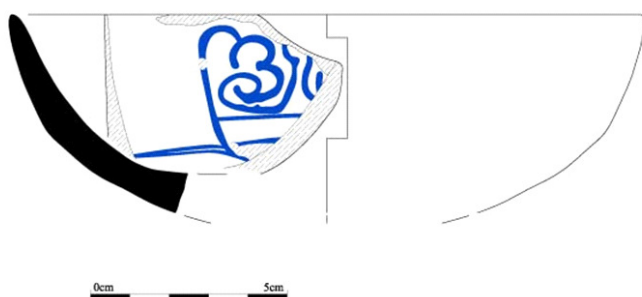


Figura II.39 - Peça nº0387)



Figura II.40 - Peça nº 0613



Figura II.41 - Peça do *Museo Nacional de Cerámica* de Valência

A mesma origem terão as abas de prato nº 0580 e 0613, correspondendo à produção em azul e dourado do final do século XIV e início do século XV. Farão parte de um prato com motivo semelhante a uma peça que se encontra no *Museo Nacional de Cerámica*, em Valência. (Inv. CE1/16800).

O fragmento de prato nº 0639, datado de finais do século XIV/inícios do século XV, será também originário da zona valenciana de Paterna. Trata-se de uma aba que apresenta motivos decorativos de inspiração oriental.



Figura II.42 - Peça nº 0639

As peças nº 0411 e 0640, correspondentes a fragmentos de potes de farmácia decorados com motivo a azul, foram igualmente fabricadas na região valenciana no século XV. O mesmo motivo pode ver-se num exemplar do *Museo Nacional de Cerámica y Artes Suntuarias González Martí* (Inventario

CE1/00700). A peça nº 0139 é um bordo de um recipiente provavelmente do mesmo tipo.



Figura II.43 - Peça nº 0411



Figura II.44 - Peça do *Museo Nacional de Cerámica e Artes Suntuarias Gonzalez Martí*

As peças nº 0121, 0122 e 0133 pertencem a malgas com decoração dourada datadas do final do século XV ou do século XVI (Nunes e Filipe, 2012:148).

Quanto às peças nº 0123, 0145, 0590, 0604, 0608, 0609, 0610, 0635, 0636, 0638, 0646, 0661 correspondem a fragmentos de louça azul e dourada. No entanto, o seu fraco estado de conservação não permite tirar muitas conclusões acerca da sua cronologia, pelo que não foi possível aferir se correspondem a fases mais antigas ou mais recentes deste tipo de produções.

Grupo de Fabrico 11

Fabricados nas oficinas de Manises no século XV serão os fragmentos nº 0144, 0567, 0568 e 0143, que pertencem a malgas com pintura a dourado sobre vidrado estanífero branco creme. Trata-se de um motivo de inspiração vegetal designado por palmetas. Existe um exemplar com a mesma forma e decoração no *Museo Nacional de Cerámica y Artes Suntuarias González Martí* (Inventario CE1/01531).



Figura II.45- Peça do *Museo Nacional de Cerámica e Artes Suntuarias Gonzalez Martí*



Figura II.46 - Peça nº 0568

Sevilha

Grupo de fabrico 2

A cerâmica decorada a azul e manganés (*Isabella Polycrome, Blue and Purple, Azul e Morado*) encontra-se bem representado neste conjunto. Foram identificados 10 fragmentos, 5 malgas (peças nº 0009, 0057, 0070, 0618 e 0645), esta última com asa horizontal e 5 pratos (peças nº 0016, 0071, 0129, 0619 e 0620). De forma indeterminada, mas provavelmente pertencentes a pratos, serão as peças nº 0641 e 0642. Estas produções, originárias de Sevilha, terão começado a ser produzidas no século XV, cessando a sua produção nos meados do século XVI.

Quanto à cerâmica branca decorada com filetes azuis (*Yayal Blue on White, Linear Bue, Azul Lineal*), é uma produção sevilhana que parece ter substituído o tipo anterior, apresentando as mesmas pasta e vidrados. A decoração torna-se menos elaborada, evoluindo para simples linhas em azul. Encontra-se representada nesta coleção por dois fragmentos de malgas carenadas (peças nº 0102 e 0124) e dois fragmentos de bordo de alguidar ou bacia (peças nº 0028 e 0440). Foram também identificados quatro fragmentos de fundo de alguidar (?) ou bacia (?) que terão provavelmente a mesma origem (peças nº 0107, 0108, 0109 e 0173), cuja pasta e vidrado em tudo são semelhantes aos dois fragmentos mencionados.

Grupo de Fabrico 3

Foi identificado um grande número de peças que podem ser inseridas na produção branca simples (*Columbia Plain, Plain White, Blanca Lisa*) com provável origem na zona de Sevilha. Esta produção, datada do final do século XV ou do século XVI é a mais bem representada nesta coleção, com cerca de 120 fragmentos. Este tipo de produção, que teve grande disseminação e bastante longevidade, é tradicionalmente associado a centros produtores da zona de Sevilha. No entanto, à luz de dados arqueológicos vindos a público recentemente (Casimiro, 2012) algumas destas peças poderão ter origem no território nacional, correspondendo ao período inicial da produção portuguesa. Os dados arqueológicos mostram que estas produções portuguesas serão muito semelhantes às espanholas, sendo que a análise macroscópica aqui realizada não é suficiente para as distinguir. As formas produzidas pelas oficinas sevilhanas durante esta época são maioritariamente pratos de fundo em ônfalo e malgas acentuadamente

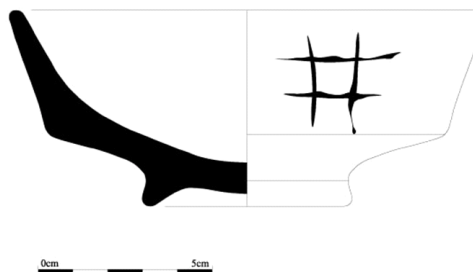


Figura II.47 - Peça nº 0155, malga com grafito.

carenadas, embora tenham sido identificadas em alguns sítios arqueológicos outras formas menos abundantes. O Convento de Nossa Sra. da Assunção de Faro não é exceção: encontramos-nos em presença de 113 fragmentos com forma atribuída enquadráveis nesta produção dos quais 75 correspondem a pratos e 38 a malgas. Destas, 4 apresentam fundo em ônfalo e 5 têm pé em anel. As restantes não possuem a parte do fundo. Destas, duas possuem asa horizontal (peças nº0116 e 0612). Existem ainda alguns fragmentos atribuíveis a esta produção cuja forma é indeterminada. Desta produção destacam-se as malgas nº 0054 e 0155, que apresentam grafitos, situação que não é inédita²³, podendo relacionar-se com marcas de propriedade.

²³ <https://www.flmnh.ufl.edu/histarch/photoout1.asp?id=160>

Gomes, 2012:342

Gonzalez, 2012:88

Foram reconhecidas apenas duas malgas carenadas da variante Branca com escorridos de vidro verde (*Columbia Plain Green Dipped*) inseridas neste conjunto (peças nº 0025 e 0031). Esta produção apresenta as mesmas características de pasta e vidro, mas com alguns apontamentos de escorridos a verde.

Grupo de Fabrico 6

Ainda de origem sevilhana será o fragmento nº 0547, que pertence ao tipo sevilhano Azul sobre Azul (*Sevilla Blue on Blue*) datado da segunda metade do século XVI ou primeira metade do século XVII (Kingsley, 2014).

Grupo de Fabrico 12

A este grupo correspondem as peças nº 0087, 0120, 0444, 0669 e 0578. Trata-se de um grupo com pasta semelhante às anteriores, mas apresenta espessura mais fina. O vidro é de fraca espessura e apresenta decoração em azul. Poderá tratar-se do mesmo grupo de fabrico identificado por Ana Castro no Mosteiro de Tarouca, designado pela autora como Sevilha 3 (Castro, 2009: 250).

Ligúria

Grupo de Fabrico 5

As peças nº 0244, 0247, 0249, 0250, 0252, 0272, 0279, 0311, 0314, 0343, 0614, 0615, 0616 e 0617, de pasta amarelada e esmalte espesso azul claro, com motivos traçados finamente a azul e preenchidos por pinceladas de azul mais claro (na sua maioria, senão todos, pertencentes a pratos), suscitaram algumas dúvidas na sua classificação quanto ao centro produtor. Este tipo cerâmico assemelha-se a produções da Ligúria (Itália) ou Sevilha (Espanha). Sevilha produziu este tipo decorativo, azul sobre azul, inspirado nas



Figura II.48 - Peça nº 0354 com marca no tardo

produções lígures. No entanto, a comparação com as pastas das restantes produções sevilhanas não parece colocar estas peças no mesmo centro produtor. Por outro lado, a presença no conjunto agora em estudo de um fragmento que apresenta marca de fabrico no tardo atesta a sua origem italiana. Trata-se da peça nº 0354, a qual apresenta uma marca que se pode observar também em duas malgas encontradas no Brasil (Etchevarne, 2006, fig.9) e que o autor atribui a produção da Ligúria. Também em Barcelona foram recolhidos fragmentos com a mesma marca, que as autoras atribuem a produção da região da Ligúria, mais exatamente de Savona. Esta marca de fabrico esteve em uso na segunda metade do século XVII e início do século XVIII (Beltrán Bercero e Miró Alaix, 2010).

Montelupo

Grupo de Fabrico 4

Os fragmentos nº0072 e nº 0073 são pertencentes a pratos com origem em Montelupo (Itália). Este tipo de cerâmica foi fabricado a partir do final do século XV ou início do século XVI. Em Lisboa, na intervenção realizada no Terreiro do Trigo, foram recolhidos fragmentos que apresentam esta mesma decoração, que a autora data da primeira metade do século XVI (Gonzalez, 2012, Fig. 5).



Figura II.49 - Prato de Montelupo
 (http://www.christies.com/lotFinder/lot_details.aspx?intObjectID=4596101)



Figura II.50 - Peça nº 0073

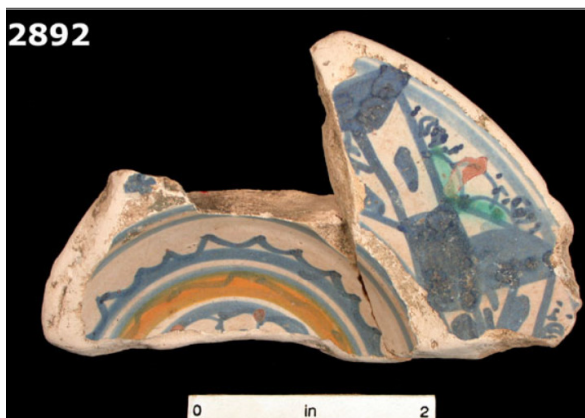


Figura II.51 - Prato de Montelupo da coleção do Florida Museum of Natural History https://www.flmnh.ufl.edu/histarch/gallery_types/individual_display.asp?PhotoID=2892



Figura II.52 - Peça nº 0072

Delft

Grupo de Fabrico 13

As peças nº 0657 e 0389 parecem ser de fabrico holandês. A identificação da marca P sobreposta por um ponto, visível na peça nº 0657, foi usada nos pratos de Delft em meados do século XVIII. O fragmento nº 0463, embora não cole fisicamente com este prato, parece pertencer à peça nº 0657. Quanto ao fragmento nº 0389, declaradamente pertencente a outra peça, apresenta pasta e vidro semelhante, embora o motivo seja claramente diferente.



Figura II.53 - Peça nº 0657

Lisboa

Se excluirmos a hipótese de terem sido fabricadas em Lisboa algumas das peças quinhentistas exumadas neste local, as mais antigas produções lisboetas aqui identificadas serão do século XVII.

Grupo de Fabrico 10

O fabrico de início do século XVII, mais especificamente a partir de 1610 (segundo Tânia Casimiro), é caracterizado pela cópia quase fiel dos motivos da porcelana chinesa. Trata-se de uma produção onde se nota um grande cuidado quer ao nível das pastas, quer ao nível do vidro e da decoração. Estas peças, produzidas na capital, destinavam-se ao consumo das elites não sendo acessíveis à maioria da população. Destacam-se por apresentar um vidro de muito boa qualidade, perfeitamente opaco e espesso. Foram identificados quatro fragmentos (peças nº 0301, 0438, 0455, 0490) que podem claramente ser enquadrados nesta produção.

Também os fragmentos nº 0306, 0484, 0541, 0557 e 0582 terão sido produzidos em Lisboa. Apresentam motivos de boninas a azul-cobalto, motivo que se popularizou na primeira metade do século XVII.

Grupo de Fabrico 8

A este tipo de fabrico corresponde a maior parte das peças recolhidas, com o vidro caracteristicamente branco com minúsculos pontinhos cinzentos e maior ou menor número de “olhinhos”. A decoração, simplesmente em azul-cobalto ou azul-cobalto e manganés, com traços finos ou grossas pinceladas, é característica das oficinas lisboetas a partir da segunda metade do século XVII. Foram recolhidos 11 fragmentos que ostentam o motivo decorativo conhecido como “desenho miúdo”, de inspiração oriental e muito popular na segunda metade do século XVII. Este é um motivo característico das produções lisboetas, estando patente nas peças nº 0158, 0193, 0204, 0207, 0208, 0508, 0511, 0513, 0514, 0521 e 0522.

Também popular na segunda metade do século XVII é o motivo de “rendas”, que podemos encontrar nesta coleção desenhadas em azul e manganés ou simplesmente em azul. Este motivo foi amplamente usado pelos três centros produtores, apresentando, no entanto, características estilísticas próprias a cada um deles. Com este motivo podemos encontrar as peças nº 0222, 0287, 0350, 0372, 0393, 0394, 0441, 0460, 0486, 0487, 0518 e 0584. A peça nº 0519 parece ostentar uma diferença estilística em relação às restantes, pois é menos arredondada. As rendas de forma mais ovalada têm sido registadas para o centro produtor coimbrão. No entanto, em relação a este fragmento, as suas características de pasta e vidrado parece apontar para um fabrico lisboeta, a par dos restantes fragmentos que ostentam esta decoração.

O motivo de aranhões, já na sua fase de simplificação máxima, de linhas de manganés preenchidas a azul, atribuível à segunda metade do século XVII, parece ter sido um motivo muito fabricado nas olarias de Coimbra (Sebastian, 2012, p.505). Podemos encontrar este motivo nas peças nº 0186 e 0266. Normalmente em associação com este motivo encontra-se o motivo de pêssegos, que podemos encontrar nos fragmentos nº 0212 e 0234. No entanto, a pasta e o verniz observados nestes fragmentos parecem aproximá-los mais das oficinas lisboetas que das coimbrãs. Encontramos esta associação de motivos num prato recuperado no naufrágio da Ponta do Leme (Cabo Verde) (Gomes *et al.*, 2012) desenhados com o mesmo traço grosso de manganés, cujo preenchimento a azul por vezes ultrapassa o limite do desenho.

Com o motivo de arcos concêntricos foram reconhecidas 54 peças com este motivo característico da segunda metade do século XVII (peças nº 0160, 0161, 0177, 0181, 0182, 0183, 0191, 0194, 0196, 0198, 0203, 0221, 0223, 0224, 0225, 0229, 0261, 0271, 0275, 0281, 0286, 0290, 0291, 0303, 0308, 0325, 0326, 0332, 0338, 0342, 0345, 0346, 0376, 0377, 0378, 0379, 0380, 0429, 0430, 0431, 0432, 0434, 0442, 0448, 0467, 0469, 0470, 0475, 0476, 0482, 0485, 0491, 0492 e 0652). A pasta e vidrado destas peças parecem apontar para um fabrico lisboeta, com o vidrado ponteados a minúsculos pontinhos cinzentos e a apresentar as características bolhas de ar.

O motivo dos acantos pode ser encontrado em quatro fragmentos atribuíveis às produções da capital. Este motivo populariza-se a partir da segunda metade do século XVII. As peças nº 0189, 0506 e 0512 são taças que apresentam características do Grupo de Fabrico 8 enquanto a peça nº 0344 pode inserir-se no Grupo de Fabrico 9.

O motivo de contas, em grupos de três ou de seis, está amplamente representado nesta coleção (peças nº 0164, 0168, 0169, 0172, 0174, 0175, 0176, 0179, 0184, 0215, 0216, 0228, 0231, 0267, 0268, 0269, 0282, 0284, 0285, 0295, 0299, 0309, 0312, 0315, 0317, 0324, 0351, 0383, 0493, 0494, 0495, 0496, 0497, 0498, 0500, 0501, 0502, 0503, 0507, 0510, 0515, 0516, 0542, 0551, 0585 e 0587). Trata-se de um motivo muito popular a partir do terceiro quartel do século XVII e que mantém uma grande longevidade, sendo possível encontra-lo em produções já posteriores ao terramoto de 1755, como se pode ver em dois pratos produzidos em Lisboa e atualmente no Museu de Évora ME6883 e ME878 (MANGUCCI, 2007). Existem ainda dois fragmentos (peças nº 0174 e 0504), que embora não apresentem o motivo das contas, a sua decoração encontra-se geralmente associada a este motivo. Os fragmentos identificados no conjunto em estudo apresentam pasta e vidrado que parecem pertencer a produções lisboetas, embora este seja um motivo muito popular também em Coimbra.

Foram recolhidas 61 peças que se apresentam decoradas com simples linhas azuis acentuando o diâmetro do bordo ou do fundo interno. Destas, oito correspondem a pratos, vinte e sete a malgas e quatro a taças. Foi ainda possível identificar um alguidar e um jarro, sendo o resto das formas indeterminadas. Estas peças, muito simples, corresponderão a produções do final do século XVII ou já do século XVIII.

De produção lisboeta devem ser também as peças nº 0358, 0359, 0361, 0369 e 0370, as quais apresentam decoração com grossas pinceladas de manganês. A qualidade do verniz, que se apresenta com os característicos pontinhos cinzentos e alguns “olhinhos” parece confirmar a sua origem lisboeta.

Um exemplar com a mesma decoração encontra-se no Museu de Évora (ME14658), que lhe atribui uma datação do século XVIII.

Com o mesmo tipo de vidro mas sem decoração foram também identificadas algumas peças, sobretudo covilhetes. Estas peças, pratinhos fundos para doces (o nome covilhete virá de covo = fundo) estão intimamente ligadas à doçaria conventual que atinge o seu esplendor no século XVIII.

Grupo de Fabrico 9

As peças pertencentes a este grupo apresentam-se quase todas sem decoração, apenas com o vidro estanífero branco, pelo que não é fácil datar estas peças. Exceção é um fragmento decorado com faixa barroca de acantos enrolados. A fraca adesão do vidro à pasta é a principal característica, estando o vidro praticamente separado da pasta. Este destacamento do vidro em relação à pasta é característico de algumas produções lisboetas. As formas presentes resumem-se a pratos pouco fundos.

Coimbra

Grupo de Fabrico 7

As peças nº 0621, nº 0363 e nº 0385/0505 pertencem a dois ou três pratos do tipo Bioso. Os três últimos fragmentos podem pertencer todos ao mesmo prato, sendo que dois colam fisicamente. Quanto ao fragmento nº 0621 pertence claramente a um outro prato, pelo que temos pelo menos dois pratos que se podem associar a este tipo. O fragmento nº 0202 poderá também pertencer ao fabrico coimbrão, embora quanto a este último, a sua pequena dimensão deixe algumas dúvidas.

Centros produtores	Grupos
Valência	Grupo 1
	Grupo 11
Sevilha	Grupo 2
	Grupo 3
	Grupo 6
	Grupo 12
Montelupo	Grupo 4
Ligúria	Grupo 5

Delft	Grupo 13
Lisboa	Grupo 8
	Grupo 9
	Grupo 10
Coimbra	Grupo 7

Tabela II.3 - Centros produtores identificados

8. Cronologias

8.1 A sondagem 1

Na sondagem 1 as peças consideradas para este trabalho apresentam cronologia bastante homogénea, maioritariamente do século XVI, período inicial de funcionamento do Convento de Nossa Senhora da Assunção. Nesta sondagem foi recolhido um enorme conjunto de peças da série simplesmente esmaltada a branco (*Columbia Plain, Plain White, Blanca Lisa*) cuja ocorrência se verifica em todas as camadas consideradas para este estudo. Estas peças, como já foi mencionado, parecem ter a sua origem na zona de Sevilha, onde são produzidas a partir do século XV. No entanto, nos contextos portugueses, este tipo cerâmico só começa a estar presente em cronologias a partir do século XVI, tornando-se efetivamente abundantes nos contextos do final da centúria. Esta produção vai ser inspiradora das primeiras produções portuguesas, provavelmente ainda raras e produzidas por uma clara minoria de oleiros. Possivelmente a grande apetência do mercado por estes bens de consumo importados vai incentivar alguns oleiros a iniciar a produção nacional dos mesmos modelos, indo ao encontro da procura e aproveitando esta oportunidade de negócio. Peças pertencentes a esta série cerâmica podem ser encontradas em todas as camadas consideradas, embora a sua maior incidência seja na UE 37. Esta camada é a que apresenta maior quantidade de material e maior variedade de fabricos dentro do conjunto em estudo. Aqui se recolheram dois fragmentos do fabrico sevilhanos decorado a azul e manganés (*Isabela Polychrome, Blue and Purple, Azul e Morado*) bem como alguns fragmentos da série azul linear (*Yayal Blue on White, Linear Blue, Azul Lineal*). A existência nesta camada de inclusões de material cronologicamente enquadrável na idade do ferro e em época romana, mostra que para a sua

formação contribuíram contextos de cronologia mais antiga. Assim se poderá explicar a inclusão de dois fragmentos de prato (peças nº 0072 e 0073) atribuíveis às produções italianas de Montelupo, com datação de final do século XV ou início do século XVI, altura em que o convento ainda não estaria edificado ou estaria ainda numa fase inicial da sua construção, pelo que não seria provável a aquisição de peças tão luxuosas. O mesmo se pode dizer acerca do fragmento de louça dourada de Manises (peça nº 0143) com cronologia do século XV. É provável que estas peças importadas, pertencentes a produções cujo consumo se encontrava reservado às elites, sejam resultantes de uma ocupação anterior do espaço, que sabemos ter sido ocupado até ao século XV pela Judiaria de Faro. Outra explicação seria o facto de estas peças, dado não se destinarem ao uso quotidiano (podendo deste modo alcançar uma longevidade acima do normal), terem permanecido alguns anos na posse de alguma família nobre, acabando por ser oferecidas ao convento no dote de algumas das religiosas.

Na UE 52, que parece estar associada à estrutura conventual UE 29, foi também recolhida faiança com cronologia que aponta para o século XVI. No entanto, segundo os documentos relativos à escavação consultados, esta é uma camada onde foram igualmente recolhidos materiais com cronologias bastante mais antigas, pelo que parece tratar-se de uma camada de aterro.

Um fragmento de cerâmica correspondente a uma malga de cerâmica dourada de Manises (peça nº 0144) e uma peça com decoração a azul e dourado (peça nº 0145) foram recolhidos na UE 53, um contexto onde também se recolheram fragmentos da série branca lisa. A primeira apresenta paralelo com uma peça datada do século XV.

Igualmente com cronologia do século XV foram recuperadas duas peças na UE 76. A peça nº 0137, que corresponde a um pequeno fragmento de malga com decoração heráldica (coroa), e a peça nº 0139 que corresponde a um bordo de pote de farmácia. Estes fragmentos apresentam dimensões bastante reduzidas.

Na UE 82 foram recolhidos fragmentos da série com decoração azul linear (*Yayal Blue on White, Linear Blue, Azul e Morado*) e da série branca lisa (*Columbia Plain, Plain White, Blanca Lisa*) o mesmo acontecendo na UE 30, onde se recolheu um alguidar que permitiu reconstituição total (peça nº 0156) decorado com duas linhas concêntricas acentuando o bordo e outras duas acentuando a transição entre a parede e o fundo da peça. Estes dois fabricos encontram-se também na UE 11.

Na UE 50 foi recuperado um fragmento que poderá corresponder a fabrico sevilhano do século XVI (Castro, 2009), peça nº 0120. Também na UE 55 foram recolhidos fragmentos pertencentes a este fabrico (peças nº 0082 e 0087). Estas peças encontram-se acompanhadas de peças da série branca lisa (*Columbia Plain, Plain White, Blanca Lisa*).

As UE 92, 84, 78, 70, 57, 66, 56, 32 e 20 forneceram apenas fragmentos de faiança da série branca lisa (*Columbia Plain, Plain White, Blanca Lisa*).

Na UE 28 foi identificado um fragmento da série decorada a azul e manganés (*Isabela Polychrome, Blue and Purple, Azul e Morado*) e um da série branca lisa (*Columbia Plain, Plain White, Blanca Lisa*). Estes dois fabricos foram também identificados na UE 69.

Um fragmento de cerâmica dourada (peça nº 0133) com cronologia do final do século XV ou início do século XVI foi recuperado na UE 74, juntamente com alguns fragmentos da série branca lisa (*Columbia Plain, Plain White, Blanca Lisa*). Na UE 48, juntamente com um fragmento do tipo azul linear (*Yayal Blue on White, Linear Blue, Azul Linear*) foi recuperado um fragmento que parece apontar para cronologias mais recentes, século XIX? (peça nº 0112).

Na UE 101 foi recolhido material que apresenta datações que se enquadram no final do século XV ou século XVI. Esta camada foi interpretada pelos arqueólogos responsáveis pela escavação como sendo o enchimento de uma fossa cujo entulhamento teria ocorrido em época islâmica (Paulo, 2002: 14), uma vez que comportava várias peças islâmicas praticamente inteiras.

Este conjunto encontra-se já estudado e publicado²⁴. Deste modo, e dado que foram aqui recolhidos fragmentos de cronologia posterior, podemos colocar a hipótese de que a inclusão de material pós-islâmico neste contexto possa indicar uma perturbação ocorrida neste estrato já em época pós-medieval.

Em face do anteriormente exposto parecem confirmar-se as cronologias anteriormente apontadas para as estruturas identificadas nesta sondagem (Paulo, 2002). Quanto à funcionalidade destas estruturas, que não apresentam ligação com o edifício principal, e dada a sua localização, na zona da horta, poderão ter servido como alojamento para os escravos (quatro escravos e duas escravas) mencionados no livro de receitas e despesas da casa de D. Catarina datado de 26 de Outubro de 1543. Era habitual a existência de escravos nos espaços conventuais, para ajudar nos trabalhos mais pesados, mas estes deveriam ficar apartados da restante comunidade.

8.2 A sondagem 2

As peças de cronologia mais antiga identificadas neste conjunto pertencem a produções importadas da zona valenciana (peças nº 0390, 0593 e 0605) que correspondem a fundos de taças decoradas com o motivo de palmetas radiais, ainda que apenas se tenha conservado o fundo da peça, pelo que a decoração se encontra muito incompleta. Estas peças podem enquadrar-se em produções dos finais do século XIV/inícios do século XV, pelo que pertencerão a uma fase de ocupação do espaço anterior ao início da construção do Convento, uma vez que as obras não terão começado antes de 1519. Estas peças foram recuperadas nas UE 21, 27 e 30.

Com a mesma cronologia e fabricada na mesma zona foi identificada a peça nº 0639, recuperada na UE 30.

²⁴ ÁLVARO SÁNCHEZ, Rocio (2009) – “Luces y Sombras en el Faro musulmán. En torno a algunos aspectos de la tipología cerámica del Sondeo 1/AO68/UE 101 del Museo de Faro, in XELB, Nº 9, *Actas do 6º E.A.A.*, C.M. Silves,

Também do século XV serão as malgas com motivo de palmetas desenhado a dourado recuperadas nas UE 16 (peça nº 0567) e 17 (peça nº 0568). Fragmentos de peças iguais foram recuperados na sondagem 1.

Foram recolhidos ainda mais alguns fragmentos de louça dourada ou azul e dourada (peças nº 0635, 0638, 0604 e 0613 e 0636, 0580, 0646) recolhidas nas UE 29, 48, 30, 17, 21 de onde se destacam as peças nº 0387 e 0388, que apresentam motivo de coroa, recolhidas na UE 21, não restando praticamente nenhum vestígios de dourado nestes fragmentos.

Também provenientes da zona valenciana, com pintura a azul e cronologia do século XV, foram identificadas as peças nº 0411, 0640. Estas peças correspondem a fragmentos de potes de farmácia e foram recolhidas nas UE 21 e 29.

Da série branca lisa (*Columbia Plain, Plain White, Blanca Lisa*) foram recolhidos diversos fragmentos nas UE 14, 27, 16, 17, 18 e 21. A série decorada a azul e manganés (*Isabela Polycrome, Blue and Purple, Azul e Morado*) encontra-se também representada nas UE 21 e 14. Foi ainda recolhido um fragmento de bordo de alguidar da série azul linear (*Yayal Blue on White, Linear Blue, Azul Lineal*) (peça nº 0440) na UE 14 e um fragmento de fundo de alguidar do mesmo tipo na UE 18.

A peça nº 0547, de produção sevilhana, em azul sobre azul, com cronologia do final do século XVI ou do início do século XVII, foi recolhida na UE 16. Igualmente com cronologia da fase inicial do século XVII foram recolhidos três fragmentos de pequena dimensão com o motivo de cordões de borlas muito incompleto devido à dimensão dos fragmentos (peças nº 0458, 0301 e 0583) nas UE 14 e 17. Foram também identificados três fragmentos onde pode ser reconhecido o motivo de espirais (peças nº 0438, 0455 e 0490) recolhidas na UE 14. Identificou-se também nesta camada um fragmento de taça com motivo de *chinoiserie*, a peça nº 0437.

Os fragmentos nº 0479, 0484, 0306, 0541, 0557 e 0582 apresentam motivos de boninas a azul cobalto, motivo que se popularizou na primeira metade do século XVII. Foram recolhidos nas UE 14, 15, 16 e 17.

Terão sido fabricadas na segunda metade do século XVII as peças decoradas com o motivo dos arcos concêntricos. Trata-se de um conjunto de 57 peças, (peças nº 0160, 0161, 0177, 0181, 0182, 0183, 0191, 0194, 0196, 0198, 0203, 0214, 0221, 0223, 0224, 0225, 0229, 0261, 0271, 0275, 0281, 0286, 0290, 0291, 0303, 0308, 0325, 0326, 0332, 0338, 0342, 0345, 0346, 0376, 0377, 0378, 0379, 0380, 0429, 0430, 0431, 0432, 0434, 0442, 0448, 0467, 0469, 0470, 0475, 0476, 0482, 0485, 0491, 0492 e 0652) que incluem malgas, taças e pratos, recolhidas nas UE 14, 18 e 21 que apresentam características de pasta e vidro que apontam para uma origem lisboeta.

A mesma datação pode ser atribuída ao motivo de rendas, que aparece em 12 peças, (peças nº 0222, 0287, 0350, 0372, 0393, 0394, 0441, 0486 e 0487) recolhidas nas UE 14, 17, 18 e 21. Este motivo aparece quer desenhado em azul e manganés, quer apenas em azul. O motivo de aranhões, contornado a manganés, característico da segunda metade do século XVII, não se encontra muito representado nesta amostra, com apenas dois fragmentos (peças nº 0186 e 0266) recolhidos na UE 18. Este motivo é frequentemente acompanhado do motivo de pêssegos ou romãs, que podemos igualmente encontrar em dois fragmentos (peças nº 0212 e 0234) provenientes da mesma camada.

Para a segunda metade do século XVII podemos ainda encontrar 11 fragmentos (peças nº 0158, 0193, 0204, 0207, 0208, 0508, 0511, 0513, 0514, 0521 e 0522) que apresentam o característico motivo de “desenho miúdo”, recuperadas nas UE 14 e 18.

Foram ainda exumados 23 fragmentos de peças com vidro azul claro e motivos desenhados a azul mais escuro (peças nº 0244, 0245, 0247, 0249, 0250, 0251, 0252, 0253, 0254, 0258, 0272, 0279, 0298, 0311, 0314, 0343, 0347, 0348, 0354, 0614, 0615, 0616, 0617), provavelmente fabricados na

Ligúria durante o século XVII. Estas peças de produção italiana foram recuperadas nas UE 14 e 18.

O motivo de contas encontra-se amplamente representado neste conjunto, com 47 peças provavelmente fabricadas nas oficinas de Lisboa (peças nº 0164, 0168, 0169, 0172, 0175, 0176, 0179, 0184, 0211, 0215, 0216, 0228, 0231, 0267, 0268, 0269, 0282, 0284, 0285, 0295, 0299, 0309, 0312, 0315, 0317, 0324, 0351, 0383, 0493, 0494, 0495, 0496, 0497, 0498, 0499, 0500, 0501, 0502, 0503, 0507, 0510, 0515, 0516, 0542, 0551, 0585 e 0587). Este motivo só se encontra presente nas camadas da sondagem 2 e pode ser encontrado nas UE 14, 15, 16, 17, 18 e 21. Esta decoração popularizou-se no final do século XVII, mantendo-se em uso até ao terceiro quartel do século XVIII.

Foram recuperadas algumas peças que corresponderão a covilhetes de faiança branca sem decoração nas UE 27, 16, 21, 14 e 18 (peças nº 594, 660, 402, 404, 559, 560, 561, 563 e 288).

O motivo de simples linhas azuis delimitando o bordo e/ ou o fundo da peça, por vezes acompanhado de desenho muito simples no interior do fundo, motivo muito usual durante o século XVII e XVIII, encontra grande expressão nas UE 14 e 18, onde foram recuperadas a maior parte das peças (peças nº 0162, 0163, 0165, 0166, 0170, 0178, 0187, 0188, 0192, 0195, 0197, 0199, 0200, 0201, 0206, 0210, 0217, 0218, 0219, 0230, 0233, 0235, 0239, 0240, 0243, 0259, 0260, 0263, 0265, 0276, 0278, 0283, 0289, 0292, 0293, 0296, 0297, 0302, 0304, 0310, 0313, 0320, 0327, 0330, 0331, 0333, 0334, 0337, 0339, 0341, 0352, 0355, 0356, 0366, 0367, 0391, 0392, 0413, 0415, 0416, 0417, 0418, 0420, 0421, 0422, 0423, 0424, 0425, 0426, 0427, 0428, 0466, 0468, 0472, 0473, 0474, 0480, 0592, 0654 e 0658).

As faixas barrocas de acantos enrolados, tão características do último quartel do século XVII, prolongando-se pelo século XVIII, podem ser encontradas nas UE 14 e 18, totalizando quatro fragmentos (peças nº 0189, 0344, 0506 e 0512).

As peças nº 0363 e 0385, correspondentes a fragmentos de prato de fabrico coimbrão do século XVIII, foram recolhidas na UE 21. Na UE 14 foram recolhidos dois pequenos fragmentos de bordo (peças nº 0505 e 0621) correspondente à mesma produção.

Capítulo III

9. Discussão dos dados

Como já foi mencionado, as mais antigas produções aqui identificadas deverão pertencer a uma fase anterior ao início da construção deste convento, no início do século XVI. Com cronologia do século XV foram recolhidos vários fragmentos de origem espanhola (Valência). Estes artigos, considerados de luxo, formam um conjunto significativo. Sabemos que o edifício veio ocupar uma zona da cidade onde anteriormente se localizaria a judiaria de Faro (Marques, 1990: 112). Estas produções poderão pertencer à ocupação do local pela comunidade judaica, sendo manifestamente consideradas como bens de prestígio, o que se coaduna com a franja da população que aí habitaria. Os judeus representavam uma elite económica dentro da sociedade portuguesa até ao édito de expulsão de 1496. A comunidade judaica floresceu até essa data, engrossada a partir de 1492 pelos contingentes que vinham do país vizinho devido à expulsão consagrada na lei espanhola. A sua riqueza permitiria, sem dúvida, a aquisição de bens que não estariam certamente ao alcance da população comum. Outra hipótese, dado que estes não serão objetos de uso diário, portanto não sujeitos a um grande desgaste, é que tenham permanecido na posse de uma determinada família durante algum tempo, entrando no convento no dote de uma ou mais religiosas. Como vimos anteriormente, a maioria das senhoras que ingressou neste convento provinha de famílias abastadas, pelo que não será de estranhar que trouxessem algumas peças mais luxosas no seu dote. A recuperação de dois fragmentos de origem italiana (Montelupo), datados do início do século XVI, pode também atestar esta hipótese.

A maioria dos fragmentos de produções mais antigas foi recuperada na Sondagem 2, sítio onde se localizariam as hortas do Convento de Nossa

Senhora da Assunção. A cerca do convento e as suas hortas eram usadas como espaço para descarte dos lixos das cozinhas. Quando terminava a vida útil de um utensílio e este se quebrava era descartado juntamente com o restante lixo proveniente da cozinha. Como referido anteriormente, estas peças encontravam-se em depósitos revolvidos que continham também materiais de épocas anteriores. Este fenómeno poderá ter explicação no facto de se tratar de uma zona agrícola dentro do espaço conventual, onde não será de estranhar que exista revolvimento de terras para cultivo, uma vez que a vida conventual promovia a pequena agricultura, de modo a contribuir para o sustento da comunidade religiosa. Assim, as árvores de fruto seriam certamente cultivadas ao longo do tempo em que o convento esteve em utilização, causando as suas raízes alterações na estratigrafia, misturando materiais de diversas origens.

Para a fase mais antiga relacionada com a construção do edifício do convento, a primeira metade do século XVI, foram recolhidas inúmeras peças da série branca lisa (*Columbia Plain, Plain White, Blanca Lisa*). Estas foram recolhidas em ambas as sondagens, mas apresentam maior incidência na Sondagem 1, local onde foram identificadas as estruturas interpretadas pela arqueóloga responsável pela escavação como sendo de fábrica conventual. Os pratos e as malgas são aqui as formas mais representadas. Este tipo de peças tem sido tradicionalmente apontado como originário de Sevilha (Espanha), embora à luz dos dados arqueológicos fornecidos pela escavação do forno da Mata da Machada, na margem sul do Tejo, e do forno coimbrão da Garagem Avenida, estas cerâmicas possam ter sido efetivamente fabricadas em Portugal. Este ponto só poderá ser esclarecido através de análises químicas que não couberam no âmbito deste estudo. Tratando-se de um contexto escavado em Faro ambas as proveniências serão admissíveis, uma vez que a proximidade a ambos os centros produtores será semelhante. Prefeririam as freiras de Faro, vindas do convento lisboeta da Madre de Deus, as faianças produzidas na capital portuguesa? Ou pelo contrário, seriam mais facilmente acessíveis as produções sevilhanas? Sabendo que as rotas comerciais da época permitiam a entrada de vários produtos de origem espanhola no nosso

território, aumentadas ainda, a partir de 1580, pela união ibérica, não será de estranhar a presença deste tipo de louça no local em apreço.

Este produto foi amplamente difundido pelo colonialismo espanhol e seria certamente obrigatório na baixela da época, tendo sido identificada a sua presença em diversos locais além-mar. As características de robustez destas formas cerâmicas, com paredes grossas e vidro consistente, fazem delas produtos bastante aptos a viajar, sendo a exportação de grande parte desta produção um destino natural das peças em causa. Achados arqueológicos destas cerâmicas no Novo Mundo e no Norte de África comprovam esta apetência. Por este motivo, pode supor-se que, pelo menos as formas mais antigas das malgas carenadas, de fundo em ônfalo, serão efetivamente originárias de Sevilha e que, à medida que a produção deste tipo de faiança se generaliza, as aquisições passem a ser feitas em território nacional, podendo então corresponder a esta produção as malgas de pé em anel, ligeiramente mais tardias, já com cronologias da segunda metade do século XVI. Também a identificação, dentro deste conjunto, de um grupo de peças com pastas mais rosadas que as restantes, poderá indicar um centro produtor diferente. Por outro lado, a observação das diferenças na qualidade do vidro não foi conclusiva, uma vez que diferentes condições de jazida provocaram reações com os vidrados, encontrando-se alguns de tal modo cobertos por concreções que inviabilizam uma observação mais detalhada das suas características. Para validar as hipóteses colocadas quanto à proveniência destas peças será necessária a sua confirmação através de análises químicas, as quais, como já foi dito, não couberam neste trabalho.

Dentro desta série cerâmica, a mais abundante do conjunto em estudo, foram identificadas duas malgas carenadas de pé em anel com marcas esgrafitadas (peças nº 0054 e 0155). Como dito anteriormente, o pé em anel começa a usar-se neste tipo de cerâmica na segunda metade do século XVI. A marcação de cerâmica através de esgrafitado não é inédita e está documentada em recipientes do mesmo tipo exumados noutras zonas do país, como Lisboa, Palmela, Silves ou Albufeira. Pertencentes à coleção do *Florida*

*Museum of Natural History*²⁵ podem ver-se alguns destes recipientes com distintas marcas, mas onde a mesma marca aparece repetida em mais do que um objeto. As marcas aí encontradas foram executadas com técnica semelhante às da coleção do Museu de Faro, com um objeto aguçado que retira não só a camada vítrea mas que penetra profundamente na pasta. Esta marca torna-se assim permanente e indissociável do objeto. Qual o significado dessas marcas? Tratar-se-á de marca de propriedade? Em caso afirmativo, então as duas peças identificadas na coleção farenses pertencerão à mesma pessoa, uma vez que se trata da mesma marca, a qual consiste em dois traços verticais cortados por dois traços horizontais.

Sabemos que, apesar da posse de objetos materiais não ser encorajada pelos preceitos observados pelas clarissas, esta situação existia e encontra-se documentada em vários mosteiros. Para um período mais tardio vamos encontrar aqui, no convento farenses, marcas inequívocas de propriedade na louça. Foi identificado o caso de uma soror que possuiu um prato com o seu nome (peça nº 0336) e foram identificados fragmentos de outros recipientes que apresentam letras, embora o seu grau de fragmentação não permita a leitura, que provavelmente serão também marca de propriedade. Mas poderá existir outra razão para marcar a louça: em caso de enfermidade grave e contagiosa, a marcação da louça para que a utilização ficasse restrita a uma determinada pessoa poderia ser uma maneira de prevenir situações de propagação da doença.

Quanto à peça nº 0336, apresenta uma inequívoca marca de propriedade em que figuraria o nome da sua proprietária. O grau

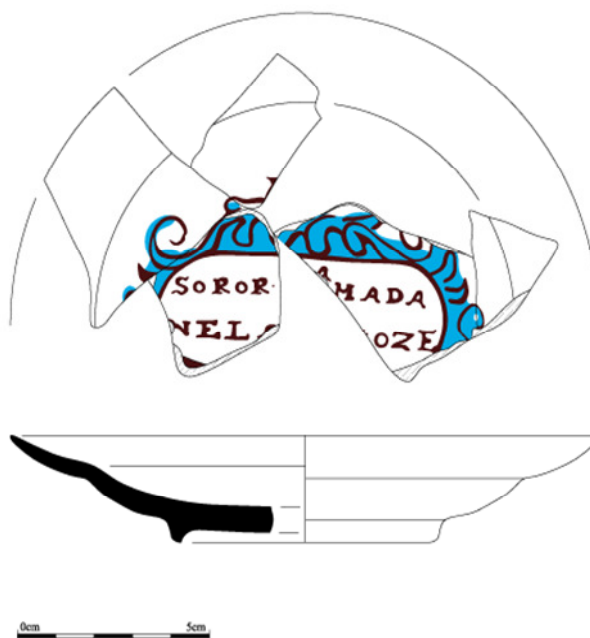


Figura III.54 - Peça nº 0336

²⁵ <https://www.flmnh.ufl.edu/histarch/photoout1.asp?id=160>

de fragmentação da peça não permite uma leitura completa da legenda mas apenas parcial: **SOROR·[...] aMADA / NEL(A?) [...]JOZE.**

Para o século XVII foram identificadas peças sobretudo provenientes das oficinas lisboetas. Quanto às produções coimbrãs, menos luxuosas, destinavam-se provavelmente a uma franja da população com menores recursos económicos. Deste modo, não surpreende que entre os fragmentos recolhidos nesta escavação arqueológica as produções de Coimbra tenham uma presença praticamente residual. Não é de admirar, portanto, que a maioria dos fragmentos identificados corresponda a diferentes produções provenientes da região de Lisboa, uma vez que, durante o século XVII, este centro produtor se especializou em objetos de qualidade, mais adequados à utilização das elites de que faziam parte os membros de uma tão importante instituição. Situação semelhante viveu o convento de clarissas de Santana de Leiria, onde foram igualmente recolhidos materiais deste tipo. Trata-se também de um convento que recebeu senhoras de elevada posição social e mais uma vez essa situação está patente no tipo de espólio recolhido (Trindade, 2012).

Objetos francamente luxuosos são as peças importadas da Ligúria que se encontram presentes neste conjunto. Embora não se tratem certamente de objetos para uso quotidiano, sendo provavelmente usados apenas em ocasiões especiais, a existência deste tipo de objetos faz todo o sentido se comparada com as referências documentais que referem o elevado poder económico das mulheres que dão entrada no convento durante esta época.

As importações holandesas, tão difundidas por toda a Europa a partir do final do século XVII, têm aqui uma presença residual. Trata-se de uma cerâmica de boa qualidade mas que parece não estar entre as preferências das freiras de Faro.

10. Conclusões

A partir do trabalho realizado foi possível chegar a algumas conclusões no que respeita às relações comerciais existentes entre a cidade de Faro e outras regiões. Para os períodos mais antigos, ainda antes da construção do edifício conventual, nota-se uma apetência pelos materiais estrangeiros, com

destaque para as relações comerciais com o país vizinho. Embora se tenham encontrado dois fragmentos atribuíveis a fabrico italiano de Montelupo, a preferência vai claramente para as produções da zona valenciana. Note-se que estes materiais são conotados com um segmento populacional economicamente favorecido, com grande poder de aquisição, uma vez que se trata de uma cerâmica luxuosa e que não estaria acessível a qualquer bolsa. A indicação de que o local de implantação do edifício conventual seria a antiga judiaria da cidade é coincidente com os materiais aqui recolhidos, pois este segmento populacional teria um poder económico bastante acima da média.

Para a época de construção do convento existe uma enorme quantidade de cerâmica atribuível a produções da zona de Sevilha. Trata-se, de facto, do maior conjunto dentro dos materiais estudados. Esta cerâmica, fabricada em larga escala, sem grandes preocupações estéticas, foi largamente comercializada para o Novo Mundo, tendo sido recolhidos exemplares destas produções em diversos locais das colónias espanholas. A sua exportação para o território português faz sentido, dada a proximidade das rotas comerciais, muitas das quais faziam escala nos portos portugueses da época. Foram recolhidos materiais semelhantes em diversos sítios arqueológicos de norte a sul do território nacional, com destaque para a zona litoral do país.

Em relação a estas peças, no entanto, surgem algumas dúvidas: em virtude dos achados arqueológicos de fornos nas zonas de Lisboa e Coimbra, não podemos descartar a hipótese de alguns destes fragmentos terem sido produzidos em Portugal.

Para o período seguinte as produções lisboetas parecem estar na preferência das aquisições das freiras deste convento. Esta preferência vai manter-se até ao final da ocupação do espaço, em que as aquisições de outros centros produtores assumem um carácter bastante secundário. As produções requintadas provenientes das oficinas lisboetas parecem ser as preferidas das freiras deste convento. Estas peças, do período áureo da produção portuguesa, cuja maior parte se destinava a exportação e não ao consumo interno, marcam presença no convento fareense, atestando o poder económico de algumas famílias cujas filhas ingressam na instituição. Não será, no entanto, de excluir a

hipótese de que se não tratem de objetos para uso quotidiano, mas sim de peças requintadas para ocasiões especiais, pois a par desta cerâmica mais requintada surgem produções de carácter mais utilitário, com decorações mais simples, provavelmente destinada a um uso quotidiano. A partir da segunda metade do século XVII assiste-se a um decréscimo na qualidade das peças, aumentando, em contrapartida, a sua quantidade. As importações lígures, produtos mais uma vez não acessíveis a todos os estratos sociais, marcam presença durante esta época. Sabemos que as ocupantes do convento eram provenientes de famílias nobres ou abastadas, pelo que não é de estranhar a presença de produções que evidenciam um poder económico acima da média.

A grande quantidade de peças do século XVIII pode dever-se à destruição causada neste convento pelo terremoto de 1755. Após esta catástrofe, que provocou graves danos em diversas zonas do convento, tornando-o inabitável durante algum tempo, pode supor-se que terá sido necessário proceder à aquisição de novas peças para substituir as que ficaram inutilizadas nesta ocasião. A produção comumente designada por louça conventual, tão característica deste período, encontra-se bem representada nesta coleção. Parece haver um certo declínio na qualidade da louça adquirida durante o século XVIII, exceção feita a um prato de Delft, única importação holandesa identificada neste local.

Apesar de não ser encorajada a posse de bens materiais, sabemos que esta existia. Foram recolhidos fragmentos de peças que apresentam cartelas com inscrições que provavelmente se referem à proprietária da peça. Foi identificado um brasão com a letra B no seu interior (peça nº 0357) e foi recolhido um prato de pequena dimensão que apresenta no fundo uma cartela com inscrição em duas linhas onde é possível ler **SOROR·[...] aMADA / NEL(A?) [...]JOZE.**

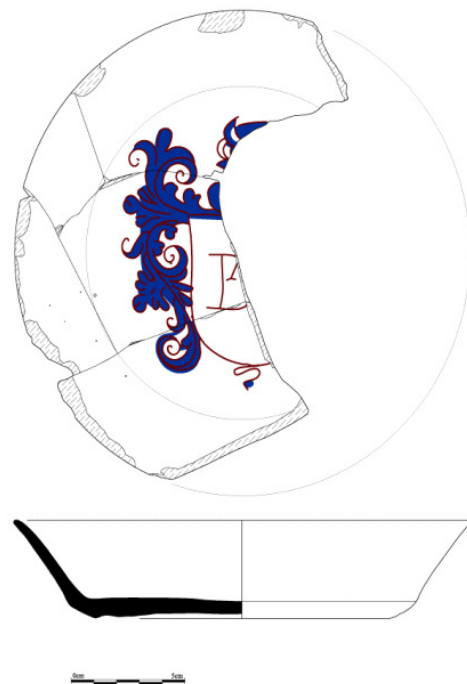


Figura III.55 - Peça nº 0357

Foi ainda identificado um fragmento de fundo de uma forma aberta, em que é possível discernir parte de uma cartela, onde se podem ver frações de letras, provavelmente também uma marca de propriedade.

O facto da população conventual ser eminentemente constituída por senhoras de bom estrato social seria certamente prestigiante para a própria cidade de Faro. Também o facto de o convento pertencer à casa da Rainha, recebendo diversos benefícios e apoios da casa real, acabava igualmente por ser uma mais valia para o desenvolvimento económico da cidade. A ostentação material, embora desencorajada pelos preceitos religiosos, é uma realidade presente em diversos conventos (Trindade, 2012). Pelos materiais encontrados neste convento fareense, podemos afirmar que este não era uma exceção. A manutenção de certos luxos a que as senhoras estariam habituadas era uma forma de aliviar a transição para a vida conventual. Não podemos deixar de ter presente que o ingresso no convento é muitas vezes imposto familiarmente e não totalmente por vontade própria, sendo por vezes uma alternativa ao matrimónio.

Quanto às estruturas pertencentes à fase final de construção do convento encontradas nas escavações da sondagem 1, localizadas dentro da cerca, junto das hortas, poderão eventualmente relacionar-se com compartimentos para residência dos escravos ao serviço do convento mencionados no livro de receitas e despesas da casa de D. Catarina datado de 26 de Outubro de 1543. Estes, quatro escravos e duas escravas, provavelmente ocupariam um espaço apartado do edifício principal mas próximo das cozinhas e junto às hortas, pelo que a localização destas estruturas parece apontar para este uso.

O trabalho aqui apresentado pretendeu lançar algumas luzes sobre a ocupação do espaço onde hoje se localiza o Museu Municipal de Faro desde o final da Idade Média até ao encerramento do Convento de Nossa Senhora da Assunção. Longe de se ter encerrado o assunto, este é, pelo contrário, um ponto de partida. Apenas com o estudo do resto do material arqueológico correspondente a esta época se poderá complementar a informação fornecida pelos fragmentos de faiança. Só o cruzamento destes dados poderá levar a

confirmar algumas das hipóteses aqui colocadas e contribuir definitivamente para um melhor conhecimento de uma importante comunidade que aqui habitou durante mais de três séculos.

11. Referências bibliográficas e eletrónicas

ALMEIDA, Mariana Brito (2012) – *Convento de Jesus (Setúbal) Arqueologia e História: Faiança decorada*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Disponível em WWW.URL:

http://run.unl.pt/handle/10362/9280?mode=full&submit_simple=Mostrar+registo+em+fornato+completo [Consultado a 15 de Maio de 2014].

AAVV (2001) – *Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*, Museu Nacional Soares dos Reis.

ALMEIDA, Miguel; Cavaco, Maria João Neves; Cavaco, Sandra (2001) – “Uma oficina de produção de faiança em Gaia nos sécs. XVII e XVIII”, in *Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*, Museu nacional Soares dos Reis, IPM, Lisboa, pp. 144-145.

ALMEIDA, Sara; *et al.* (2012) – “O Lugar da Torre dos Sinos (Convento Velho de S. Domingos), Coimbra. Notas para o estudo da formação dos terrenos de aluvião, em época moderna”. In *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna, Volume 1*, CHMA, FCSH-UNL, UA, Lisboa, pp. 483 – 488.

AZEVEDO, Carlos Moreira (*dir.*) (2001) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Circulo de Leitores SA e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, vols. 1-4.

Asociación de Ceramología, Excavaciones Arqueológicas en el Barri D'Obradores de Manises. Campaña 2012. Disponível em WWW.URL: <http://www.ceramologia.org/amplianoticia.asp?cod=111> [Consultado a 05 de Junho de 2014]

BARREIRA, Paula; DORDIO, Paulo e TEIXEIRA, Ricardo (1998) – “200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do século XVI a meados do século XVIII”, in *Actas*

das 2.as Jornadas de ceramica medieval e pos-medieval: metodos e resultados para o seu estudo, Camara Municipal de Tondela, pp. 145-184

BARTELS, Michel (2003) - “A cerâmica portuguesa nos Países Baixos (1525 1650): uma análise socioeconómica baseada nos achados arqueológicos”, in *Património/Estudos*, nº 5, IPPAR.

BATALHA, Luísa; *et al.* (2012) – “Vestígios de um Centro Produtor de Faiança nos Séculos XVII e XVIII. Dados de uma intervenção arqueológica na rua de Buenos Aires, nº 10, In *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*. CHMA, FCSH-UNL, UA, Lisboa., *Volume 2*, pp. 951 – 962.

BELEM, Frei Jerónimo, *Chronica Seráfica da Santa Província dos Algarves da Regular Observancia do nosso seráfico padre S. Francisco*, parte IV, Lisboa: Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1758, p. 366. Disponível em WWW.URL: http://books.google.pt/books?id=W2FPAAAcAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false [Consultado a 20 de Junho de 2014]

BELTRAN BERCERO, Julia e MIRÓ ALAIX, Núria (2010) – “The ceramics trade in Barcelona in the 16th-17th centuries: Italy, France, Portugal, the workshops of the Rhine and China”, in *Muhba textures nº 2*, Ajuntamento de Barcelona.

Brasil Arqueológico. Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em WWW.URL: <http://www.brasilarqueologico.com.br/material-historico.php> [Consultado a 05 de Junho de 2014]

<http://www.brasilarqueologico.com.br/juicebox/faianca-azul-branco/index.html>

[Consultado a 05 de Junho de 2014]

<http://www.brasilarqueologico.com.br/juicebox/faianca-azul-vinhoso-branco/index.html>

[Consultado a 05 de Junho de 2014]

<http://www.brasilarqueologico.com.br/juicebox/faianca-azul-azul/index.html> [Consultado a 05 de Junho de 2014]

CALADO, Rafael Salinas (1987) – “Aspectos da faiança portuguesa do século XVII e alguns antecedentes históricos”. In *Faiança portuguesa: 1600-1660*. Lisboa-

Amesterdão: Amsterdams Historisch Museum/Ministério dos Negócios Estrangeiros/Secretaria de Estado da Cultura, p. 8-14.

CALADO, Rafael Salinas (1992a) – “Faiança portuguesa, a sua evolução até ao início do séc. XX”. In *Clube do Coleccionador dos Correios*. Lisboa: Correios de Portugal.

CALADO, Rafael Salinas (1992b) – “O conhecimento da porcelana da China e o início da produção de faiança portuguesa”. In *Do Tejo aos Mares da China, Uma Epopeia Portuguesa*. Lisboa: Palácio Nacional de Queluz/Musée des Arts Asiatiques-Guimet, p. 120-127.

CALADO, Rafael Salinas (1995) - A porcelana da China como fonte de inspiração da decoração da faiança portuguesa no século XVII. In *Companhia das Índias*. Lisboa: Bertrand Editora, p. 35-57.

CALADO, Rafael Salinas (2001) – “Breve historial da faiança em Portugal”. In *Itinerário da faiança do Porto e Gaia*. Lisboa: Museu Nacional de Soares dos Reis, p. 13-26.

CALADO, Rafael Salinas (2003) – *Faiança portuguesa da Casa Museu Guerra Junqueiro. Sec XVII-XVIII*, Câmara Municipal do Porto.

CALADO, Rafael Salinas (2005a) - *Faiança portuguesa. Roteiro Museu Nacional de Arte Antiga*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga.

CALADO, Rafael Salinas (2005b) – “Revelação das cerâmicas dos séculos XVI/XVII do quintal da Casa Grande”. In *Museu da Casa Grande de Freixo de Numão - Guia do visitante*. Almada: A.C.D.R. de Freixo de Numão.

CALADO, Rafael Salinas (2008) - “Alguns aspectos da Faiança Artística das Caldas da Rainha”. In *A Fábrica de Faianças das Caldas da Rainha, de Bordalo Pinheiro à actualidade: sua história*. Lisboa: Civilização Editora, p. 5-23.

CALADO, R. S.; FERNANDES, I. M.; REIMÃO, R.; RIBEIRO, M. (1997) - *Faiança portuguesa do Ateneu Comercial do Porto*. Porto: Ateneu Comercial do Porto.

CARNEIRO, André (2002) – “Cerâmica de Vidro. Sobre um conjunto faianças e porcelana chinesa proveniente de escavações na Casa do Brasil (Santarém)” in *De*

Scalabis a Santarém. Catálogo a Exposição. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 113-116.

CASIMIRO, Tânia (2010) – *Faiança Portuguesa nas Ilhas Britânicas (dos finais do século XVI aos inícios do século XVIII)*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia, especialidade de Arqueologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Disponível em WWW.URL: <http://run.unl.pt/handle/10362/5537> [Consultado a 10 de Abril 2014].

CASTRO, Ana Sampaio e (2009) – *Cerâmica Europeia de Importação no Mosteiro de S. João de Tarouca (séculos XV-XIX)*. Dissertação de Mestrado em História e Arqueologia da Expansão Portuguesa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Documento policopiado.

CASTRO LORENZO, María Luisa (s.d.): La vajilla de lujo en Santiago de Compostela en los siglos xvi y xvii: aportaciones de la arqueología. Disponível em WWW.URL: https://www.academia.edu/601943/La_vajilla_de_lujo_en_Santiago_de_Compostela_e_n_los_siglos_XVI_y_XVII_aportaciones_de_la_arqueologia [Consultado a 20 de Maio de 2014]

CARDOSO, Guilherme e RODRIGUES, Severino (1999) – “Tipologia e Cronologia de Cerâmicas dos Séculos XVI, XVII e XIX Encontradas em Cascais”. in *Arqueologia Medieval n.º 6*, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 193 – 212.

CARDOSO, Guilherme e RODRIGUES, Severino (1997) – “Conjunto de Peças de Cerâmica do Século XVII do Convento de N.ª Sr.ª da Piedade de Cascaia”. In *3º Encontro de Arqueologia Urbana - Atas*, Almada, pp. 269 – 288.

COVANEIRO, Jaquelina e CAVACO, Sandra (2010) – “Gostos e Sabores. O Caso do Convento das Bernardas (Tavira)”. in *XELB, N.º 10, Actas do 7º Encontro de Arqueologia do Algarve*, C.M. Silves, pp.635-654.

CORREIA, José Eduardo Horta (1987) – *A Arquitectura Religiosa do Algarve de 1520 a 1600*. Publicações Ciência e Vida, Lisboa.

CORREIA, José Eduardo Horta (1991) – *A importância dos colégios universitários na definição dos claustros portugueses*. Congresso História da Universidade, Coimbra. s/ed.

DIAS, José Sebastião da Silva (1960) - *Correntes do sentimento religioso em Portugal*, Tomo I e II.

DORDIO, Paulo; TEIXEIRA, Ricardo (1998) – “Como pôr ordem em 500.000 fragmentos de cerâmica? Ou discussão da metodologia de estudo da cerâmica na intervenção arqueológica da Casa do Infante”. *Revista de Olaria*. Barcelos: Câmara Municipal. n.º 2, p. 115-124.

DORDIO, Paulo; TEIXEIRA, Ricardo; SÁ, Anabela (2001) – “Faianças do Porto e Gaia: o recente contributo da Arqueologia”. In *Itinerário da faiança do Porto e Gaia*. Lisboa: Museu Nacional de Soares dos Reis, p. 117-166.

ETCHEVARNE, Carlos (2006) – *Aspectos da cerâmica colonial do século XVII em Salvador, Bahia*. Disponível em WWW.URL:
<http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCEQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ufpe.br%2Fclioarq%2Fimages%2Fdocumentos%2F2006-V1N20%2F2006v1n20a3.pdf&ei=HmsTVJKoK-S7yqOj3oLoAw&usq=AFQjCNFgmuhnNLsynOIS2xmUpdcwN8pGfQ&bvm=bv.75097201,d.bGQ> [Consultado a 10 de Maio de 2014]

ETCHEVARNE, Carlos (2007) – “A faiança portuguesa do século XVII na Bahia”, in *Património/Estudos*, nº 10, IPPAR.

FERNANDES, Isabel Maria; *et al.* (1997) – *Faiança Portuguesa do Ateneu Comercial do Porto*. Ateneu Comercial do Porto.

FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira e Carvalho, A. Rafael (1998) – “Conjuntos Cerâmicos Pós-Medievais de Palmela”. in *2ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. pp. 211-255.

FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira e Carvalho, A. Rafael (2003) – “A Loiça Seiscentista do Convento de S. Francisco de Alferrara (Palmela)”. in *Actas das 3ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. pp. 231-252.

GOMES, Mário Varela, Gomes, Rosa Varela (1996) – “Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XIV a XVI, do Poço-Cisterna de Silves”, in *Xelb 3, Silves nos Descobrimentos*, Silves, Câmara Municipal, pp. 143 – 205

GOMES, Rosa Varela (2012) – “Engenho de Açúcar da Alcaidaria de Silves”. In *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna, Volume 1*, CHMA, FCSH-UNL, UA, Lisboa, pp. 339 – 350.

GOMES, Mário Varela; CASIMIRO, Tânia; GONÇALVES, Joana (2012) – *Espólio do Naufrágio da Ponta do Leme Velho (Ilha do Sal, Cabo Verde). Contributo para a Arqueologia da Expansão*. I.A.P. F.C.S.H., Lisboa.

GOMES, Luís Filipe e Botelho, Iva Teles (2001) – “Faianças do século XVII num arrabalde do Porto. Escavações arqueológicas realizadas na Arca de Água do Campo 24 de Agosto”, in *Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*, Museu nacional Soares dos Reis, IPM, Lisboa, pp. 148 – 149.

GOMES, Paulo Varela (1999) – “Arquitectura de mulheres, mundo de homens, intervenções da DGEMN em edifícios de mosteiros femininos extintos (1930-1950), in *Caminhos do Património*, Lisboa p. 83-98.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2004) – *La Cerámica Islámica de Mértola: Producción y Comercio*, memoria para optar al grado de doctor, Facultad de Geografía e Historia, Universidad Complutense de Madrid. Disponível em WWW.URL: <http://eprints.ucm.es/7087/> [Consultado a 30 de Maio de 2015]

GONZALEZ, Cristina (2012) – “Os Novos Espaços da Cidade Moderna. Uma aproximação à ribeira de Lisboa através de uma intervenção no Largo do Terreiro do Trigo” . In *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna, Volume 1*, CHMA, FCSH-UNL, UA, pp. 85 – 94.

GUTIÉRREZ, Alejandra, (2000) – “Mediterranean Pottery in Wessex Households (12th to 17th centuries)”, *British Archaeological Reports* 306, Oxford, 15-73. Disponível em WWW.URL: http://community.dur.ac.uk/spanish.pottery/index_files/Page2849.htm [Consultado a 02 de Maio de 2014]

HARRIS, Edward (1979) - *Principles of Archaeological Stratigraphy*, London & New York: Academic Press. Second edition 1989.

Historical Archaeology, At The Florida Museum of Natural History. Disponível em WWW.URL:

https://www.flmnh.ufl.edu/histarch/gallery_types/type_index_display.asp?type_name=SEVILLA%20BLUE%20ON%20BLUE [Consultado a 12 de Maio de 2014]

http://www.flmnh.ufl.edu/histarch/gallery_types/individual_display.asp?PhotoID=811
[Consultado a 12 de Maio de 2014]

https://www.flmnh.ufl.edu/histarch/gallery_types/individual_display.asp?PhotoID=2892
[Consultado a 12 de Maio de 2014]

https://www.flmnh.ufl.edu/histarch/gallery_types/type_index_display.asp?type_name=COLUMBIA%20PLAIN%20GREEN%20DIPPED [Consultado a 12 de Maio de 2014]

https://www.flmnh.ufl.edu/histarch/gallery_types/type_index_display.asp?type_name=SABELA%20POLYCHROME [Consultado 12 de Maio de 2014]

Instituto dos Museus e da Conservação. MatrizNet. Disponível em WWW.URL:
<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=143106> [Consultado a 15 de Abril de 2014]

<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=29973> [Consultado a 15 de Abril de 2014]

Museu da Cidade, Lisboa. Disponível em WWW.URL:
<http://www.museudacidade.pt/Coleccoes/Ceramica/Paginas/Jarro.aspx> [Consultado a 20 de Fevereiro de 2014]

KINGSLEY, Sean A. (2014) – “The Deep-Sea Tortugas Shipwreck, Florida (1622): the Ceramic Tablewares” © *Odyssey Marine Exploration*. Disponível em WWW.URL: www.shipwreck.net/documents/OMEPapers36.pdf [Consultado a 05 de Junho de 2014].

LEÃO, Manuel (1990) – “A olaria em Gaia no século XVIII”. *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Associação Cultural Amigos de Gaia. n.º 4, p. 56-59.

LEÃO, Manuel (1998a) – “Olaria vilanovense no século XVI”. *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Associação Cultural Amigos de Gaia. n.º 40.

LEÃO, Manuel (1998b) – “As obras de Mafra e os oleiros de Gaia”. In *Revista de Olaria*. Barcelos: Câmara Municipal. n.º 2. , p. 51-62.

LEÃO, Manuel (1999) – “A cerâmica em Vila Nova de Gaia”. In *Artes & Artistas*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.

LOPES, Gonçalo Adriano Simões Gonçalves (1998) – “Cerâmicas dos Séculos XVII e XVIII e Vialonga”, in *Ibn Maruán, nº 8, Câmara Municipal de Marvão, pp. 325 – 346*.

LOPES, Félix (1953) - “O culto de Santa Clara em Portugal”, Coletânea de estudos, Braga, II série, 4, pp. 356-364.

MARQUES, João Alberto de Carvalho (1990) – *O Convento de Nossa Senhora da Assunção em Faro*. Dissertação de Mestrado em História de Arte. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. Documento policopiado.

MANGUCCI, António Celso (1996) – “Olarias de louça e azulejo de Santos-o-Velho (séculos XVI-XVII)”. *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. n.º 5, 2ª Série, p. 155-168.

MANGUCCI, António Celso (2003) – “A pesquisa e a análise de documentos como contributo para o estudo das olarias de Lisboa”. In *Actas das 3ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal, p. 425-433.

MANGUCCI, António Celso (2007) – “Da louça ordinária e não tão ordinária que se fazia em Lisboa, no ano de 1767”. *Cenaculo-Boletim on line do Museu de Évora*. Évora: Museu de Évora. n.º 1, p. 1-8.

MANGUCCI, António Celso (1996) – “Olarias de Louça e Azulejos da Freguesia de Santos-O-Velho. Dos meados do século XVI aos meados do século XVIII”. In *al-madan*. Almada, IIª Série, nº5, pp. 155 – 168.

MARTINS, Andreia; NEVES, Césas; COSTA, Cláudia; LOPES, Gonçalo (2010) – “Sobre um Conjunto de Silos em Beja: A Avenida Miguel Fernandes”. in *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 13, pp. 145 – 165. Disponível em WWW.URL: http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/revistaportuguesadearqueologia/13_1/07_Martins_et_alli.pdf [Consultado a 09 de Julho de 2014]

MONTEIRO, João Pedro (2003) – “Um prato da Restauração e a opção pelo Oriente na faiança portuguesa do século XVII”, in *Oriente*, nº 7. Lisboa: Fundação Oriente, pp. 54 – 64.

MUNHOZ GARCIA, Michel; JIMÉNEZ GONZÁLEZ, Manuel Carlos; GUTIÉRREZ MILLÁN, María Eva (2002) – “Los Materiales Arqueológicos Exhumados en las Excavaciones Arqueológicas Solar Botánico. (Salamanca)”. Disponível em WWW.URL:

http://www.academia.edu/981906/Los_Materiales_Arqueologicos_del_Solar_Botanico_de_Salamanca_II_Campana [Consultado a 05 de Junho de 2014]

Museu Quinta das Cruzes, Madeira. Disponível em WWW.URL: <http://mqc.gov-madeira.pt/pt-PT/Coleccoes/ceramica/ImageDetail.aspx?id=126> [Consultado 20 de Fevereiro 2014]

Museu de Historia da Catalunha. Disponível em WWW.URL: http://www.es.mhcat.cat/monumentos/castillo_de_miravet/cronologia_castillo_de_miravet/xiv/los_hospitalarios/galeria/escudilla [Consultado 20 de Fevereiro 2014]

Museo Nacional de Cerámica y Artes Suntuarias González Matí. Disponível em WWW.URL:

http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fmncceramica.mcu.es%2Fpdf%2FS9569_01_12_loza_es.pdf&ei=OOL5U732KK6g7AbtuYCQAQ&usq=AFQjCNHqY6lhgruz63_YqhZGKAigCbH6ew&sig=2=jQ3YL--jxc5rSs6yR-IQLA&bvm=bv.73612305.d.bGQ [Consultado 20 de Fevereiro 2014]

[http://ceres.mcu.es/pages/ResultSearch?txtSimpleSearch=Escudilla&simpleSearch=0&hipertextSearch=1&search=simpleSelection&MuseumsSearch=MNCI&MuseumsRoIsearch=30&listaMuseos=\[Museo%20Nacional%20de%20Cer%20mica%20y%20Artes%20Suntuarias%20Gonz%20lez%20Mart%20ED\]](http://ceres.mcu.es/pages/ResultSearch?txtSimpleSearch=Escudilla&simpleSearch=0&hipertextSearch=1&search=simpleSelection&MuseumsSearch=MNCI&MuseumsRoIsearch=30&listaMuseos=[Museo%20Nacional%20de%20Cer%20mica%20y%20Artes%20Suntuarias%20Gonz%20lez%20Mart%20ED]) [Consultado 20 de Fevereiro 2014]

<http://ceres.mcu.es/pages/Viewer?accion=4&AMuseo=MNC&Museo=MNC&Ninv=CE1/0070> [Consultado 20 de Fevereiro 2014] bolçar

Museo Arqueológico de Jerez. Disponível em WWW.URL: http://www.jerez.es/nc/webs_municipales/museo/la_coleccion/pagina_7/?tx_photoblog_pi%5BshowUid%5D=901 [Consultado a 10 de Maio de 2014]

Museo Arqueológico Municipal de Lorca. Disponível em WWW.URL: <http://www.museoarqueologico.lorca.es/index.php?id=pieza&codigo=5> [Consultado a 10 de Maio de 2014]

NUNES, Tiago; FILIPE, Iola (2012) – “Quarteirão dos Lagares. Contributo para a história económica da Mouraria”. In *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna, Volume 1*, CHMA, FCSH-UNL, UA. Lisboa, pp. 141 – 150.

OLIVEIRA, Carlos (2010) – “Um silo de Época Moderna na Rua dos Peixeiros (Lagos). Estudo do conjunto cerâmico”. in *XELB, N.º 10, Actas do 7.º Encontro de Arqueologia do Algarve*, C.M. Silves, pp.821-839.

OLIVEIRA, Miguel de (1968) - *História Eclesiástica de Portugal*, União Gráfica, Lisboa

OMAECHVARRÍA Ignacio (1972) -, *Las Clarissas a traves de los siglos*, Editorial Cisneros, p. 93.

PAULO, Dália e BEJA, Nuno (2003) – *Relatório preliminar dos trabalhos de escavação no Museu Municipal de Faro / Convento de Nossa Senhora da Assunção*. Documento policopiado.

PAULO, Dália (2007) – *O Convento de Nossa Senhora da Assunção: (des)construção da memória*. Dissertação de Mestrado em História de Arte Portuguesa. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve. Documento policopiado.

PAIS, Alexandre Nobre (2004) – “Da olaria à fábrica”. In *Cerâmica portuguesa do século XVI ao século XX*. Lisboa: Musée Ariana/Museu Nacional do Azulejo, p. 91-125.

PAIS, Alexandre Nobre (2007) – “A policromia na faiança portuguesa de exportação do século XVII”. *Revista de Artes Decorativas*. Porto: CITAR (Centro de Investigação em Ciências e Tecnologias das Artes). n.º 1, p. 33-64.

PAIS, Alexandre Nobre; MONTEIRO, João Pedro (1998) – “Os Ratinhos, faiança popular de Coimbra”. In *Os Ratinhos, faiança popular de Coimbra*. Lisboa: Museu Nacional do Azulejo, p. 8-29.

PAIS, Alexandre Nobre; MONTEIRO, João Pedro (2003) – *Faiança Portuguesa na Fundação Carmona e Costa*. Lisboa: Edições Assírio e Alvim.

PAIS, Alexandre Nobre; PACHECO, António; COROADO, João (2007) – “Cerâmica de Coimbra, do século XVI-XX”. In *Colecção História da Arte*. Lisboa: Edições Inapa.

Patrimonio, Region de Murcia digital. Disponível em WWW.URL: http://www.regmurcia.com/servlet/s.SI?sit=c,522,m,2613&r=ReP-20915-DETALLE_REPORTAJESPADRE [Consultado a 10 de Maio de 2014]

QUEIRÓS, José (1987) – (organização, apresentação, notas e adenda iconográfica de José Manuel Garcia e Orlando da Rocha Pinto) - *Cerâmica portuguesa e outros estudos*. Lisboa: Editorial Presença. 3ª edição.

RAMOS, Ana Cristina (2010) – “Intervenções no Centro Histórico de Lagos (2009)”. in *XELB, Nº 10, Actas do 7º Encontro de Arqueologia do Algarve*, C.M. Silves, pp.725-734.

ROSA, José António Pinheiro e, (1978) – “O mais representativo monumento da cidade de Faro”, Separata dos *Anais do Município de Faro*.

SÁ, Anabela (2012) - “Elementos para a caracterização da faiança portuguesa do século XVII”. A tipologia de Pendery aplicada à realidade da Casa do Infante (Porto).” in *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna, Volume II*, CHMA, FCSH-UNL, UA, Lisboa, pp. 963 – 974.

SALES, Padre Ernesto (1924) – “Cerâmica portuguesa”. *Arqueologia e História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. III. n.º 3, p. 88-96.

SANTOS, Armando Vieira (1951) – “A cerâmica em Portugal”. in *Arte Portuguesa*. Lisboa: Edições Excelsior. Vol. I-As Artes decorativas, p. 105-232.

SANTOS, Reynaldo dos (1953) – “Cerâmica”. In *História da Arte em Portugal*. Porto: Portucalense Editora. Vol. III, p. 315-336.

SANTOS, Reynaldo dos (1956) – “A faiança do século XVI nos Primitivos Portugueses”. *Panorama*. Lisboa: Secretaria Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo. n.º 4, Série III, p. 4-11.

SANTOS, Reynaldo dos (1960) – *Faiança portuguesa: séculos XVI e XVII*. Porto: Livraria Galaica.

SANTOS, Reynaldo dos (1970) – *Oito séculos de arte portuguesa*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade. Vol. III.

SANTOS, Honorato (1943) – *O Antigo Mosteiro das Freiras na cidade de Santa Maria Faro*, p. 10. Documento manuscrito.

SANDÃO, Arthur de (1976) – *Faiança portuguesa séculos XVIII e XIX*. Barcelos: Livraria Civilização. Vol. I-II.

SEBASTIAN, Luis e CASTRO, Ana Sampaio e (2002) – “Mosteiro de S. João de Tarouca: 700 anos de História da cerâmica”, in *Património/Estudos*, nº 3, IPPAR.

SEBASTIAN, Luis e CASTRO, Ana Sampaio e (2008) – “A Faiança Portuguesa no Mosteiro de S. João de Tarouca: metodologia e resultados preliminares” *Al-Madan Online / Adenda Electrónica*. IIª Série. 16: IX.

SEBASTIAN, Luís (2010) – *A Produção de Faiança em Portugal (séculos XVI-XVIII)*. Dissertação de Doutoramento em História com especialidade em Arqueologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Documento policopiado.

SOUSA, Ivo Carneiro de (2002) - *A Rainha D. Leonor (1458-1525): Poder, Misericórdia, Religiosidade e Espiritualidade no Portugal do Renascimento*, Fundação Calouste Gulbenkian

SOUSA, Élvio (2001) – *Ilhas de Arqueologia. O quotidiano e a civilização material na Madeira e nos Açores (séculos XV-XVIII)*. Dissertação de Doutoramento em História Regional e Local apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa.

SOMÉ MUNHOZ, Pilar e HUARTE CAMBRA, Rosario (1999) – “La Cerámica Moderna en el Convento del Carmen (Sevilla)”, in *Arqueologia Medieval nº6*, Campo Arqueológico de Mértola. pp. 160 – 171.

TORRES, Joana Bento (2011) – *Quotidianos no Convento de São Francisco de Lisboa: uma análise da cerâmica vidrada, faiança portuguesa e porcelana chinesa*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Documento policopiado.

TORRES, Claudio (1990) – Um forno cerâmico dos séculos XV e XVI na cintura industrial de Lisboa. In BAZZANA, André e AMIGUES, François (ED.) *Fours de potiers et «testares» médiévaux en Méditerranée occidentale. Méthodes et résultats*. Madrid: Cada de Valázquez. ISBN 9788486839208. pp. 131-141.

TRINDADE, Ana Rita (2012) – Convento de Santana de Leiria: história, vivências e cultura material (Cerâmicas dos Séculos XV a XVIII). Dissertação de mestrado em Arqueologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Documento policopiado.

TRINDADE, Ana Rita (2012a) – “Cerâmica dos Séculos XV a XVIII do Convento de Santana de Leiria”. In *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna, Volume 1*, CHMA, FCSH-UNL, UA, Lisboa, pp. 527 – 538.

VALENTE, Maria Teresa Graça (2007) – *O Espaço das Igrejas dos Conventos das Clarissas da Província dos Algarves*. Dissertação de Mestrado em História de Arte Portuguesa. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve. Documento policopiado.

ANEXOS

12. Desenhos

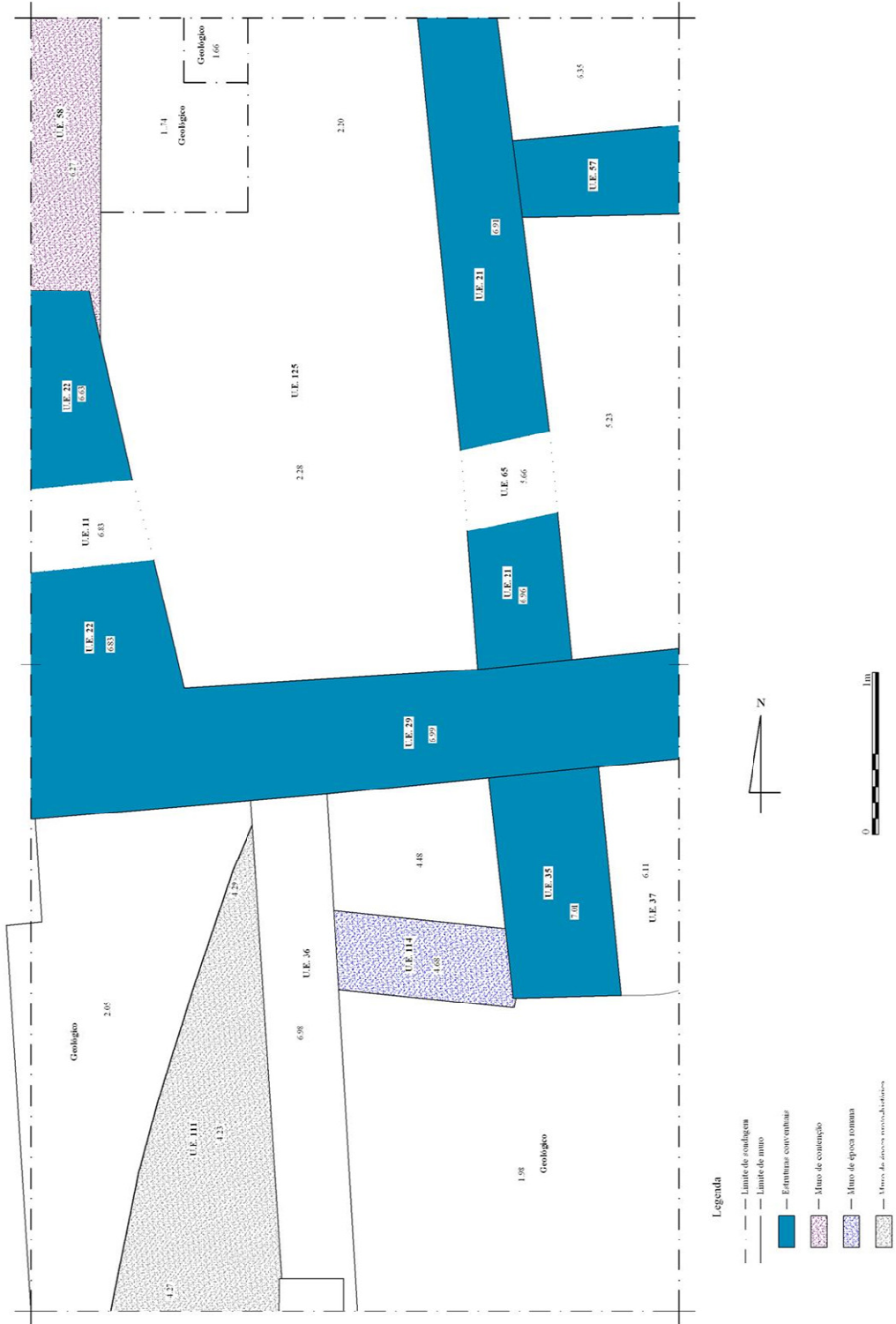


Figura III.56 - Planta geral da sondagem 1



Figura III.58 - Corte Sul da sondagem 1. Localização das UE com cerâmica de vidro estanífero.



Figura III.60 - Corte Oste da sondagem 1. Localização das UE com cerâmica de vidro estanífero



Figura III.61 - Planta geral da sondagem 2

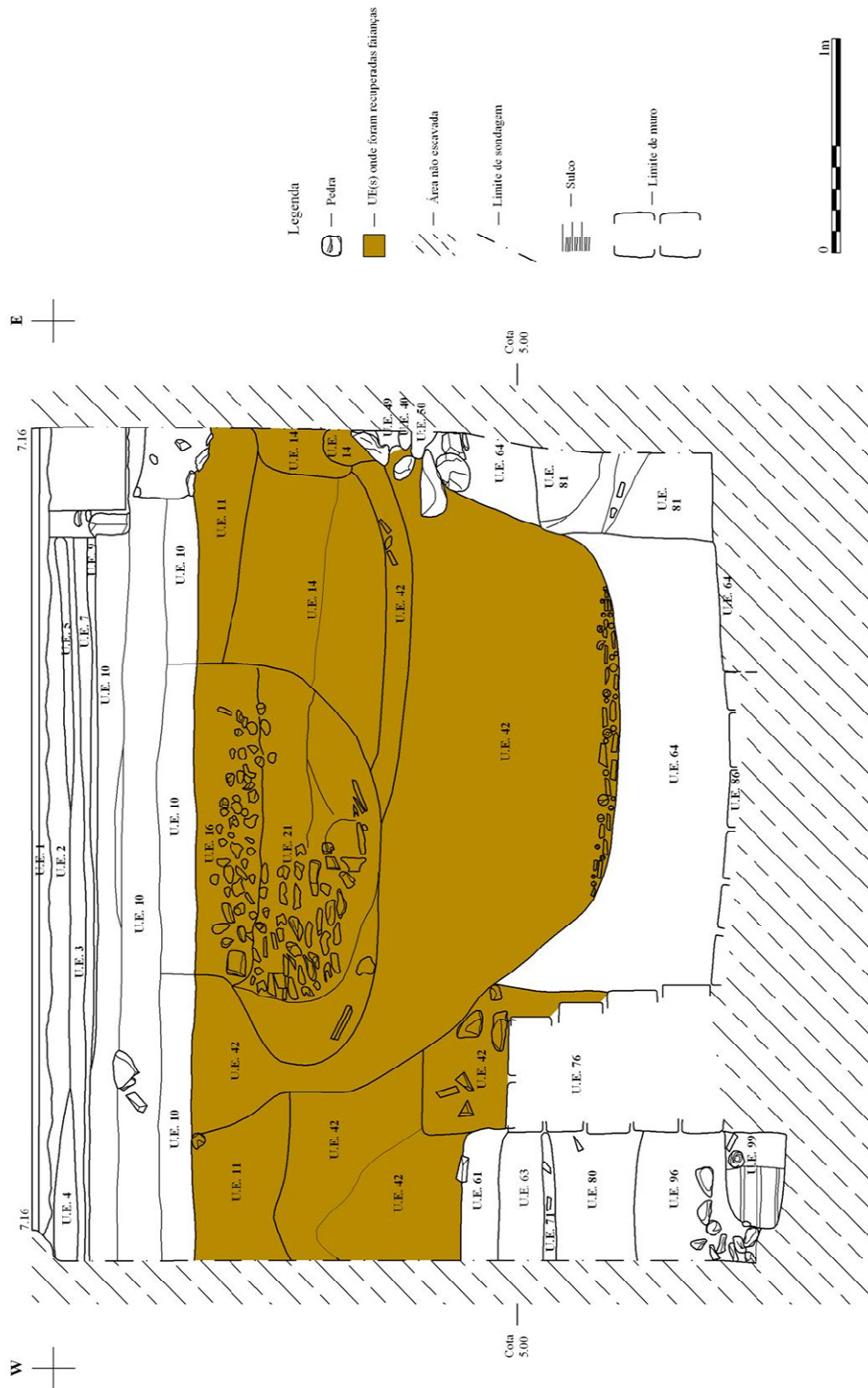


Figura III.62 - Corte Norte da sondagem 2. Localização das UE com cerâmica de vidroado estanífero

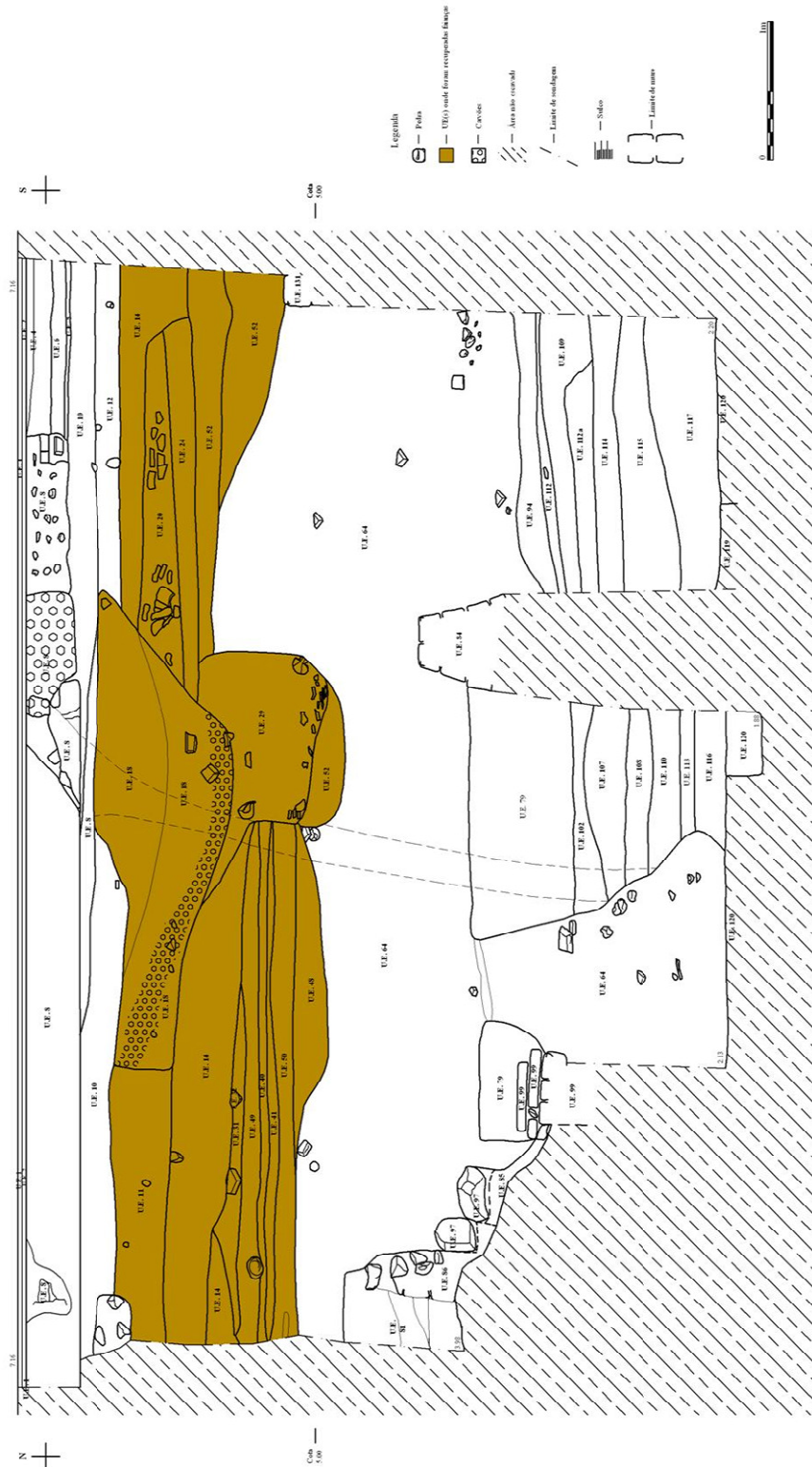


Figura III.64 - Corte Este da sondagem 2. Localização das UE com cerâmica de vidrado estanífero

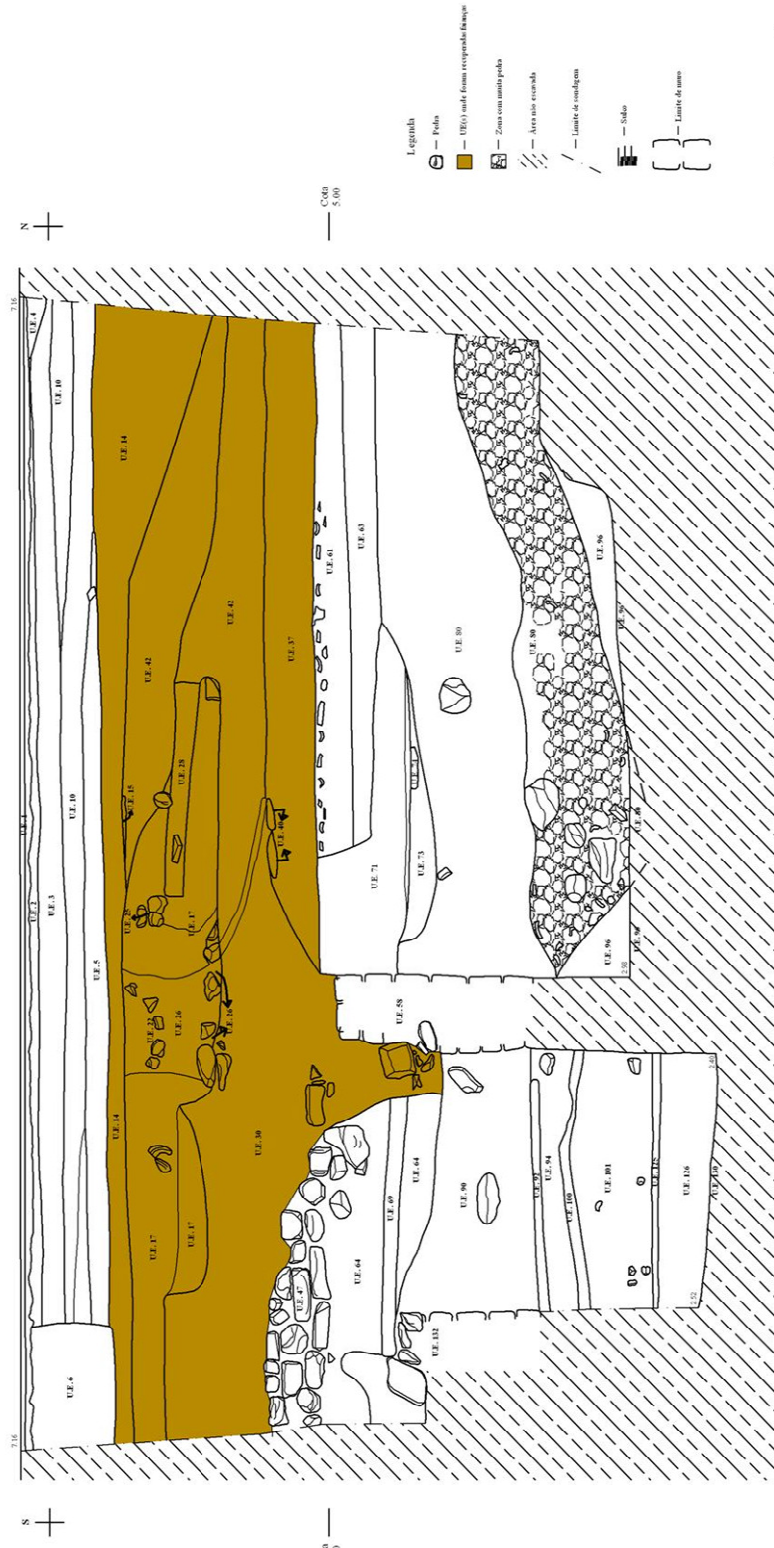


Figura III.65 - Corte Oeste da sondagem 2. Localização das UE com cerâmica de vidro estanífero

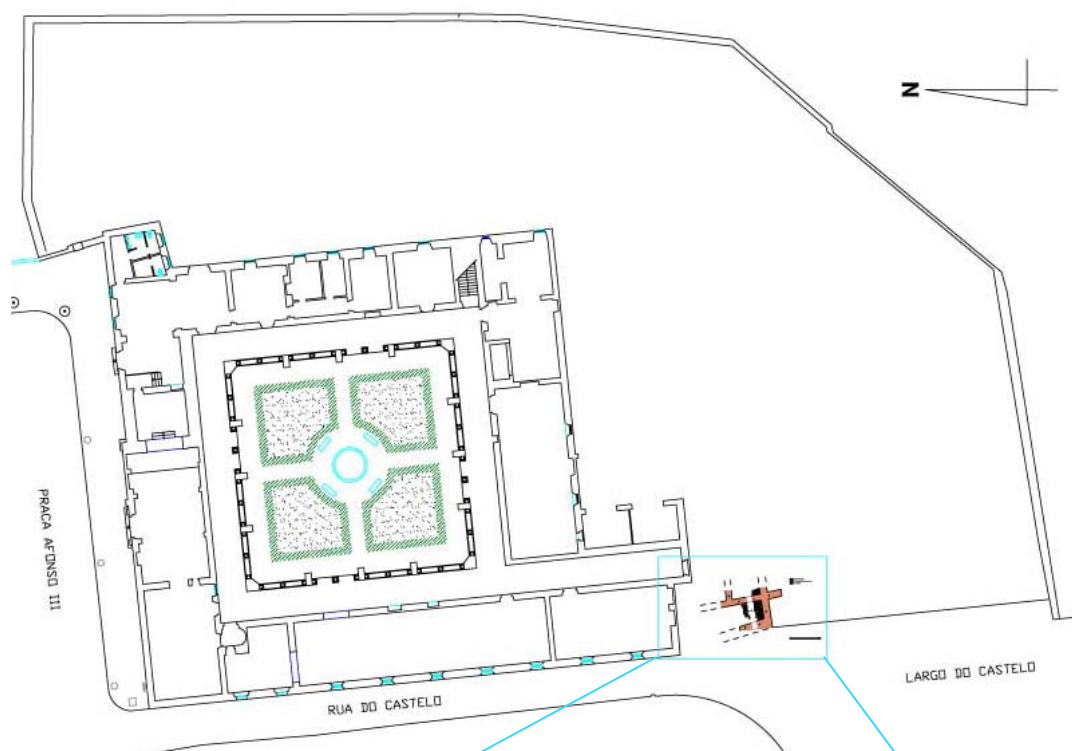


Figura III.66 – Planta do piso térreo com estruturas escavadas em 2001/2002

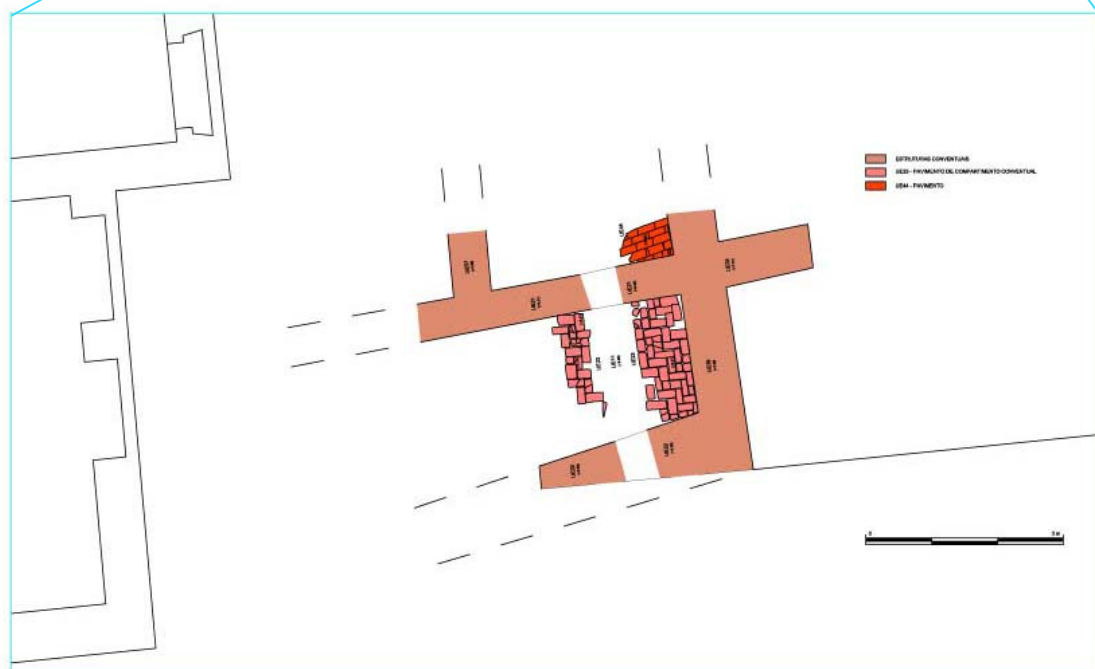


Figura III.67 – Planta das estruturas escavadas em 2001/2002

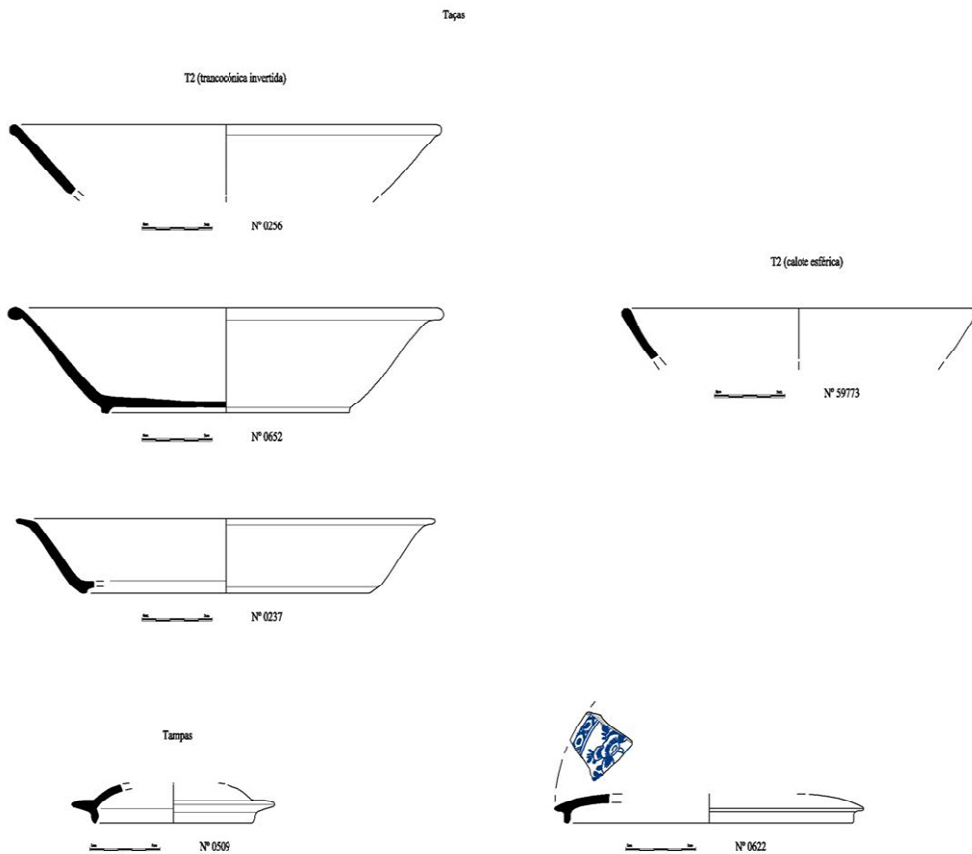
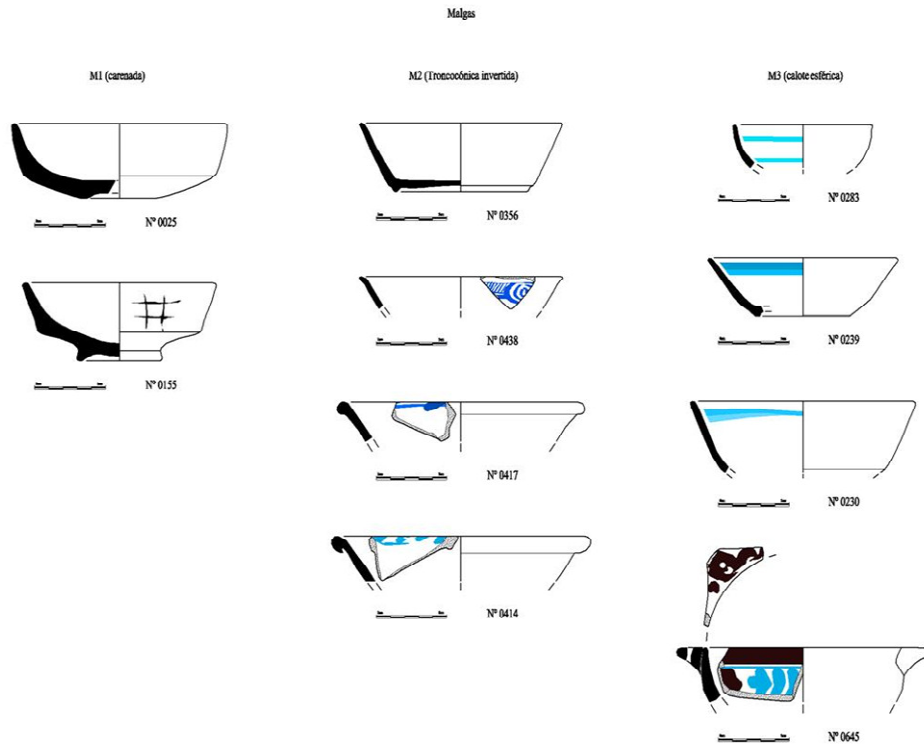


Tabela III.4- Formas identificadas

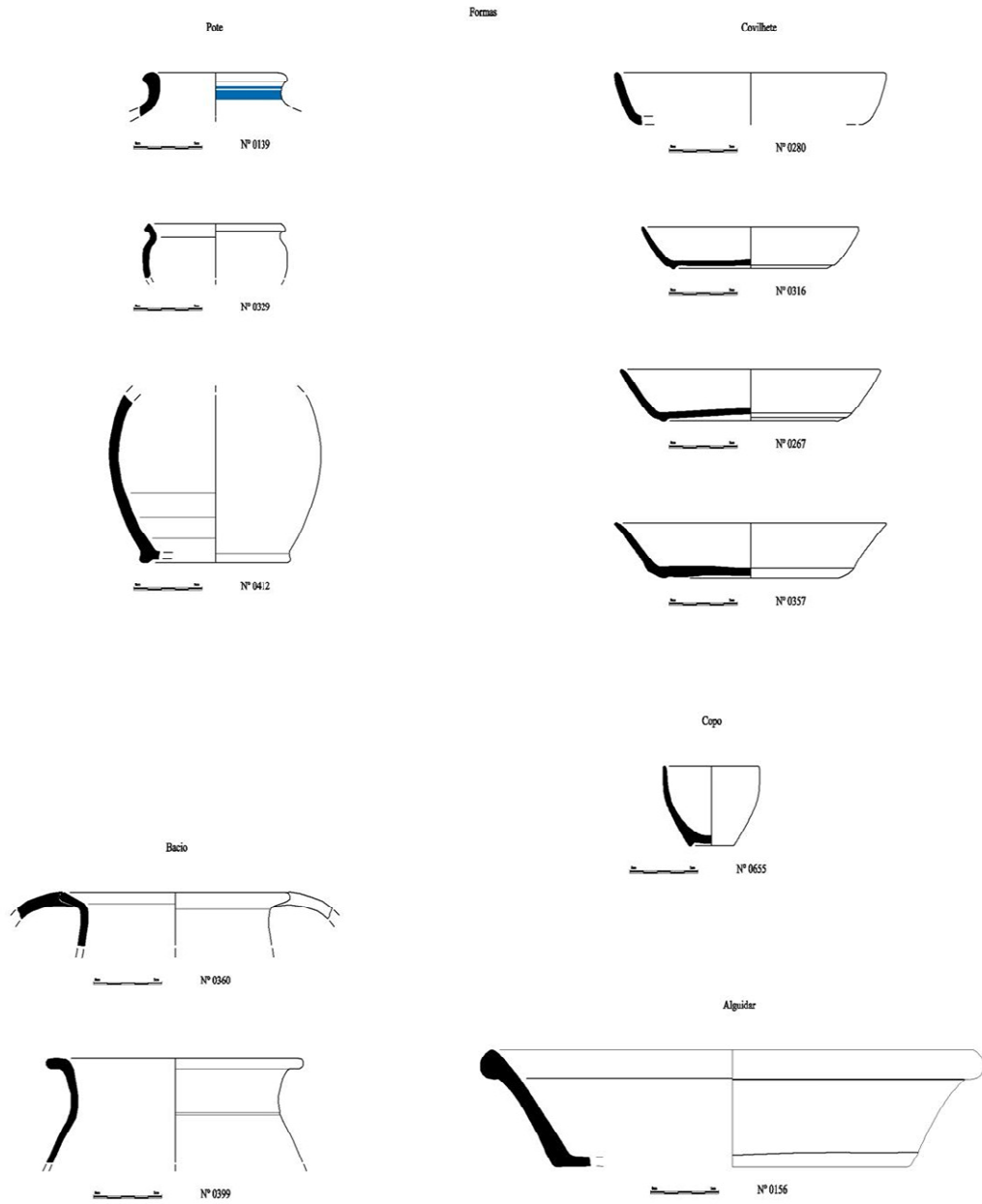


Tabela III.5- Formas identificadas

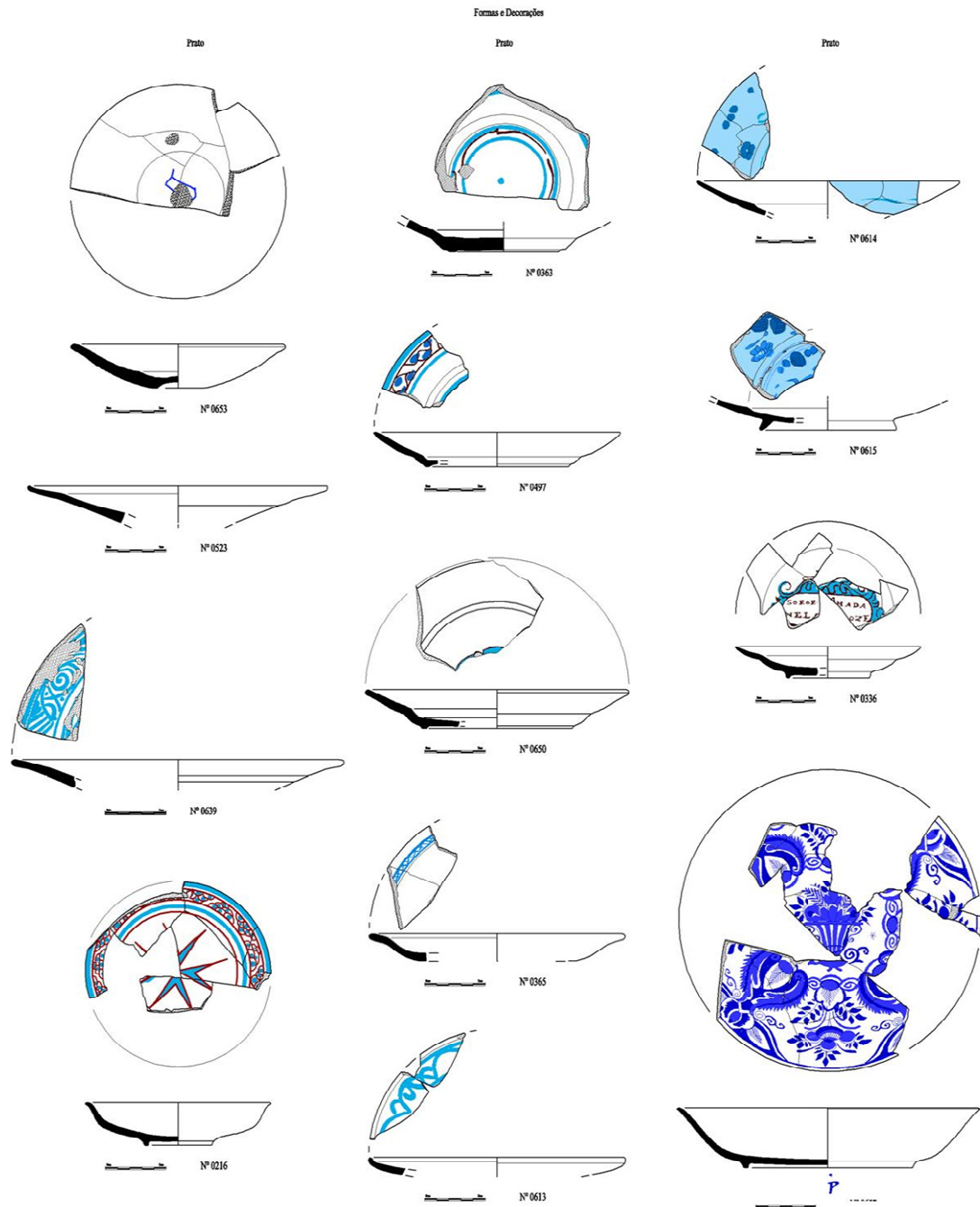


Tabela III.6- Formas e decoração

Decoração

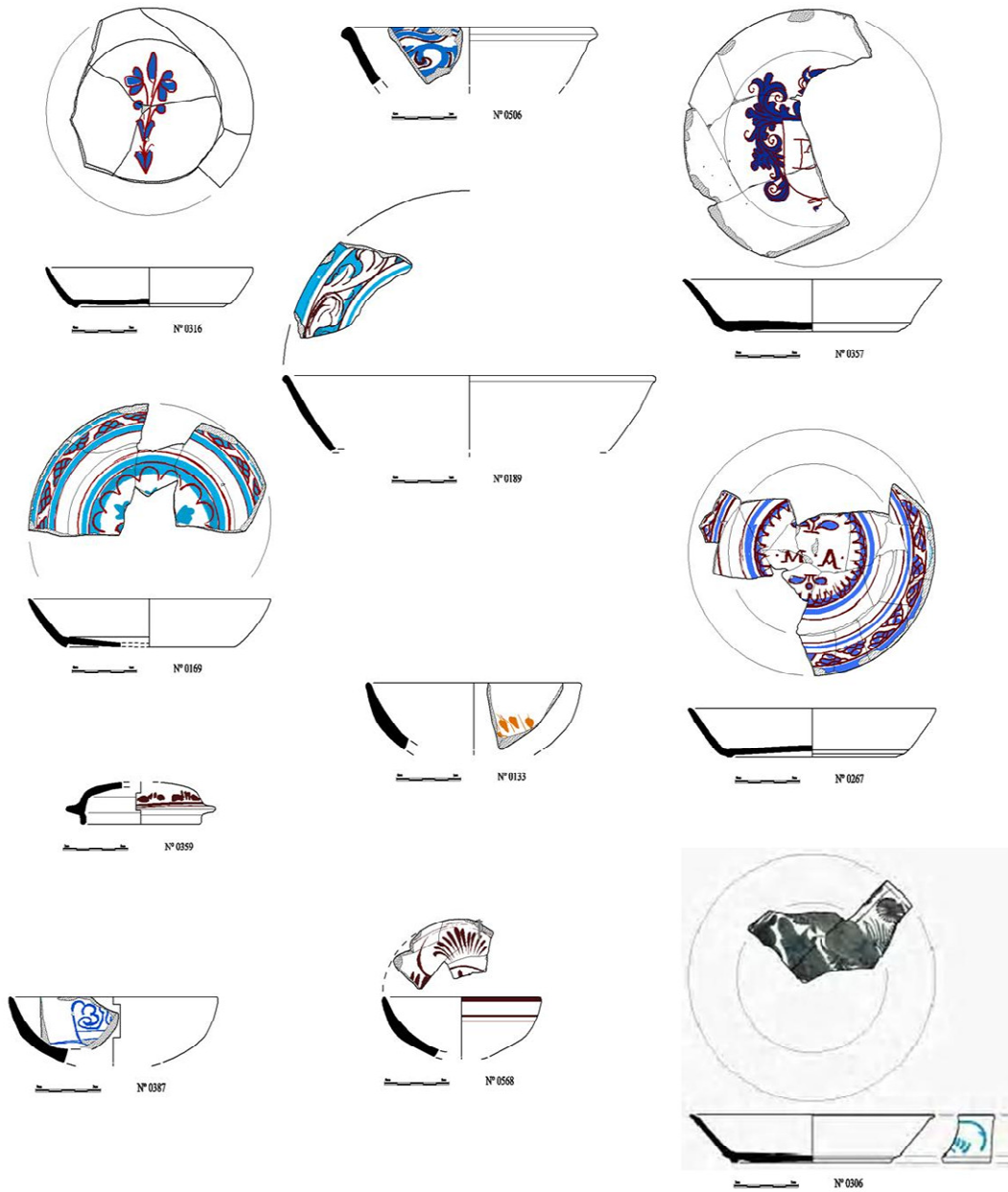


Tabela III.7- Decoração

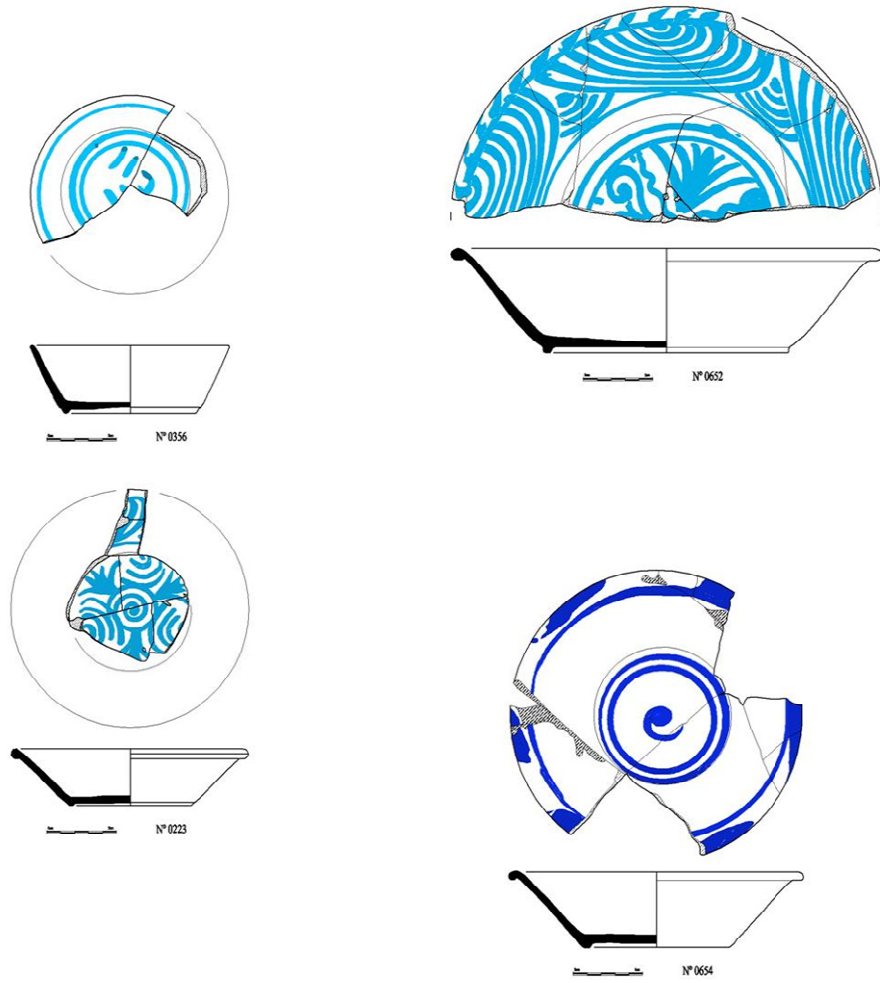


Tabela III.8- Decoração

13. Fotografias



Figura III.68 - Sondagem 1 (início da escavação)



Figura III.69 - Sondagem 1 (fim da escavação)



Figura III.70 - Sondagem 2 (início da escavação)



Figura III.71 - Sondagem 2 (fim da escavação)

14. Tabelas

Formas	Total	%
Alguidar	4	1%
Bacio	4	1%
Copo	2	0,4%
Covilhete	23	3%
Jarro	2	0,4%
Malga	128	19%
Pote	4	1%
Prato	211	32%
Taça	55	8%
Tampa	6	1%
Indeterminado	222	33,2%
Total	661	100%

Tabela III.9 - Tabela quantitativa de formas

Formas	séc XV	séc XV/XVI	séc XVI	Séc XVI/XVII	Séc XVII	séc XVII/XVIII	séc XVIII	séc XIX	total	sem cronologia	total
Alguidar			4						4		4
Bacio									0	4	4
Copo									0	2	2
Covilhete					2	9	1		12	11	23
Jarro	1				1						2
Malga	8	6	41	1	13	32	1	1	103	25	128
Pote	3								3	1	4
Prato	5	8	86		21	33	17	170	170	41	211
Taça			5		14	15			34	21	55
Tampa							2		2	4	6
Indeterm.										222	222

Tabela III.10 - Tabela cronológica

15. Documentos de apoio (bibliográficos)

DOCUMENTO Nº 24

A.N.T.T. CORPO CRONOLÓGICO PARTE I MAÇO 89 DOC.112

16 DE MARÇO DE 1553

■ Auto de diligências e avaliação que se fez de casas tomadas a Joana Simões, para se fazer a portaria do convento na antiga Judiaría de Faro.

Deligencia E avaliação
 que fez francisco pegas allmoxariße
 per mandado da Rainha nosa senhora per
 Virtude de hua carta das suas ca
 sas de joana çimoes //.

Ano do nascimento de noso senhor Jesu cristo de mjl E
 qujnhentos E çimquoenta E dous anos aos çimquo djas do mes de
 dezembro do dito ano em esta çidade de farão nas pousadas
 omde pousa framçisco pegas allmoxariße da Rainha nosa senhora
 perante ele pareceo Joana çimoes moradora(1) em tavyra a
 quall apresentou ao dito allmoxariße hua carta da dita
 senhora seRada que eu esprivão vyh que ho treslado dela he o
 seguimte framçisco pegas eu a Rainha vos emvyo mujto saudar

mandovos que vejaes a petição atrás escripta de joana Symoes
 moradora em farão E vos enformes da madre abadeçça do
 moesteiro de nosa senhora da sunsam da dita çidade E de
 gregoryo palermo E bastião freire do trato (fl.1v) que ela
 diz que lhe foram tomadas pera o dito moesteiro E ho que
 poderyão valer E se se fez delas avaliasão per quanto diz que
 eu mandey fazer E se deu contia[? ?] em mjnha fazenda sendo
 ausemte pero fernandez que [? ?] se não que ho E avendo la ha
 dita avaliasão que deue estar na mão do dito gregoryo palermo
 ou bastião freire emvyarmeis lloguo o treçço dela em modo
 que faça fee rãc se achando ela tampo[ilegível] em faro de
 novo por pessoas que ho muyto bem emtendans E tenham vysto as
 ditas casas ajuramentadas aos santos Avamjelhos sendo aj
 presentes os ditos gregoryo palermo E bastião freire E o
 confessor das madres do dito moesteiro E taonto [? ?]
 tiverdes feita a dita avaliasão ma emvyares ceRada E aselada
 E outrossj me emvyarejs nitida autemtica dos ditos gregoryo
 palermo E bastião freire se ouve a dita joana çimoes
 pagamento davalio[sic] das ditas casas ou de algua parte
 delas E quanto pero fernandez a fez em allmeiryng aos trinta
 dias de Janeiro de mjll E quynhentos E çimquenta E dous
 (fl.2) Aquela carta vynha asynada peia dita senhora E eu
 espriuão a tresladej da propia que fica em poder do dito
 allmoxarife E a comsertej pero martjz dito espriuão E com o
 espriuão abaixo asynado //.

Nas costas daquela carta vynha hua petisção de que no treslado
 he o segimte francisco lopez o espriuy =

diz Joana çimoes moradora em farão que pera as obras que se
 fizerão per mandado de vosa alteza no moesteiro das freiras
da dita çidade lhe tomarão huas casas de morada com hua
camara com hum quintal E poço E tudo lhe ficou de seus
antepasados E se emcorporou tudo nomas obras do dito
 moesteiro E vosa alteza mandou avaliar as fazendas que
 tomaram pera o a mandar pagar a seus donos E defeito as
 avaliações são Ja na mão de pero fernandez E Requerendo ela
 sopricamte a vosa alteza o ano pasado que lhe mandaes fazer
 pagamento lhe não mandou pagar prosimo alegame pero fernandez
 que as Avaliações tinha E por iso as tomou[?] (fl.2v) E por
 que he mujto pobre E velha E veuva E mujto doemte E não pode
 ja E vyr tantas vezes E p[? ?] a f[? ?] E amda por casas
 alheas pede a vosa alteza lhe mande pagar suas casas
 conforme as tomaram[? ?] feito no que [? ?] .//. a qual
 petisção eu espriuão treslade bem E na verdade E a amostrej
 com outro ofisial abaixo asynado //

Aquela carta E petisção atras tresladados como dito he per
 Vertude deos E a Reqrimento da sopricamte o dito allmoxarife
 comjguo espriuão fomos fazer avaliação das ditas casas com
 grygoryo palermo E bastião freire E o confessor das madres
 per nome frei afonso de serpa dos quais todos junmtamente
 como dito he fizerão avaliação abaixo E eu francisco lopez o
 espriuy =

E logo no dito dia na dita cidade nas pousadas de diogo
 vaasco cavaleiro da casa del Rei noso senhor presente os
 acima nomeados o dito allmoxarife deu Jura (fl.3) mento ao
 dito diogo vaasco E alluaro mendez ambos moradores na dita
 cidade omde perante joana çimoes que veyo jurar os quaes por
 serem pessoas omRadas E que sabião das ditas casas conteudas
 na petição da sopricante que lhe ho dito allmoxarife leeo E
 lemo lho Tornaram a afirmar os que sabião as ditas casas as
quaes casas decrarauam que eram demtro no moesteiro omde
agora ha a portaria dele E que avera trynta anos pouco mais
 ou menos que foram tomadas pera o dito moesteiro E perguntado
 pelo dito allmoxarife ao dito diogo vaasco E alluaro mendez
 E [? ?] que poderyão Valer as ditas casas da sopricante
naquele tempo que foram tomadas decrararam pelo Juramento dos
santos avangelhos que lhe foy dado que as ditas casas eram
hua casa diamteira E hua camara E hu quintall E hum poco E
que valião ao tempo que lhe foram tomadas treze mjll reis E
que isto decrarauam pelo Juramento que lhe foy dado E seu
carguo dele decrararam não terem parentesco nem Rezão com ha
dita sopricante E por decrararem o que dito he asynaram ambos
aquj com hos ditos allmoxarife E padre frey abonso de serpa E
grygoryo (fl.3v) palermo E bastião freire E eu francisco
lopiz o espriuy = =

E feita a dita Avaliasão dise o dito allmoxarife que se e
 respomdito a Rainha nosa senhora a tudo o mais comteudo na
 sua carta E mandou a mym espriuão que treladase esta
 deligemçia pera o a mandar a sua alteza com todos os mais

papeis que fazem destas casas E eu francisco lopiz espiuu =
 A quall deligemcia eu dito espiuão a tresladei da propia que
 fica em meu poder bem E verdadeiramente aquall vaj escripta
 em tres meas folhas de papell sem boRadura nem amtrelinha que
 duujda faça E vaj asynada E aselada(2) pelo dito allmoxariße
 francisco pegas E com o seelo do allmoxarißado que amt[? ?] E
 comsertado por mjm com mão propia E com o espiuão abaixo
 asynado francisco lopiz espiuão do allmoxarißado da dita
 senhora a fiz no dito dia mês E ano atras esprita em farão
 francisco pegas

Consertada pero martijz

francisco lopez espiuj E commjgo tabalião[Mns. ilegivel]

(fl. 4)

gregoryo pallermo cavaleiro fidalgo da casa da Raynha nosa
 Senhora veador das obras do moesteiro de nosa senhora da
 sunçam da cidade de farão pela Rainha nosa Senhora bastião
 freyre espiuão das das[sic] obras sclicet fazemos saber aos
 que esta certidão vyrem como he verdade que do tempoo que ha
 que [? ?] freyras no dicto moesteiro em autos vynos que Joana
 symojz [? ?] outra por ella houemos pagamento de huas casas
 que diz lhe serem tomadas pera o dicto moesteiro que ora
 ficam metydas demtro nas ditas obras segundo dizem que
 couberam [? ?] ficamollo asi E por nos ser pedida esta por
 parte da dita joana sjmojz lha pasamos oje bij dias do mes de
 dezembro bastião freire espiuão das ditas obras a fez de mil
 b^c Lij ano

grigoryo

bastião freyre

Palermo

272

(fl 4v)

xiii mil reis que pagou a Joana Symoes norada em faron de compra de huma casa dianteira E hua camara E hum quyntall que foram da dita Joana symoes E se tomarom E meteram no mosteiro de nosa Senhora dasumção da dita cidade E fica honde E agora se servem de portaria do dito mosteiro E a carta de venda entregou abadesa como essa çertidão decrrara que fica no cartorio do dito mosteiro 553

francisco peguas. mandouos que pagueis a Johana Simoes contiuda nestas duas certidois os treze mil rreis per que foram avalliadadas as casas nellas contiudas que ficaram demtro no mosteiro de nosa senhora da sumção E isto constando de que prjmeiro por estromento pubrico como a ella ssoo pertencia o dito dinheiro e fazendo scriptura ao conuento do dito mosteiro das ditas casas E qujntal declarados nestas certidões em que diga que has vende E lhe paguareheis por esta maneira aquj decrarada / E por estas estas[sic] duas cirtidões E estromento de como aella ssoo pertence o dito dinheiro [? ?] em seu cartorjo fica o titolo da dita venda que a dita joana symoes hade fazer. mando ao meu thesoureiro ou a quem seu cargo tiver que vades tomar em pagamento E [? ?] que ao dito thesoureiro os leve em conta a conta do pressedido das [? ?]das que cada anno digo das pipas de vinho que mando a Jmdia pera as despesas das obras do dito moesteiro / feito em lixboa a xbj dias de março aluaro moraes o fez de j̄ b̄ L E tres E per [? ?] o derecho das ditas casas E

patio farão dellas a mais pessoas o não pagareis sem outra
mjnha provisãe per que [? ?] mandada fazer per l. e fazer
 esmolla sem embargo de seu çertificaaõ que pasava de trjmta
 annos que as ditas casas foram tomadas E que todas as que se
 tomarom foram paguas posto que disso não fizeram os Autos que
 convynhem per os guoardarem quando se [? ?] E casas meterom
 no dito mosteiro

Raynha

sou[?] [?] feito do senhor aluaro lopez dos treze mil rreis
 acima em lisboa a xbij de março de J^o B^o L^o E quatro annos

francisco pegas

Registado

Aluaro de moRaes

pera francisco pegas pagar a joana simoes os xiii reis das
 suas casas que ficaram dentro no mosteiro pela maneira asima
 conthenda

(fl. 5)

Saybbam quantos este estromento dado por mandado E autorydade
 de justiça vyrem que no ano do nacymento de nosso senhor
 jeshu cristo de myll E qujnhentos E cincoenta E nove anos aos
 homze dyas do mes de março em esta cidade de farom por
 framcisquou raposo das ta[? ?] foy dado ha mjm tabaliom huma
 petição com hum despacho escripto E hassynado pelo doutor
 bartolomeu da vejga juz de fora pela Rainha nossa Senhora
 com allçada dell Rey nosso senhor ha qual petyçam E despacho
 sam os seguyntes Eu frej [? ?] tabaliam que o espyvj

Senhor Jujz

Joana symoes moradora em tavyra estante em esta çdade de
 farão faço ha [? ?] como a mym he neçessaryo hu estromento
 pelo que haquy [? ?] hap[? ?]=[? ?] que [? ?]da que jnes
 afomso molher viuva morador que boy nesta çdade pertença E
 de que estaua de posse em de huas casas terreas casa
 dyanteyra camara E (fl.5v) quimtal E poço ssetuados na Rua da
 Judarya desta dita çdade das quais casas a dita jnes afomso
 estando [? ?] cousa sua propya E metyda E havyda por seu
 [? ?] E por suas [? ?] conheçydas E nomeadas [? ?]

[? ?] que ha dita jnes afomso he faleçyda da vyda presente
 per cuja morte eu fyquey por sua unyca E unyversall herdeyra
 por ser sua fjlha legjtema E por tall ser havyda E conheçida
 E nomeada de todas as pessoas que [? ?] saber //

[? ?] que as ditas casas que hassy a dita mynha may
 pertença ha mym por ser sa Irdejra forom deRjbadadas E metidas
 [? ?] comfomtaçoes do mosteyro de nossa sennora da sumpção
 desta dita çdade as quais casas [? ?] estam [? ?] do dyto
 moesteyro [? ?]

pelos[? ?] hapomtamentos peço ha vossa merce me mande
 perguntar as testemunhas que hapresentarem seus dytos me
 mande passar o dito estromento de uenda que faça fe E Recebe
 [? ?] justiça E merce

despacho do jujz

pelo conteudo sse perguntou as testemunhas que ha ssoprycamte
 ha [? ?] se o estromento que ha ssoprycamte pede (fl.6) E
 depois desto Eu o [? ?] diamte Em esta çdade de faram

Francisco Raposo Enqueredor comigo tabaliam fomos na casa de Lyanor Reys E ha perguntamos por testemunha [? ?] sseguynte Eu frej [? ?] tabaliam que ho espyvy.

Lyanor Reys mulher de duarte Reys [? ?] que morador em esta çydade testemunha Jurada aos santos havangellos em que pos sa mão E perguntada pelo costume pelo que lhe pertence disse que ha ssoprycamte he sua parenta [? ?] sabeem que [? ?] E mais nom disse

E perguntado pelo pymeiro hapomtamento da petjção da suprycamte disse que he verdade que ela us a jnes afomsso may da suprycamte uyuer em huas casas que estam na que hoy Judarya desta çydade das quaes casas ha dita jnes afomsso estaua de posse delas [? ?] cousa sua E por [? ?] E mais rão disse do dito artigo.

E perguntada pelo segundo hapomtamento disse que [? ?] dizer que ha dita jnes afomsso he faleçyda da ayda presentemte per cujo faleçymto ha dita suprycamte ficou por sua herdejra por ser sua fjlha E mais nom disse do dito artigo (fl. 6v)

E perguntada pelo terçeyro hapomtamento disse que sabe que as ditas casas estam deRjbadas E ficam dentro do çerquo do musteyro de nosa senhora da sumpçam desta çydade E mais nom disse Eu frej tabaliam que isto espyvy

E depois desto aos treze dyas do mes de março do djto ano de myll E qujnhetos cinquenta e noue annos em esta çydade de farão francysquo Raposo enqueredor comygo tabaliam fomos ha casa de [? ?] Reys E ha perguntamos por testemunha [? ?] ho seguynte Eu frej [? ?] tabaliam que o espyuy.

[? ?] Reys molner viuva moradora em esta cidade de faram testemunha Jurada aos santos havangein. e em que pos a mão e perguntada pelo costume disse nada.

E perguntada pelo pymejro hapomtamento da petçam da soprycamte disse que sabe que sendo vyuva jnes afomssso conteuda em o artjgo [? ?] hja por suas [? ?] com hua camara E hu poço com hu quymtal que estava em o çerquo desta çidade na que foy Judarya das quaes casas ha djta jnes afomssso estaua de posse por espaço de anos (fl.7) como de cousa sua que Era E mais nao disse do djto artjgo/

E perguntada a ela testemunha pelo segundo artjgo disse (3) que ha djta jnes afomssso he falecyda de vjda presente E lhe nom sabe outra fjilha nem fjilho somente ha dita soprycamte que he sua fjilha E por sua fjilha he havyda E conheçyda E mais não disse do djto artjgo//

E perguntada pelo terceyro artjgo disse que sabe que as djtas casas fjcam E estam metjdas dentro no cerquo do muisteyro de nossa senhora da sunçam desta çidade E mais não disse Eu frej [? ?] tabaliam que o espriyvy.

[? ?] as ditas testemunhas [? ?] ha dita soprycamte (4) disse que [? ?] mais testemunhas que lhe pasassem seu estromento E por verdade Eu frej [? ?] tabaliam pela Rainha nosa Senhora em esta sua cydade de faram que isto espryvy em ha [? ?] synall fjz que tall he [sinal de tabelião]

(fl. 7v)

Saybhaõ quamtos este estromento dado por mandado E autoridade de Justiça virem que no ano do nacymento de noso senhor Jeshu

cristo de mil E quinhentos E cincoenta E tres anos aos vinte
E quatro dias do mes de mayo de dito ano em esta çidade de
faraõ na praça por Joana Symoes foi dado ha mim francisquo
Vaas taballiaõ hua pitição com hum despacho escripto E
asynado pello doutor antonio saraiva Juiz de fora gerall E
dos horfãos por el Rey noso senhor E comtaor da fazenda da
Rainha nosa senhora nas suas terras neste Reino do allgarue
em ha quall pitição E despacho são hos seguintes

senhor Juiz

Joana symoes estante nesta çidade de faraõ faço saber a vosa
merçe como eu sam filha lligitima de hua Ines afonso moradora
que foy nesta dita çidade a quall (fl.8) Ines afonso he
falleçida da vida presente per cuja morte hera nã ha outro
filho nem filha nem erdeiro que sua fazenda E bens aja de
erdar E somente ha dita Joana symoens ha quem tão somente
pertemçe aver E cobrar os bens que por sua morte ficarão
sem do (5) dita Ines afonso aver nem ficar o outro filho não
erdeiro E porque desto me he necesareo hum publico estromento
Peco ha vosa mercee que pollo comtehudo nesta pitição me
mande perguntar as testemunhas que apresemtar E com seus
ditos pasar ho disto estromento E Receberey Justiça E merce.
Perguntem se ha suplicante pello comtehudo em esta pitição
as testemunhas que apresemtar E com seu testemunho lhe pase
ho estromento que pede

Aos vinte E cinco dias do dito (fl.8v) mes de mayo de mill E
quinhentos E cincoenta E tres aons dia mes E ano atras
declarado em ha dita çidade francisquo Raposo emqueredor

perante mim tabalião em casa do Juiz de fora perguntou esta testemunha que se segue E eu francisquo Vaz tabalião que isto esprivy.

Testemunha(6) alluaro memdez morador nesta çidade de farão testemunha juraaõ aos santos avangelhos em que pos sa maaõ he perguntado pello Costume E cousas que lhe pertemçem disse seer testemunha nada

E perguntado pello contehudo na pitição de Jonana symoes disse seer testemunha que que não sabe nada E eu francisquo Vaz tabalião que isto escrepy.

Aos trinta dias do mes de mayo de mill E quinhentos E cimcoenta E tres anos em esta çidade de foram nas pousadas do Juiz de fora francisquo Raposo emqueredor comigo tabalião perguntou estas testemunhas que se seguem

Testemunha(7) dioguo de xeixas ferreiro E morador (fl.9) em esta çidade de faraõ testemunha Jurado aos santos havangelhos em que pos sa maaõ he perguntado pello Costume E cousas que lhe pertemcem disse seer testemunha

E perguntado pella pitição de Joana symoes suppllicante disse seer testemunha que sabe que ha suppllicante he filha de Ines afonso ConteHUDA na pitição he por sua filha foy sempre aVida E sabe que ha dita Ines afonso he falleçida da Vida presente E que por seu fallecimento lhe não ficou filho nem filha ha quem pertemça erdar sua fazenda se não ha dita suppllicante por ser sua filha como dito he E mais nom dise E eu francisquo Vaz tabaliaõ que isto sprivy.

E depois deste ao derradeiro dia do mes de mayo de mill he
 quinhentos E cimcoemta E tres anos em esta çidade de çaram no
 dito çramcisquo Raposo emquereador Perante mim taballiaõ
 perguntamos esta testemunha que se segue na qual perguntamos
 em sua casa E eu çramcisquo Vaz taballiaõ que isto sprivy
 (fl.9v) testemunha(8) llianor Roiz Veuva E moradora(9) em
 esta çidade de çaram testemunha Jurada aos santos avangelhos
 em que pos sa maaõ he perguntada pello Costume he cousas que
 lhe pertemsem dise ella testemunha nada.

E perguntada pella pitiçaõ de Joana symoes suplicante dise
 ella testemunha que sabe que ha dita suplicante he(10) filha
 de Ines afonso moradora que foy nesta çidade na qual Ines
 afonso he falleçida da Vida presemte E lhe não ficou filho
 nem filha, senão na suplicante ha quall pertemce erdar a
 fazemda que da dita sua may ficou E mais não dise E eu
 çramcisquo Vaz taballiaõ que isto esprivy(11)

[? ?] pubryco estromento na dita suplicante eu çramcisquo
 vaaz tabaliam por el Rey nosso senhor em esta cidade de çaram
 isto scripvy E fiz meu synal que tal he

[Sinal de tabelião]

Commigo tabeliam

Doutro Juiz gerall

[Assin Ilegivel]

Antonio Saraiva

(fl 10v)

Saibbaõ quantos este estromento dado por mandado E autoridade
 de justiça virem que no ano do nacimiento de noso senhor Jsu
 cristo de mill E quynhentos E cimcoemta E tres annos aos
 dezaseis dias do mes de Junho do dito ano em esta çidade de

faraõ estando eu taballiaõ nas pousadas de francisquo pegas
 allmoxariße da Rainha nosa senhora E feitor das suas
 allmandrauas por Joana symoes que dis ser moradora na çidade
 de tavira me deu ha pitizaõ que ao diante vay escrita com hum
 despacho escripto E asynado pelo doutor antonyo sarayva juiz
 de fora gerall E dos orfãos com Allçada por ell Rey noso
 senhor E comptador das terras que ha Rainha nosa senhora tem
 neste Reino do allgarue em a quall petisãõ he despacho são
 hos que ao diante vão eu diogo de touer tabaliam que isto
 espyuy

Senhor Juiz

diz Joana symoes moradora que hoje he na çidade de tavira que
 ha ella lhe he necesareo fazer estromento (fl.11) que ho
 llugar omde hera a Judaria desta cidade de faraõ esta metido
 demtro do cerquo do musteiro das freiras de nosa senhora da
 sumçaõ desta dita çidade omde he hagora ha portarya do dito
 mosteyro pede a vosa merce que desto lhe mandes perguntar as
 testemunhas que ouuer E com seus dytos lhe mandes pasar hum
 publico Estromento no que Recebera Justiça E merce

Despacho do juiz

Perguntemse ha supricante pello comtehudo em esta as
 testemunhas que apresemtar E com seus testemunhos lhe pase ho
 estromento que pede

E apresemtada hasy a dita pitizaõ como dito he he eu dioguo
 de touar tabaliaõ que isto scripvy

E depois desto aos dezaseis dias do mes de Junho da hera de
 mill E quinhentos E cimcoemta E tres anos em esta çidade de

farão no [?] dos taballias da dita cidade francisco
 Raposo amquerador comigo taballias perguntamos as
 testemunhas seguintes E eu digo de tovar que isto esprivy
 (fl. 11v) testemunha(12) Vasco Lopez morador em esta cidade
 de farão testemunha jurado aos santos avangelhos E
 perguntado pello costume E cousas que lhe pertencem dise seer
 testemunha nada

E perguntado pello contehudo na petição da suplicante Johana
 symoes dise seer testemunha que sabe que ha Judaria desta
 cidade diguo o lugar domde foy a Judaria desta cidade esta
 casy toda metida dentro no mosteiro das freyras de nosa
 senhora da sumção setuada na dita cidade he na dita Judaria
 esta ha portaria do dito mosteiro E mais não disse E eu
 digo de tovar taballiam que isto scrivy

testemunha(13) fernão da canha morador em esta cidade de
 farão testemunha Jurado aos santos avangelhos E perguntado
 pello costume E cousas que lhe pertencem dise seer testemunha
 nada

E perguntado pello comtehudo na petição de joana symoes disse
 seer testemunha que sabe que ho mosteiro de nosa senhora da
 sumção das freyras setuado nesta cidade esta todo metido he
 (fl. 12) setuado dentro no llugar com sua cerca domde foy
 Judaria E no proprio llugar E bem hasy a portaria do dito
 musteyro tem dentro no dito llugar domde ha Judaria foy E
 mais não dise E eu digo de tovar taballiam que isto
 scrivy.

Testemunha(14) alluaro memdez morador em esta çidade de fãrãõ
 testemunha Jurado aos santos avangelhos he perguntado pello
 custume E cousas que lhe pertemcem dise seer testemunha nada
 E perguntado pelo contehudo na pitição da supricamte Johana
 symoes disse seer testemunha que sabe ho musteiro das freiras
 de nosa senhora da sumção esta setuado todo com sua çerca no
 llugar domde soya ser ha Judarya E sabe seer testemunha que
 as casas que pertemcem ha dita suprycamte estauão no llugar
 domde hora esta ha portarya do dito musteiro E mais não disse
 E eu dioguo de touar taballião que isto que isto[sic]
 esprivy.

E tiradas hasy as ditas testemunhas como dito he pella dita
 Joana (fl. 12v) symoes suplycamte foy pidido lhe pasasem seu
 estromento com ho treslado de todollos autos E lhe foy pasado
 ho presentem E em testemunho de Verdade alluaro freeire
 taballião das notas por dioguo de touar pubrico tabalião do
 Judiciall pello dito senhor em esta çidade de fãrãõ he seu
 termo ho fez aos dezaseis dias do mes de Junho de mill E
 quynhentos E çimcoemta E três anos o quall estromento eu
 taballiam fyz treslladar por prouisão que pera ello tenho
 dell Rey noso Senhor E eu dioguo de touar pubriquo taballiam
 Judyciall por ell Rey noso senhor em esta cidade de fãrãõ E
 seus termos que esto sobescreuy E meu pubriquo signall fiz
 que tall he: (Sinal de tabelião)

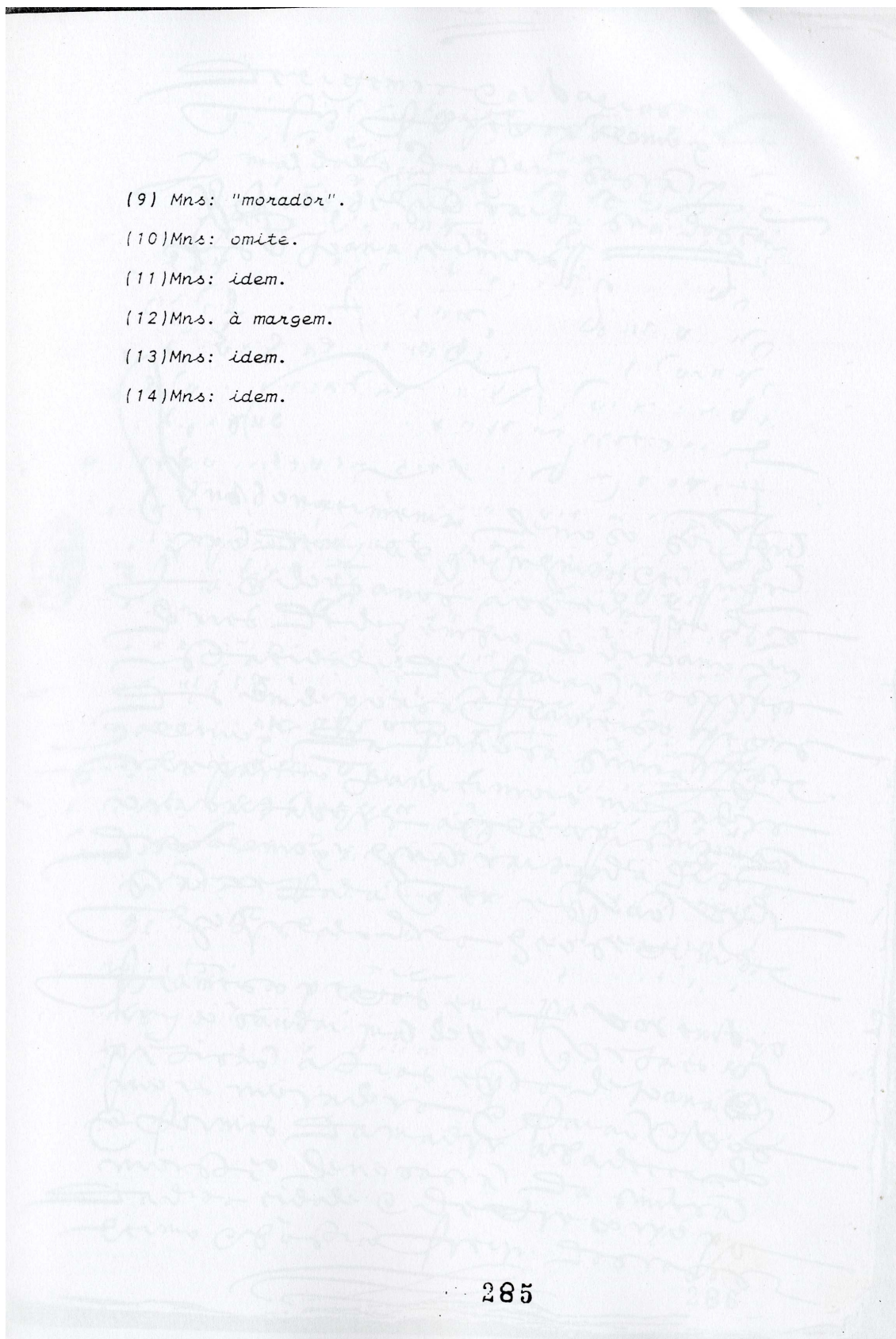
acertado comyguo tabbelliam	E comyguo taballiam
Dioguo de touar	alluaro freire
pagou deste E do proprio satenta E tres reaes E ao	
emqueredor E comtador trinta E seis reaes	

(fl. 13)

digo eu soror briatiz abbadessa do mosteiro de nossa senhora
 da sumçam da cidade de faro que he Verdade que no cartorio
 deste moesteyro fica hua titollo de uemda/ que joana Simões
 filha de ynes afonso defunta / fez ao dito comuento de hua
 casa E camara com quimtall E poço que por morte da dita Ynes
 afonso lhe ficou demtro neste moesteyro omde era a Judaria
 desta cidade que he agora omde esta a portaria do dito
 moesteyro E de treze mill Reaes por que foram uendidas as
 ditas casas foy paga delles a dita Joana symoes por francisco
 pegas almoxariße da Raynha nossa senhora como se uera pello
 titollo das ditas casas que fica neste dito cartorio ho quall
 dinheyro pagou por uertude de hua prouisam da Rainha nossa
 Senhora E por que ysto he verdade E me a dita Joana symoes
 pedir minha certidam eu lha passey por mim feyta E asinada em
 faro a dezasete de iulho de 1553

Soror briatiz abbadessa

-
- (1) Mns: "moradoora".
 - (2) Mns: "com" rasurado.
 - (3) Mns: "que sabe" rasurado.
 - (4) Mns: "sopriçã".
 - (5) Mns: "semda".
 - (6) Mns: à margem do texto.
 - (7) Mns: *idem*.
 - (8) Mns: *idem*.



(9) Mns: "morador".

(10) Mns: omite.

(11) Mns: idem.

(12) Mns. à margem.

(13) Mns: idem.

(14) Mns: idem.

285

Figura III. 72 - Documento transcrito por João Marques na sua tese de Mestrado "O Convento de Nossa Senhora da Assunção em Faro", Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990.

A.N.T.T. Receitas e despesas da casa de D. Catarina (1539-43) núcleo antigo livro 792 fl. 196	de 1 de Fevereiro de 1538 a fim de Fevereiro de 1543	Pagamentos ao ourives da prata, João Cansado, por feitos que fez e por um selo para o mosteiro.
A.N.T.T. Receitas e despesas da casa de D. Catarina (1539-43) núcleo antigo livro 792 fl. 154V.	24 de Janeiro de 1541	20000 reais que a Rainha entregou a Jerónimo Luís para dar às freiras da Madre de Deus que mandou para N. Sra da Assunção.
A.N.T.T. Receitas e despesas da casa de D. Catarina (1539-43) núcleo antigo livro 792 fl. 162	de 12 de Junho de 1541 a 13 de Fevereiro de 1542	12000 reais que a Rainha deu a Jerónimo Luís para pagar de frete a um navio que levou coisas ao convento.
A.N.T.T. Receitas e despesas da casa de D. Catarina (1539-43) núcleo antigo livro 792 fl. 173V.	12 de Maio de 1542	1500 reais que a Rainha pagou a João Cansado, ourives da prata por algumas coisas que comprou para as madres e por um sinete de prata.
A.N.T.T. Receitas e despesas da casa de D. Catarina (1539-43) núcleo antigo livro 792 fl. 178V.	6 de Novembro de 1542	20000 reais a Fr. João Moreno para compra de certas coisas de que a Rainha faz esmola às freiras.
A.N.T.T. Receitas e despesas da casa de D. Catarina (1539-43) núcleo antigo livro 792 fl. 180V.	10 de Fevereiro de 1543	8000 reais que a Rainha deu ao Capelão Baltazar Lopes para seu mantimento e despesa bem como às freiras que mandara ao mosteiro.
A.N.T.T. Receitas e despesas da casa de D. Catarina (1539-43) núcleo antigo livro 792 fl. 195	26 de Outubro de 1543	4290 reais que o Rei dispendeu em vestir quatro escravos e duas escravas para o mosteiro.
A.N.T.T. Receitas e despesas da casa de D. Catarina (1539-43) núcleo antigo livro 792 fl. 203V.	10 de Abril de 1544	29342 reais que a Rainha dispendeu na compra e embarque de oito pipas de vinho para a Índia e do retorno e prometido delas fazer esmola ao mosteiro.
A.N.T.T. Corpo cronológico parte I Maço 74 Doc.101	18 de Maio de 1544	100000 reais que a Rainha D. Catarina mandou a Pedro Alvares seu almoxarife dar de esmola ao convento.
A.N.T.T. Receitas e despesas da casa de D. Catarina (1539-43) núcleo antigo livro 792 fl. 206	1 de Agosto de 1544	1200 reais que deu ao confessor das freiras.
A.N.T.T. Corpo cronológico parte I Maço 80 Doc.48	7 de Março de 1548	Carta da Abadessa D. Beatriz à Rainha para que esta peça ao Rei que dê ao mosteiro umas casas de Braz Fernandes que as tem embargadas.
A.N.T.T. Corpo cronológico parte I Maço 80 Doc.76	20 de Abril de 1548	Carta da Abadessa D. Beatriz à Rainha em que lhe pede que mande acabar as obras do claustro, que estão no fim.
A.N.T.T. Corpo cronológico parte I Maço 80 Doc.106	9 de Maio de 1548	Carta da Abadessa D. Beatriz à Rainha D. Catarina em que lhe manda notícia por Gomes de Torres mestre pedreiro, das obras que ficam por concluir.

A.N.T.T. Corpo cronológico parte I Maço 81 Doc.49	18 de Setembro de 1548	Carta de Fr. Diogo de Oliveira em que dá conta à Rainha da aplicação da madeira que enviara ao mosteiro.
A.N.T.T. Corpo cronológico parte I Maço 81 Doc.64	16 de Outubro de 1548	Carta de Abadessa D. Beatriz à rainha D. Catarina para se pagarem umas casas que se tomaram para o convento.
A.N.T.T. D. João III - Livro 2º de privilégios, fls. 229V. e 230	15 de Julho de 1549	Carta de D. João III para se dar prioridade ao comprador de carne ou peixe para o convento.
A.N.T.T. D. João III - Livro 2º de privilégios, fls. 230	16 de Julho de 1549	Carta de D. João III em que dá ao mosteiro privilégio de ter duas pessoas que possam para ele pedir esmola.
A.N.T.T. Corpo Cronológico parte I Maço 83 Doc. 96	28 de Fevereiro de 1550	Alvará da Rainha D. Catarina a Alvaro Lopes seu tesoureiro que dê de esmola ao mosteiro vinte milheiros de sardinhas, dez dúzias de pescadas e duas dúzias de atuns.
A.N.T.T. - Chancelaria de João III 66, fl. 154	18 de Abril de 1551	Doação de D. João III de uns moinhos no sítio do Bom João, ao convento.
A.N.T.T. Corpo Cronológico parte I Maço 86 Doc. 70	15 de Junho de 1551	Carta do Ministro Provincial Fr. Francisco da Conceição à Rainha D. Catarina em que lhe dá conta da visitação a Beja e a Faro.
A.N.T.T. Corpo Cronológico parte I Maço 87 Doc. 77	1 de Fevereiro de 1552	Carta da Rainha D. Catarina a Alvaro Lopes seu tesoureiro para que dê à Abadessa e freiras do convento 100000 reaes de esmola divididos em quatro partes iguais "aos quartéis do anno".
A.N.T.T. Corpo Cronológico parte I Maço 87 Doc. 89	10 de Fevereiro de 1552	Carta da Rainha em que manda Alvaro Lopes seu tesoureiro para que dê de esmola às freiras 4 moios de sal.
A.N.T.T. Corpo Cronológico parte I Maço 88 Doc. 30	16 de Maio de 1552	Carta da Rainha D. Catarina a Alvaro Lopes seu tesoureiro para dar a Gregório Palermo Almoxarife das obras do mosteiro 200000 reaes de esmola, para as ditas obras.
A.N.T.T. Corpo Cronológico parte I Maço 89 Doc. 112	16 de Março de 1553	Auto de diligências e avaliação que se fez de casas tomadas a Joana Simões, para se fazer a portaria do convento na antiga Judiaria de Faro.
A.N.T.T. Corpo Cronológico parte I Maço 95 Doc. 17	14 de Março de 1555	Carta de D. Catarina em que manda a Francisco Pegas que dê 1000000 reaes e outras coisas de esmola às freiras de Nª Sra da Assunção.
A.N.T.T. Corpo Cronológico parte I Maço 98 Doc. 72	27 de Maio de 1556	Carta em que a Rainha ordena a António Cardoso que dê ao convento 151266 reaes e meio para as obras, do retorno de algumas coisas que vieram da India no navio que trouxera o Vice Rei D. Afonso.

A.N.T.T. Corpo Cronológico parte II Maço 246 Doc. 15	18 de Janeiro de 1557	Carta da Rainha em que manda que Alvaro Lopes dê de esmola às freiras 100000 reaes entre outras coisas.
A.N.T.T. Corpo Cronológico parte I Maço 104 Doc. 23	9 de Maio de 1560	Carta da Abadessa D. Beatriz à Rainha em que lhe pede de esmola 200000 reis para acabar um quarto do claustro e se acabar de pagar o que se fizera naquele ano.
A.N.T.T. Corpo Cronológico parte I Maço 104 Doc. 72	27 de Junho de 1565	Carta da Abadessa à Rainha em que lhe pede para pagar ao físico do convento, Baltazar de Aragão e lhe dá também notícia do desenvolvimento da cidade.
A.N.T.T. Livro 3 das emendas fl. 201	14 de Novembro de 1583	50000 reis de esmola ao convento dos 400000 que lhe ficaram por pagar do ano de 1580.
A.N.T.T. Filipe III Livro 11 de doações, fl. 98V.	10 de Dezembro de 1622	Alvará por que se dá de esmola por ano uma arroba de peras, ao convento.
A.N.T.T. D. Filipe III Livro 31 de doações, fls. 192V, 193.	14 de Abril de 1628	Confirmação às freiras da esmola de atuns, pescadas, sardinhas e sal.
A.N.T.T. D. Filipe III Livro 17 de doações, fls. 225, 225V.	14 de Abril de 1628	400000 reis de esmola ao convento pagos pelo rendimento dos direitos do pescado e sal.
A.N.T.T. D. Filipe III Livro 22 de doações, fls. 91V, 92.	14 de Abril de 1628	Alvará porque D. Filipe III dá de esmola por ano ao convento pago pela alfandega de Faro.
A.N.T.T. D. Afonso VI Livro 28 de doações, fl. 63.	5 de Julho de 1665	Alvará porque se dá ao Convento, 2000 cruzados de esmola por ano.
B.N.L. Colecções em organização caixa 13, Doc. 5	12 de Março de 1670	Carta ao Provincial da Ordem em que se pergunta porque havia passado certidão a uma filha de Manuel Viegas, que era doente e incapaz de "entrar em religião".
B.N.L. Colecções em organização caixa 13, Doc. 4	14 de Maio de 1670	Carta que o Príncipe escreveu ao Provincial da Ordem de S. Francisco sobre a filha de Manuel Viegas.
B.N.L. Colecções em organização caixa 13, Doc. 6	s.d.	Carta em que se remete ao Provincial da Ordem a petição de Francisco Peçanha e o parecer que sobre ela deu o Bispo do Algarve (Docs. 39 e 40).
B.N.L. Colecções em organização caixa 13, Doc. 7	s.d.	Carta de Francisco Mendonça Peçanha em que pede ao Rei autorização para fazer ingressar no convento uma sua filha, já lá tendo outra.
B.N.L. Colecções em organização caixa 13, Doc. 8	19 de Junho de 1687	Carta do Bispo do Algarve dirigida ao Rei em que se relata o motivo do motim no convento.
B.N.L. Colecções em organização caixa 13, Doc. 9	17 de Maio de 1688	Carta da abadessa a pedir à Rainha para não tirarem os confessores do convento.

B.M.F. Livro de registo da Câmara MNS. Fl. 27 27V	12 de Agosto de 1713	Carta do Provedor das Câmaras em que solicita a nomeação de um depositário para o dinheiro que o Rei mandou para algumas obras mais necessitadas, já que não havia suficiente para se fazerem todas.
B.N.L. Coleções em organização caixa 13, Doc. 3	S. D. Circa 1800	Miscelânea do arquivo do convento.
B.N.L. Coleções em organização caixa 13, Doc. 2	Circa 1820	Relação das freiras que existem no convento
B.N.L. Coleções em organização caixa 13, Doc. 1	Circa 1820	Relação das freiras que existem no convento
B.N.L. Coleções em organização caixa 13, Doc. 18	16 de Novembro de 1824	Carta da abadessa pedindo ao Rei que conserve Frei Teotónio de Santa Ana Macedo como confessor das freiras.
B.N.L. Coleções em organização caixa 13, Doc. 17	14 de Janeiro de 1825	Requerimento feito ao Rei para que Frei Teotónio de Sant'Ana Macedo continue confessor das Freiras.
B.N.L. Coleções em organização caixa 13, Doc. 10	5 de Junho de 1826	Carta de D. Pedro que autoriza o ingresso no mosteiro de Feliciania Militina Pimenta. Filha do Capitão Francisco Xavier Pimenta.
B.N.L. Coleções em organização caixa 13, Doc. 11	5 de Junho de 1826	Carta de D. João a conceder autorização para ingressar no convento, Maria Julia de Andrade filha de Francisco Xavier de Andrade.
B.N.L. Coleções em organização caixa 13, Doc. 12	5 de Junho de 1826	Carta de D. Pedro a conceder autorização para iniciar vida religiosa no convento a filha do capitão Francisco Xavier Pimenta, Ana Emília Pimenta.
A.N.T.T. D. Pedro IV, Comuns, Livro 6, fls. 33 e 33V	24 de Outubro de 1826	Alvará de confirmação de privilégios ao convento dados pelos Reis seus antecessores.
A.N.T.T. D. Pedro IV, Comuns, Livro 6, fl. 109	24 de Outubro de 1826	Resolução da Infanta Regente D. Isabel Maria em que faz esmola ao convento, pela sua extrema pobreza de certas coisas.
B.N.L. Coleções em organização caixa 13, Doc. 14	27 de Outubro de 1826	Carta da Infanta D. Isabel a autorizar o ingresso no convento de Maria Helena da Conceição, filha de Manuel António Torres.
B.N.L. Coleções em organização caixa 13, Doc. 16	29 de Novembro de 1826	Carta da Infanta D. Isabel em que autoriza Ana Matildes, filha de João de Sousa Teixeira a ingressar no convento.
B.N.L. Coleções em organização caixa 13, Doc. 13	19 de Setembro de 1827	Autorização dada pela Infanta Regente D. Isabel Maria para ingresso no convento Joana Rosa, filha de José Guerreiro.
B.N.L. Coleções em organização caixa 13, Doc. 14	19 de Setembro de 1827	Carta da Infanta D. Isabel autorizando a entrada no mosteiro de Gertrudes Francisca, filha de José Guerreiro.

B.N.L. Coleções em organização caixa 13, Doc. 15	31 de Janeiro de 1828	Carta da Infanta D. Isabel autorizando o ingresso no convento de Rita Gertrudes, filha de Manuel José Monteiro.
B.N.L. MSS Nº 225 - Nº 50	25 de Abril de 1837	Carta de Joaquim Manuel Rasquinho, Vigário Capitular de Faro em que dá conta ao Presidente da Comissão Administrativa das Livrarias, Quadros e Raridades dos extintos conventos, que as pratas dos ditos que se achavam em depósito se distribuíram por ordem governamental. Os vasos sagrados pelas igrejas que deles tinham necessidade em virtude dos roubos havidos na Guerra Civil, tendo o resto sido remetido ao Tesouro Nacional. Quanto às Livrarias e às pinturas refere que eram pouco importantes, não conhecendo alguma de autor de merecimento.
B.N.L. MSS Nº 225 - 140	25 de Abril de 1839	Carta do Administrador do Distrito de Faro ao Barão de Telheiras, Presidente (interino) da Comissão Administrativa do Depósito das Livrarias e dos Extintos Conventos em que diz que estando muito imperfeitos os poucos catálogos dos livros dos conventos do distrito refere que se devem fazer novos encarregando para tal uma pessoa idónea. Para isso era necessária a transferência dos livros em depósito para um local próprio naquela cidade o que era impossível por não haver fundos.
A.D.F. Pasta 146, Maço 8	28 de Maio de 1839	Carta do Administrador do Concelho de Faro, Francisco Pedro Barradas de Sá Bravo, ao Administrador Geral do Distrito de Faro em que remetia cinco autos de posses e avaliação dos conventos. Deles constava o auto de posse do convento de Nossa Senhora da Assunção tomada pelo Administrador do Concelho, António José de Sousa Gomes, em 20 de Julho de 1836 e outro do Inventário a que ai se procedeu pelo mesmo Administrador em 1 de Janeiro de 1838.

<p>B.N.L. MSS Nº 225 - 228</p>	<p>30 de Abril de 1841</p>	<p>Carta do Administrador Geral do Distrito, Marçal Henriques A. Aboim ao Barão de Telheiras em que diz não poder remeter os catálogos pedidos dos livros. Estes estavam recolhidos no edifício da Administração Geral mas tinham vindo acompanhados pelos catálogos porque os Administradores dos Concelhos não tinham capacidade para os fazer e os empregados de secretaria já estavam muito sobrecarregados de trabalho. Comunica também que não havia quadros nem objectos preciosos e que os livros eram quase todos velhos e de pouca valia. Alvitava que o edifício do Seminário Episcopal era o indicado para a biblioteca.</p>
<p>A.D.F. Pasta 146, Maço 7</p>	<p>21 de Junho de 1841</p>	<p>Relação dos objectos preciosos que pertenciam aos conventos e que se remeteram para a Casa da Moeda conforme Portaria do Tesouro Público Nacional de 30 de Agosto de 1840. Constavam de um pítide de prata e uma chave de sacrário de prata avaliada em 21\$400 reis.</p>
<p>A.D.F. Pasta 146, Maço 7</p>	<p>s.d.</p>	<p>Outro inventário de objectos preciosos dos extintos conventos, contabilizando-se às Franciscanas de Faro, um cálice, patena e colher e duas chaves de sacrário por 17\$950 reis.</p>
<p>B.N.L. MSS Nº 225 - 229</p>	<p>7 de Setembro de 1841</p>	<p>Carta do Administrador Geral do Distrito, Marçal Henriques A. Aboim ao Barão de Telheiras em que em resposta à sua carta onde se pedia a remessa de um orçamento para a criação da biblioteca no edifício do Seminário Episcopal, incluindo-se naquele orçamento a despesa para um funcionário que se encarregasse da catalogação de todos os livros arrecadados, informando que grande parte deles nada valiam devido ao seu estado de deterioração bem como ao seu teor, pois quase todos tratavam de Teologia e Moral e de autores pouco acreditados, sendo escusado qualquer trabalho de classificação, pelo que seria "acertado" se a Comissão o autorizasse a fazer uma escolha e a vender a peso os que considerasse inúteis.</p>

A.D.F. Maço 8, Pasta 146	s.d.	Relação dos Conventos das freiras do Algarve dizendo-se que o de Faro foi vendido em 25 de Janeiro de 1844 - Lista 46 - Portaria de 24 de Fevereiro daquele ano.
A.N.T.T. D. Carlos Comuns Livro 13, fls 270V a 271V	28 de Maio de 1903	Carta do Rei em que sendo-lhe presente o resultado do concurso documental para provimento da igreja de Nossa Senhora da Assunção, faz mercê daquele lugar ao Padre José de Sousa Guerreiro da igreja de Nossa Senhora da Conceição de Silves.

Tabela III. 11 - Documentos consultados (Marques, 1990) e Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Disponível em WWW.URL:

<http://digitalq.arquivos.pt/results?t=assun%C3%A7%C3%A3o+faro&r=True&s=CompleteUnit&sd=False> [Consultado a 01 de Julho de 2014]

Lista de abreviaturas

A.N.T.T. – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

B.N.L. – Biblioteca Nacional de Lisboa

B.M.F. – Biblioteca Municipal de Faro

A.D.F. – Arquivo Distrital de Faro

VOLUME II

16. Fichas